

RELATÓRIO DE GESTÃO 2023

PRESTAÇÃO DE CONTAS
ORDINÁRIAS ANUAL

ITI Instituto Nacional de
Tecnologia da Informação



Enylson Flavio Martinez Camolesi

Diretor-Presidente¹

Maurício Augusto Coelho

Diretor de Infraestrutura de Chaves Públicas – DINFRA

Pedro Pinheiro Cardoso

Diretor de Auditoria, Fiscalização e Normalização – DAFN

Felipe Bimbato Rodrigues

Coordenador-Geral de Gestão e Tecnologia da Informação Substituto – CGGTI

Alexandre Munia Machado

Procurador Federal Chefe – PFE/ITI

¹ No âmbito da gestão do ITI, no período de 01 janeiro de 2023 a 11 dezembro de 2023, o cumprimento das principais metas, exigências e obrigações legais previstas no Regimento Interno do ITI, esses foram conduzidos pelo senhor Maurício Augusto Coelho, na qualidade de Diretor-Presidente Substituto na forma do Decreto nº 11.206, de 26 de setembro de 2022.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2023

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ITI

Autarquia vinculada à Casa Civil da Presidência da República

Em atendimento ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, às disposições da IN TCU nº 84/2020, de 22 de abril de 2020, da DN TCU nº 187, de 09 de setembro de 2020, e às demais orientações do Órgão de Controle Interno, referente ao exercício de 2023, para remessa ao Tribunal de Contas da União.

O **Relatório de Gestão Integrado** registra as principais ações realizadas por esta Autarquia no exercício referido, reunindo as ações de cunho administrativo e finalístico do Instituto, em sintonia com os objetivos do Planejamento Estratégico do ITI para o período de 2023-2026, que traduzem os esforços da Autarquia para cumprir sua missão institucional de forma cada vez mais efetiva, eficaz e eficiente, além de demonstrar o seu nível de governança, conformidade, economicidade e sustentabilidade econômica e ambiental.

ÍNDICE | Tabelas

Tabela 1 | Proposta de valor aos clientes

Tabela 2 | Manifestações Recebidas

Tabela 3 | Demandas Recepcionadas pela Ouvidoria (2021 a 2023)

Tabela 4 | Tipos de Resposta (e-SIC)

Tabela 5 | Assuntos Solicitados (e-SIC)

Tabela 6 | Assuntos Solicitados (e-OUV)

Tabela 7 | Pesquisa de Satisfação Fala.BR (2023)

Tabela 8 | Atividades de Correição e Apuração

Tabela 9 | Acórdãos TCU

Tabela 10 | Critérios Gerais de Avaliação

Tabela 11 | Quantidades Credenciadas

Tabela 12 | Operações realizadas no âmbito da DINFRA

Tabela 13 | Ciclo de Migração para Novo Protocolo

Tabela 14 | Dados Referentes às Aplicações Públicas Integradas Via API da Assinatura

Tabela 15 | Dados Referentes às Aplicações Públicas Integradas Via API da Assinatura Eletrônica

Tabela 16 | Ciclo de Migração para o Novo Protocolo

Tabela 17 | Principais Atividades Desenvolvidas pela DAFN

Tabela 18 | Emissões de Certificados

Tabela 19 | Ranking das 10 AC's que mais Emitiram

Tabela 20 | Orçamento Aprovado (2023)

Tabela 21 | Orçamento Aprovado (2023) - Detalhamento

Tabela 22 | Distribuição da lotação efetiva

Tabela 23 | Quadro de Pessoal

Tabela 24 | Aquisições e Contratações por Modalidade

Tabela 25 | Aquisições e Contratações por Área Requisitante

Tabela 26 | Acompanhamento de Contratos (2023)

Tabela 27 | Maiores Gastos em Contratações por Área (2023)

Tabela 28 | Detalhamento da Fiscalização

Tabela 29 | Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

Tabela 30 | Entrada Orçamentária

Tabela 31 | Baixa Patrimonial

Tabela 32 | Concessão de Passagens Aéreas

Tabela 33 | Processo SEI nº 00100.0000087/2023-91

Tabela 34 | Processo SEI nº 00100.0000867/2023-31

Tabela 35 | Processo SEI nº 00100.0000867/2023-31

Tabela 36 | Processo SEI nº 00100.0000867/2023-31

Tabela 37 | Fiscalização Técnica e Principais Custos com Serviços

Tabela 38 | Fiscalização Técnica e Principais Custos com Serviços Terceirização e Administrativos



Tabela 39 | Montante de Recursos Aplicados em TI

Tabela 40 | Principais Sistemas de Informação

Tabela 41 | Demanda de Consumo de Água (2023)

Tabela 42 | Serviço de Contabilidade (SECON)

Tabela 43 | Resumo do Balanço Orçamentário

Tabela 44 | Resumo Balanço Patrimonial

Tabela 45 | Resumo do Balanço Financeiro

Tabela 46 | Resumo das Variações Patrimoniais

Tabela 47 | Resumo do Fluxo de Caixa

ÍNDICE | Figuras

Figura 1 | Identidade estratégica

Figura 2 | Organograma

Figura 3 | Modelo de Governança

Figura 4 | Cadeia de Valor

Figura 5 | Mapa Estratégico

Figura 6 | Distribuição das Emissões por Tipos de Certificados (2023)

Figura 7 | Estrutura da ICP-Brasil

ÍNDICE | Gráficos

Gráfico 1 | Demanda Mensal de Manifestações

Gráfico 2 | e-SIC

Gráfico 3 | Total de Recursos

Gráfico 4 | Dados Referentes às Assinaturas Eletrônicas Avançadas (2023)

Gráfico 5 | Dados Referentes aos Certificados Digitais Avançados (2023)

Gráfico 6 | Contratações Realizadas (2023)

Gráfico 7 | Maiores Gastos em Contratações por Área (2023)

Gráfico 8 | Pagamento por Mês

Gráfico 9 | Fiscalização e Infrações

Gráfico 10 | Gastos Realizados (CEB)

Gráfico 11 | Gastos Realizados (CAESB)

SUMÁRIO

- 1.** Mensagem do Diretor-Presidente
- 2.** Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo
 - 2.1.** Identificação da Unidade Prestadora de Contas
 - 2.2.** Identidade Estratégica
 - 2.2.1.** Os valores do ITI
 - 2.2.2.** A Proposta de Valor aos Cliente
 - 2.3.** Estrutura Organizacional
 - 2.4.** Estrutura de Governança
 - 2.5.** Modelo de Negócios (Cadeia de Valor)
 - 2.6.** Ambiente Externo
 - a)** Relacionamento com a Sociedade
 - b)** Eventos
 - c)** Aqui tem CD
 - d)** Redes Sociais
 - e)** Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos Usuários
 - f)** Mecanismo de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade
 - g)** Conteúdo de Divulgação e Institucional
- 3.** Riscos, Oportunidades e Perspectivas
 - 3.1.** Gestão de Riscos
 - 3.2.** Controles Internos
 - a)** Atuação da Unidade de Auditoria Interna
 - b)** Sistema Angelica
 - c)** Sistema e-AUD

- d) Atividades de Correição e Apuração
- e) Processos instaurados pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI)
- f) Processos instaurados e/ou supervisionados pela Ciset/PR em relação ao ITI
- g) Perfil de Governança Institucional
- h) Tratamento de recomendações do TCU

4. Governança, Estratégia e Desempenho

4.1. Estratégia

4.2. Resultados alcançados Ante os Objetivos Estratégicos

- a) Indicadores Estratégicos

4.3. Resultados das Atividades Finalísticas e da Gestão

- a) Diretoria de Infraestrutura de Chaves Públicas | DINFRA
- b) Coordenação-Geral de Infraestrutura e Segurança | CGISE
- c) Coordenação-Geral de Operações | CGOPE
- d) Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização | DAFN
- e) Coordenação-Geral de Auditoria e Fiscalização | CGAFI
- f) Coordenação-Geral de Normalização e Pesquisa | CGNPE
- g) Coordenação-Geral de Inovação, Cooperação e Projetos | CGICP

4.4. Resultados das principais áreas de atuação

- a) Gestão Orçamentária e Financeira
- b) Gestão de Custos
- c) Gestão de Pessoas
- d) Gestão de Licitações e Contratos
- e) Gestão Patrimonial e Infraestrutura
- f) Gestão de Tecnologia da Informação
- g) Principais Iniciativas (sistemas e projetos) e Resultados na Área de TI por Cadeia de Valor
- h) Segurança da Informação



i) Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

j) Sustentabilidade Ambiental

5. Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis

5.1. Informações do Setor de Contabilidade

5.2. Normas Legais e Técnicas Adotadas nas Atividades Orçamentárias Financeiras e Contábeis

5.3. Demonstrações contábeis e Notas Explicativas

5.4. Principais Práticas Contábeis

6. Anexos

7. Abreviaturas

1. Mensagem do Diretor-Presidente

A declaração de prestação de contas anuais na administração pública é um processo fundamental para garantir a transparência e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos. Essa declaração é realizada por gestores públicos e pretende apresentar à sociedade e aos órgãos de controle as informações sobre a execução orçamentária, financeira e patrimonial do órgão ou entidade pública.

Assim a prestação de contas anuais na administração pública inclui geralmente os seguintes elementos: relatório de gestão, demonstrativos contábeis, relatório de auditoria, os quais, respectivamente, retratam as principais atividades realizadas pelo órgão ou entidade no período, bem como os resultados alcançados, os programas e projetos desenvolvidos, as metas e os indicadores de desempenho, a situação financeira e patrimonial do órgão ou entidade, como o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício e a demonstração dos fluxos de caixa e, ainda, a avaliação da conformidade do órgão ou entidade perante as leis, regulamentos e normas aplicáveis, mas também recomendações para melhorias na gestão e no controle interno.

Esse conjunto de elementos permite que os cidadãos acompanhem e fiscalizem a aplicação dos recursos públicos e nas diversas áreas de nossa atuação, destaca-se também perspectivas, iniciativas e desafios enfrentados durante o ano.

Para isso, preparamos o Relatório Integrado do ITI, elaborado conforme as recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU), as normas contabilísticas aplicáveis ao setor público, garantindo o cumprimento de todas as leis, regulamentos e diretrizes relevantes que regem a administração pública com foco no cidadão e na melhoria contínua de nossos portfólios de serviços. O documento retrata gráficos e tabelas contendo os principais resultados alcançados para a execução de sua missão e de seus objetivos estratégicos, elencados em seções e capítulos específicos, visando detalhar as prioridades adotadas pela gestão no atendimento das metas fixadas em seu Planejamento Estratégico.

Em 2023, o ITI celebrou seus 22 anos de atuação como Autoridade Certificadora Raiz (AC Raiz) da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), tornando-se nessa jornada responsável pelo provimento de Solução de Assinaturas Eletrônicas Avançadas para a Plataforma Gov.br e ainda pela operacionalização dos processos de credenciamento, homologação, auditoria e fiscalização dos entes públicos e privados sobre sistemas biométricos, de personalização e de gráficas no âmbito da expedição da Carteira de Identidade Nacional, é imperioso destacar a conduta íntegra e responsabilidade dos agentes públicos desse ITI para adoção de práticas transparentes e éticas em todas as operações do conjunto de serviços oferecidos.

Certamente o ano de 2023 para o ITI além de desafiante, seja pelo corte orçamentário, seja pela ausência de quadro próprio de pessoal para a execução da missão institucional, ainda assim foi capaz de superar esses desafios, aportando ao rol de serviços públicos mais uma missão de relevância e protagonismo na agenda governamental no âmbito da expedição da Carteira de Identidade Nacional (CIN) e ainda pelo terceiro ano consecutivo executando o orçamento disponível de forma eficiente alocando em investimentos voltados para contratações de serviços e aquisições estruturantes. Perspectivas essas que abrem oportunidades para discutir novo limite orçamentário, estabelecer quadro próprio de pessoal e instrumentos que viabilizem a composição de sua força de trabalho ao passo de seu crescimento e, a consequente mudança de sede, bem como atualização de parques tecnológicos e afins.

Em termos de governança, adotamos práticas transparentes e éticas em todas as nossas operações, renovamos nosso Plano de Integridade e buscamos dar maior transparência as nossas atividades, atualizando o nosso Portal Institucional, a Carta de Serviços, a disponibilização de dados abertos, as informações prestadas por meio da Plataforma FalaBR. Temos políticas e procedimentos claros para garantir a conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis, bem como para prevenir e detectar qualquer forma de corrupção ou fraude. Também promovemos a responsabilidade individual e a prestação de contas em todos os níveis da organização.

A agregação de valores é um dos nossos principais objetivos. Buscamos criar valor para nossos clientes, colaboradores e para a sociedade como um todo. Acreditamos que a criação de valor sustentável é fundamental para o sucesso a longo prazo de nossa instituição.

O ITI tem um forte compromisso com a sustentabilidade e a responsabilidade social. Em relação ao meio ambiente, buscamos minimizar nosso impacto ambiental mediante práticas sustentáveis, como a redução do consumo de energia, o uso de materiais recicláveis e a gestão adequada dos resíduos. Também incentivamos nossos colaboradores a adotarem comportamentos sustentáveis no local de trabalho e em suas vidas pessoais. Nós nos esforçamos para incorporar os princípios de ESG (*Environmental, Social and Governance*) em todas as nossas operações.

No aspecto social, valorizamos a diversidade e a inclusão em nossa equipe. Promovemos um ambiente de trabalho seguro e respeitoso, onde todos os colaboradores são tratados com igualdade e têm oportunidades iguais de crescimento e desenvolvimento.

No entanto, também enfrentamos desafios nessa jornada. A implementação efetiva de práticas como as elencadas requerem um compromisso contínuo e recursos adequados. Além disso, é necessário um esforço conjunto de todos os envolvidos, desde a alta administração até os colaboradores de todos os níveis. Também enfrentamos desafios externos, como mudanças regulatórias e expectativas crescentes da sociedade em relação à Administração Pública.

Apesar dos desafios, estamos comprometidos em avançar em nossa jornada de compliance e agregação de valores. Acreditamos que essas práticas são essenciais para o sucesso de nossa Autarquia e para o benefício de todas as partes interessadas envolvidas.

Agradecemos a oportunidade de apresentar esta declaração de prestação de contas anual ao Tribunal de Contas da União. Continuamos comprometidos com a melhoria contínua em nossas práticas de gestão financeira e governança.

Obrigado pela sua atenção a este assunto.

2. Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo

2.1. Identificação da Unidade Prestadora de Contas

O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) é uma autarquia federal, criada por intermédio do Art. 12 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, vinculada à Casa Civil da Presidência da República, na forma do Decreto nº 11.202, de 21 de setembro de 2022. O ITI foi fundado para ser a Autoridade Certificadora Raiz (AC Raiz) da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Tornando-se também responsável pelo provimento de Solução de Assinaturas Eletrônicas Avançadas para a Plataforma gov.br, em conformidade à Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020 e Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020. Passou a ser o responsável pela operacionalização dos processos de credenciamento, homologação, auditoria e fiscalização dos entes públicos e privados sobre sistemas biométricos, de personalização e de gráficas no âmbito da expedição da Carteira de Identidade Nacional com base no Decreto nº 11.797, de 27 de novembro de 2023.

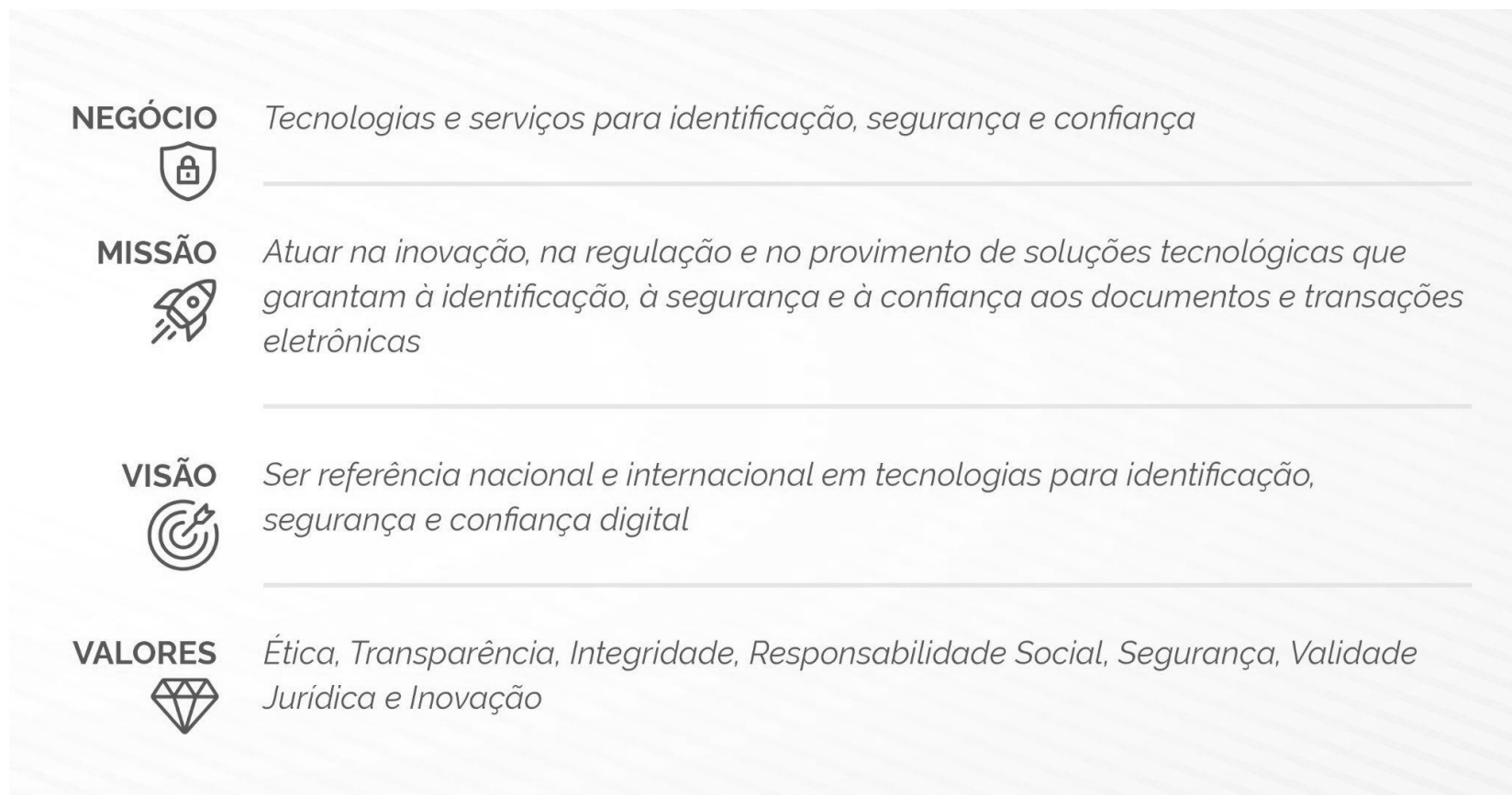
O Instituto foi criado para atuar no Sistema Nacional de Certificação Digital, conhecido como ICP-Brasil, para ser a Autoridade Certificadora Raiz, e executar as políticas de certificação e as normas técnicas e operacionais estabelecidas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil. Também compete ao Instituto realizar os processos de credenciamento, auditoria e fiscalização das entidades que compõem a ICP-Brasil, com vistas a manter a qualidade dos serviços prestados e o nível de confiança que a sociedade exige ao valer-se de um Certificado Digital. A Autarquia atua ainda, como Secretaria-Executiva do Comitê Gestor da ICP-Brasil, a quem compete a atividade normativa no âmbito da ICP-Brasil e, inclusive, se submete ao Decreto nº 6.605, de 14 de outubro de 2008 que, por meio do Decreto nº 10.626, de 11 de fevereiro de 2021, conferiu ao ITI a possibilidade de coordenação de grupo de trabalho técnico do Comitê Gestor da ICP-Brasil.

A partir da Lei nº 14.063 de 23 de setembro de 2020, e com a edição e publicação do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, ficou estabelecido ao ITI, em ato conjunto com a Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, atualmente Ministério de Gestão e Inovação (MGI), definir os padrões criptográficos referenciais para as assinaturas avançadas nas comunicações que envolvam a administração pública federal direta, autárquica e fundacional. E ainda, atuar, conforme as políticas e as diretrizes do Governo Federal, junto a pessoas jurídicas de direito público interno no apoio técnico e operacional relacionado à criptografia, à assinatura eletrônica, à identificação eletrônica e às tecnologias correlatas. Com a nova legislação em vigor, o Instituto passou a ser o principal provedor da solução de assinaturas avançadas do Portal Gov.br, contribuindo para o crescente fornecimento de serviços digitais seguros.

Com o advento do Decreto nº 11.797, de 27 de novembro de 2023, o ITI passa a propor à Câmara-Executiva Federal de Identificação do Cidadão (CEFIC) a regulamentação dos processos de credenciamento, homologação, auditoria e fiscalização dos entes públicos e privados sobre sistemas biométricos, de personalização e de gráficas no âmbito da expedição da Carteira de Identidade Nacional (CIN), bem como operacioná-los, e ainda, disponibilizar infraestrutura para integração de dados biométricos e biográficos do Serviço de Identificação do Cidadão, em apoio ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, dentre outros.

2.2. Identidade Estratégica

Figura 1 | Identidade Estratégica



2.2.1. Os Valores do ITI

Os valores representam os princípios que devem nortear as ações e a conduta dos dirigentes, gestores, servidores e todas as partes interessadas das organizações. Eles formam o código de conduta e são inegociáveis. Compõem os princípios éticos e o esforço moral que deverão ser respeitados enquanto a organização busca cumprir sua missão e atingir os objetivos de sua visão. Eles orientam e impõem limites à tomada de decisões e determinam a forma como a organização se comporta e interage com suas partes interessadas.

Os valores do ITI expressam:

- **Ética:** Padrões de conduta materializados na veracidade dos fatos, na honestidade, na moralidade, na coerência e na probidade administrativa.
- **Transparência:** Disponibilização de dados e informações que permitam a avaliação das contribuições e impactos econômicos, sociais e ambientais das atividades, ressalvadas as informações confidenciais.
- **Integridade:** Combate a todo e qualquer mecanismo de corrupção, desvio de finalidade, desperdício de recursos públicos, contratações irregulares e sobreposição de interesse privado ao público.
- **Sustentabilidade Social:** Responsabilidade pelos resultados e impactos das ações no meio natural e social afetados, com esforços no sentido de cumprir as obrigações para o bem-estar da coletividade.
- **Segurança:** Soluções com garantia de segurança, integridade, autenticidade e confidencialidade em transações e documentos eletrônicos.

- **Validade Jurídica:** Soluções adequadas às normas legais e regulamentares a fim de que transações e documentos eletrônicos tenham validade jurídica.
- **Inovação:** Soluções inovadoras que garantam identificação, confiança e segurança em transações e documentos eletrônicos.

2.2.2. Proposta de Valor aos Clientes

Tabela 1 | Proposta de Valor aos Clientes

	Serviços	Clientes alvo²	Proposta de valor destacados
1	Certificado digital	Autoridades certificadoras de 1º nível	Disponibilidade, segurança e validade jurídica
2	Credenciamento	Autoridades certificadoras, de registros, de carimbo do tempo e prestadores de serviços de suporte, biométricos e de confiança e auditorias independentes.	Disponibilidade, segurança, agilidade e validade jurídica.
3	Sincronismo das autoridades de carimbo do tempo	Autoridades de carimbo de tempo.	Disponibilidade, segurança e validade jurídica.
4	Auditoria e fiscalização	Autoridades certificadoras, de registros, de carimbo do tempo e prestadores de serviços de suporte, biométricos e de confiança e auditorias independentes.	Disponibilidade, agilidade, conformidade legal e transparência.
5	Padrão brasileiro de assinaturas eletrônicas qualificadas	Autoridades certificadoras, de registros, de carimbo do tempo e prestadores de serviços de suporte, biométricos e de confiança na sociedade.	Disponibilidade, segurança, interoperabilidade, verificação de conformidade, mobilidade e validade jurídica.
6	Homologação de hardware	Fabricantes de hardware	Segurança, interoperabilidade,

² Nossa Carta de Serviços e nosso Planejamento Estratégico materializam a concepção da missão institucional e potencializam o conjunto de serviços agregados e dirigidos às partes interessadas e/ou público alvo (cidadão, órgão e/ou entidade pública e privada, dentre outros).

	e software criptográficos	e desenvolvedores de software criptográficos.	agilidade e conformidade
7	Comitê Gestor da ICP-Brasil, entes públicos e privados e a sociedade	Comitê Gestor da ICP-Brasil, entes públicos e privados e a sociedade.	Agilidade e conformidade.
8	Identificação de objeto	Autoridades certificadoras, de registros, de carimbo do tempo e prestadores de serviços de suporte, biométricos e de confiança e a sociedade	Disponibilidade, segurança, interoperabilidade e conformidade.
9	Assinatura Eletrônica Avançada	Sociedade por meio da integração com a plataforma Gov.Br.	Segurança, interoperabilidade, agilidade, conformidade, integridade, disponibilidade

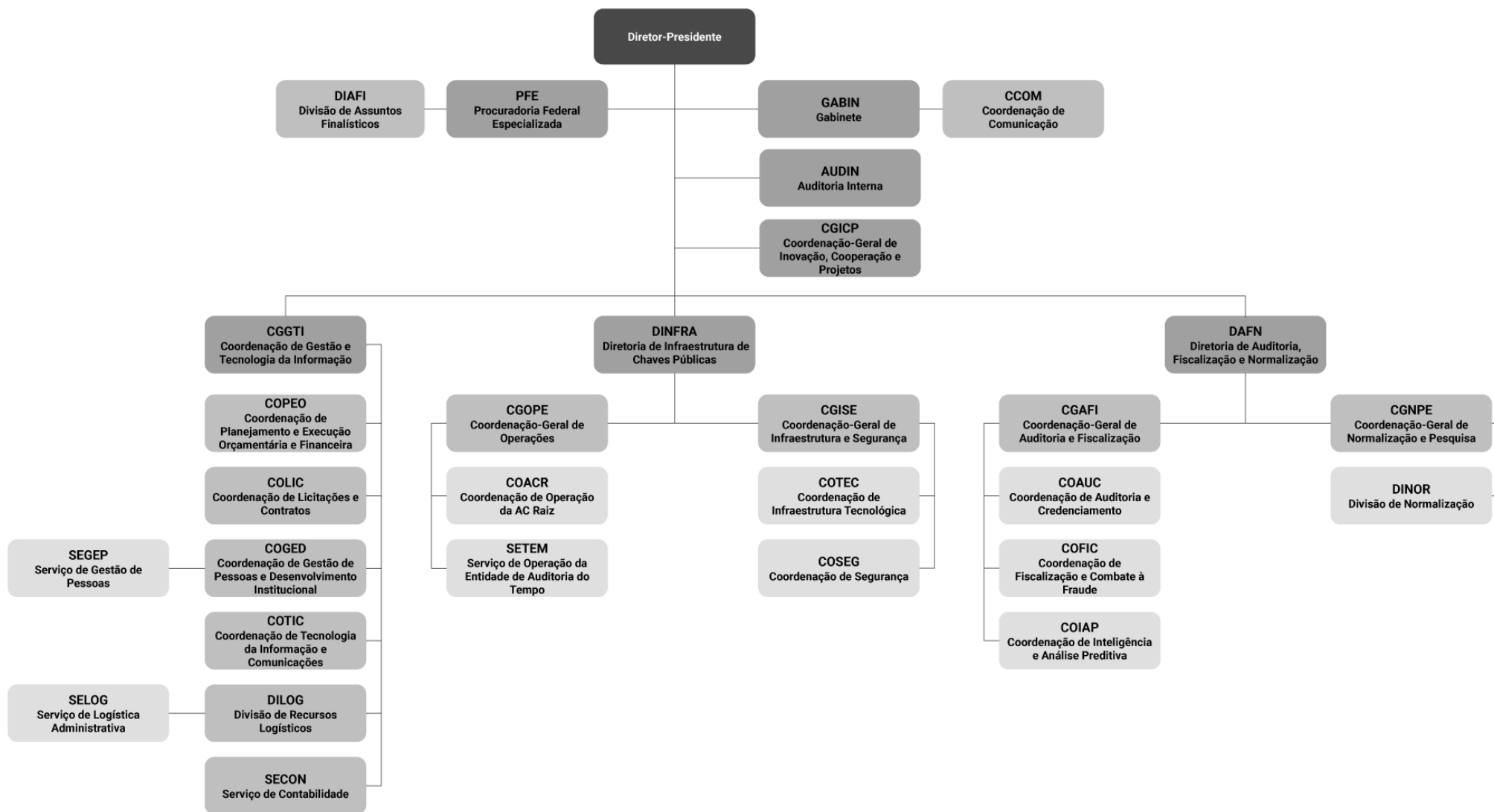
2.3. Estrutura Organizacional

Definida pelo Decreto nº 13.329, de 1º de janeiro de 2023, Decreto nº 11.206, de 26 de setembro de 2022, e detalhada pela Portaria nº 24, de 20 de outubro de 2022, o ITI tem a seguinte estrutura organizacional:

- A. Gabinete - (GABIN)**
 - a. Coordenação de Comunicação – (CCOM)**
- B. Auditoria Interna – (AUDIN)**
- C. Coordenação-Geral de Inovação, Cooperação e Projetos (CGICP)**
- D. Procuradoria Federal Especializada (PFE)**
 - a. Divisão de Assuntos Finalísticos (DIAFI)**
- E. Coordenação-Geral de Gestão e Tecnologia da Informação (CGGTI)**
 - a. Coordenação de Planejamento e Execução Orçamentária e Financeira (COPEO)**
 - b. Coordenação de Licitações e Contratos (COLIC)**
 - c. Coordenação de Gestão de Pessoas e Desenvolvimento Institucional (COGED)**

- i. Serviço de Gestão de Pessoas (SEGEP)
 - d. Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação (COTIC)
 - e. Divisão de Recursos Logísticos (DILOG)
 - i. Serviço de Logística Administrativa (SELOG)
 - f. Serviço de Contabilidade (SECON)
- F. Diretoria de Infraestrutura de Chaves Públicas (DINFRA)
 - a. Coordenação-Geral de Infraestrutura e Segurança (CGISE)
 - i. Coordenação de Infraestrutura Tecnológica (COTEC)
 - ii. Coordenação de Segurança (COSEG)
 - b. Coordenação-Geral de Operações (CGOPE)
 - i. Coordenação de Operação da AC Raiz (COACR)
 - ii. Serviço de Operação da Entidade de Auditoria do Tempo (SETEM)
- G. Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização (DAFN)
 - a. Coordenação-Geral de Auditoria e Fiscalização (CGAFI)
 - i. Coordenação de Auditoria e Credenciamento (COAUC)
 - ii. Coordenação de Fiscalização e Combate à Fraude (COFIC)
 - iii. Coordenação de Inteligência e Análise Preditiva (COIAP)
 - b. Coordenação-Geral de Normalização e Pesquisa (CGNPE)
 - i. Divisão de Normalização (DINOR)

Figura 2 | Organograma

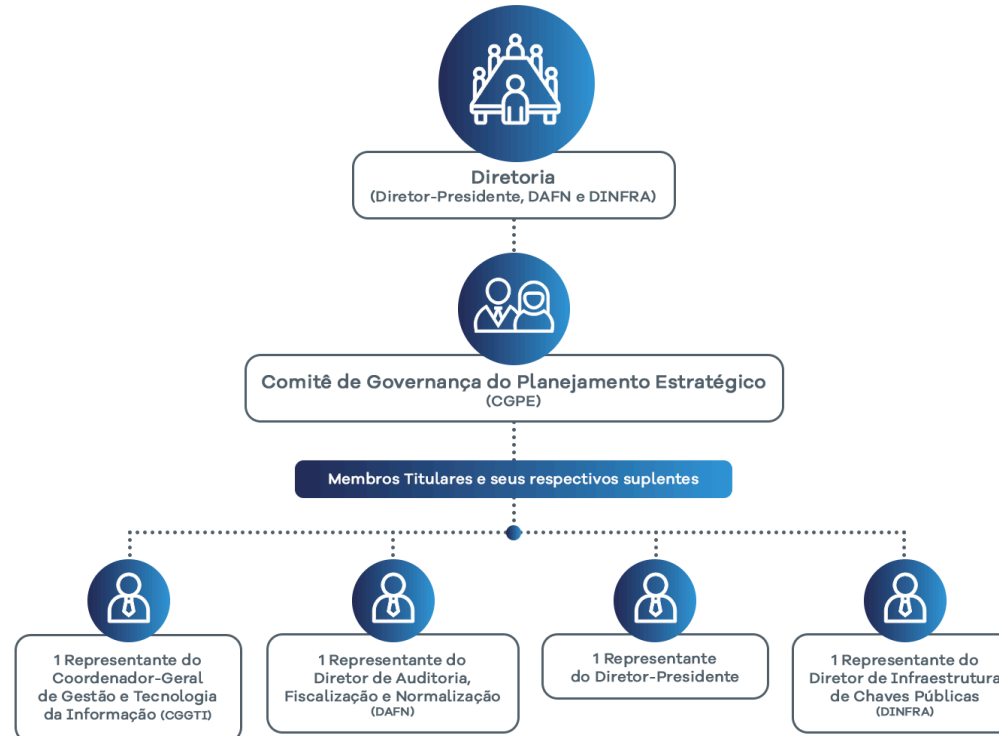


2.4. Estrutura de Governança

A governança é realizada pela diretoria do Instituto, composta pelo Diretor-Presidente, Diretor de Auditoria, Fiscalização e Normalização (DAFN) e Diretor de Infraestrutura de Chaves Públicas (DINFRA), em primeiro nível e, em segundo, pelo Comitê de Governança do Planejamento Estratégico (CGPE).

O CGPE é instituído pela Portaria nº 18, de 19 de dezembro de 2022 e é composto por gestores do ITI mediante designação do Diretor-Presidente, com regras próprias de funcionamento estabelecidas em seu Regimento Interno.

Figura 3 | Modelo de Governança



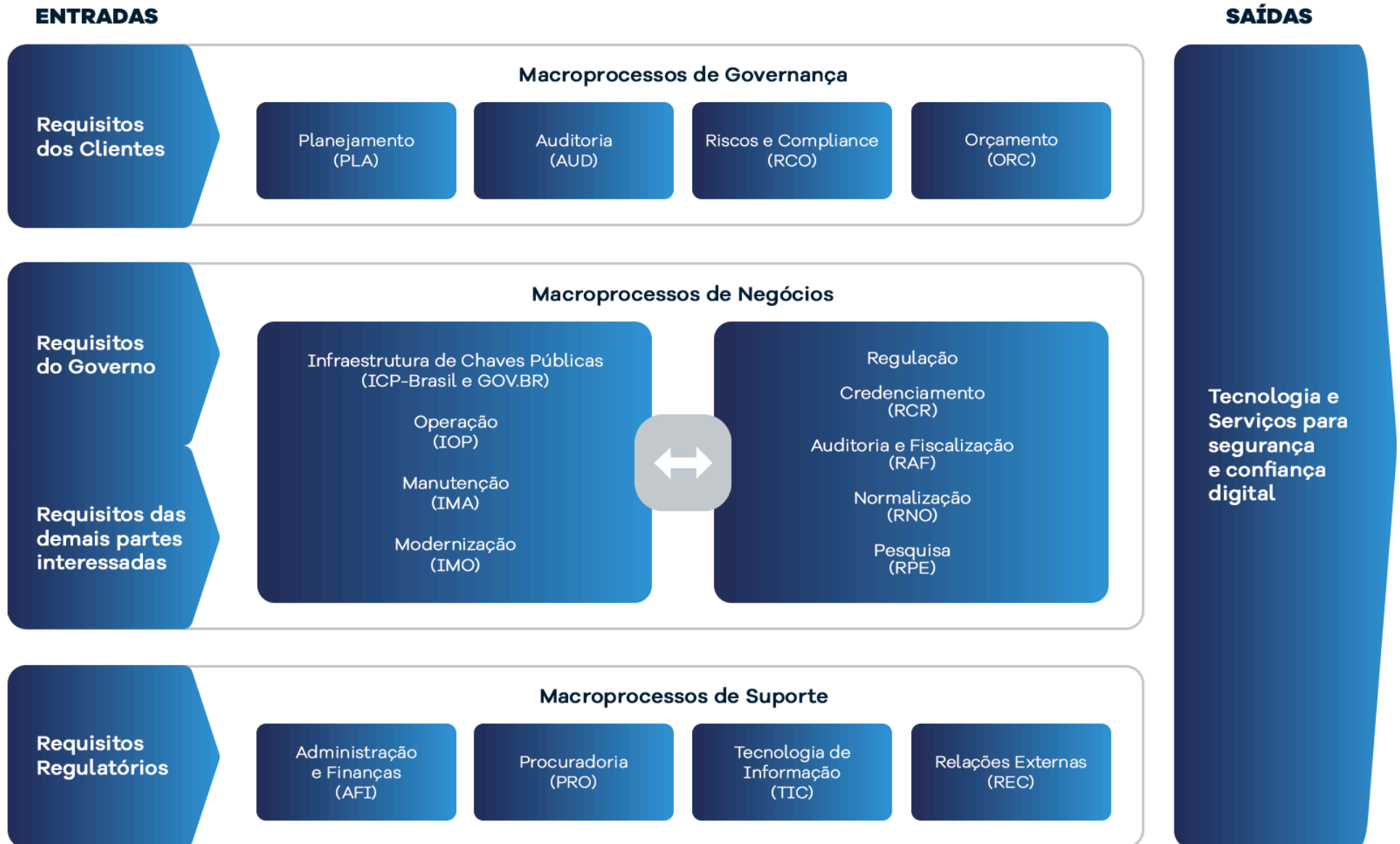
2.5. Modelo de Negócios (Cadeia de Valor)

O modelo de negócios utilizado pelo ITI é a Cadeia de Valor, que é um modelo usado para descrever a forma pela qual as empresas recebem insumos, agregam valor por meio de vários processos para criar um produto ou serviço, os quais, por sua vez, são entregues aos clientes.

A Cadeia de Valor do Instituto demonstra os macroprocessos necessários à entrega dos serviços aos clientes, sendo sua representação feita em três níveis:

- **Macroprocessos de Governança:** englobam as funções de governança e controle, ou seja, aqueles que estabelecem a forma como o Instituto é dirigido;
- **Macroprocessos de Negócios:** englobam as funções finalísticas voltadas à atividade fim do Instituto e centrais para entrega dos serviços; e
- **Macroprocessos de Suporte:** englobam as funções de alicerce que provêm os meios administrativos e financeiros para dar suporte à entrega dos serviços.

Figura 4 | Cadeia de Valor



2.6. Ambiente Externo

a) Relacionamento com a Sociedade

O ITI possui os seguintes canais públicos que permitem interação com o cidadão:

I. Fala.BR (e-OUV e e-SIC)

O Fala.BR é a Plataforma Integrada de Ouvidoria (e-OUV) e Acesso à Informação (e-SIC) do Poder Executivo Federal. Por meio dela o cidadão pode enviar pedidos de acesso à informação e manifestações de Ouvidoria (denúncias, elogios, reclamações, sugestões e solicitações) aos órgãos e entidades.

- **Das manifestações recebidas**

Em 2023, o ITI recebeu 1.303 manifestações, correspondente a 1.063 demandas de ouvidoria e 240 pedidos de acesso à informação, que estão subdivididos da seguinte forma:

Tabela 2 | Manifestações Recebidas

Solicitações de Acesso à Informação	
240	
Ouvidoria (e-OUV)	
1063	
Solicitações	686
Reclamações	194
Denúncias/Comunicações	138

Sugestões	38
Elogios	5
Simplifique	2

No gráfico 1 abaixo é notório que a demanda da ouvidoria aumentou substancialmente. Além do crescimento natural do número de usuários do sistema Fala.BR, esse aumento da demanda também se deveu à mudança de endereço eletrônico para validação de assinatura digital com a entrada em operação do site VALIDAR no mês de março de 2023 (veja o gráfico 2), gerando uma demanda expressiva de solicitações e de reclamações dos usuários por conta de inconsistências ocorridas nos primeiros dias de operação e indisponibilidade do serviço em setembro de 2023, bem como a alteração do Decreto nº 7.724/2012, por meio da alteração promovida pelo Decreto nº 11.527/2023, publicado no dia 16 de maio, que determinou de forma expressa a obrigatoriedade do registro de todo e qualquer pedido de acesso à informação na plataforma Fala.BR.

Dessa forma, os pedidos recebidos pelo ITI via e-mail, que anteriormente eram respondidos na mesma plataforma, passaram a ser registrados, quando possível, no sistema Fala.BR.

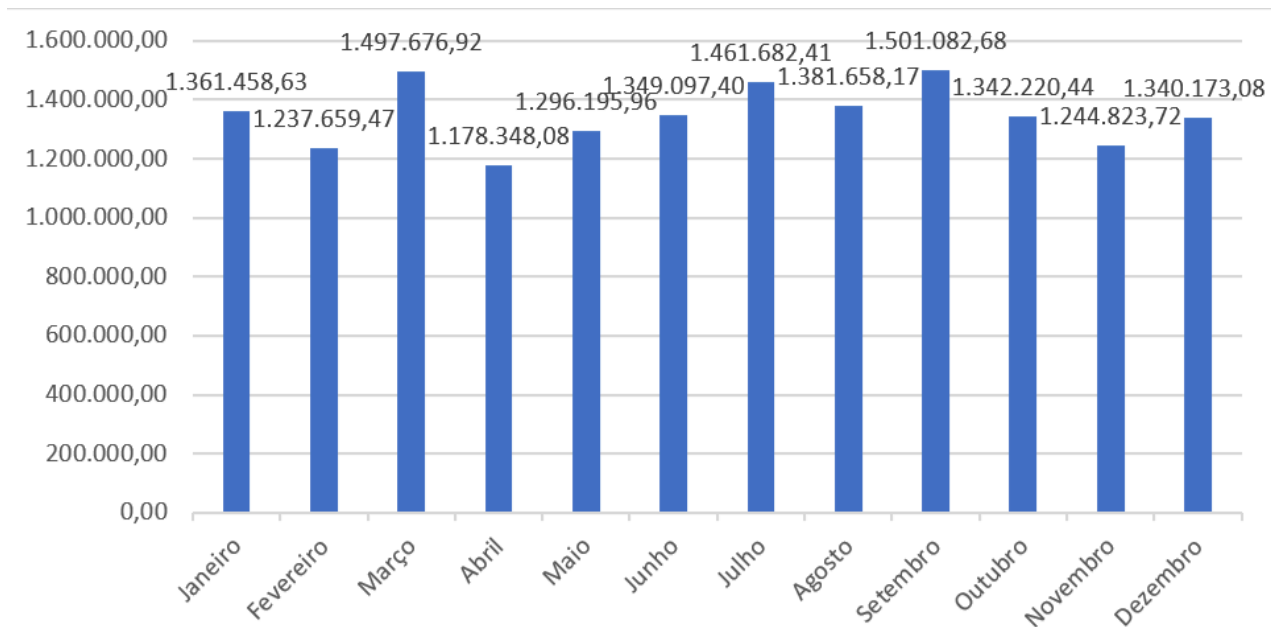
Os registros inapropriados são aqueles assuntos que não são de competência do ITI e que foram encaminhados a outros órgãos da administração pública.

Tabela 3 | Demandas Recepcionadas pela Ouvidoria (2021 a 2023)

Tipo de Demanda	2023	Δ%	2022	Δ%	2021
Demandas de Ouvidoria	1.046	78,8%	585	-14,3%	682

e Acesso à Informação					
Registro Inapropriado	257	73,6%	148	8,8%	136
Total	1.303	77,7%	733	-10,04%	818

Gráfico 1 | Demanda Mensal de Manifestações



- **Das solicitações de acesso à informação (e-SIC)**

Os pedidos de informação podem ser encaminhados diretamente através do sistema Fala.BR, por e-mail sic_iti@iti.gov.br, por telefone (61) 3424-3830 ou pessoalmente.

No tocante às ligações telefônicas foram realizados 3.120 atendimentos, enquanto às informações presenciais foram realizados 35 atendimentos.

No painel abaixo é demonstrado que o ITI respondeu a 100% da demanda ocorrida no ano de 2023 com um tempo médio de resposta de 8,69 dias, ocupando a posição 65 dos 324 órgãos que utilizam a Plataforma Fala.BR.

Gráfico 2 | e-SIC



Fonte: <https://centralpaineis.cgu.gov.br/>

Em cumprimento ao disposto no art.15 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que trata dos recursos relacionados aos indeferimentos de acesso à informação, ou ainda, negativa de acesso, registramos que, de um total de 240 manifestações tramitadas no ITI no ano de 2023, foram impetrados 21 recursos, conforme discriminados no quadro abaixo:

Gráfico 3 | Total de Recursos



Fonte: <https://centralpaineis.cgu.gov.br/>

As respostas às manifestações aos cidadãos, quanto ao e-SIC, apresentaram os seguintes tipos:

Tabela 4 | Tipos de Resposta (e-SIC)

Tipos de Resposta	Quantidade	%
Acesso Concedido	199	82,91
Não se trata de Solicitação	15	6,25
Acesso Negado	9	3,75
Acesso Parcialmente Concedido	7	2,91
Informação Inexistente	4	1,66
Pergunta Duplicada/Repetida	3	1,25
Órgão não tem Competência	3	1,25
Total	240	100

Com relação aos assuntos solicitados nas manifestações de acesso à informação, destacamos que no ano de 2023 as demandas de acesso a processo administrativo ou de fiscalização foram maiores que as demandas sobre credenciamento, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Tabela 5 | Assuntos Solicitados (e-SIC)

Assunto	Quantidade	%
Assuntos Diversos	57	23,75
Acesso a Processo	55	22,91
Validador de Documentos	34	14,16
Fiscalização	22	9,16
Certificado Digital	21	8,75
Assinatura Digital	18	7,5
Credenciamento	15	6,25
Portal Gov.Br	15	6,25
Cadastro de Agentes de Registro - CAR	3	1,25
Total	240	100

No geral, as solicitações de acesso à informação, como relatado inicialmente, estão relacionadas ao acesso a processos administrativos de credenciamento, descredenciamento e processos de fiscalização. Também houve aumento considerável nas solicitações relacionadas ao novo site do ITI VALIDAR.

Como oportunidade de melhoria no fluxo interno foi adotado e revisado pelo segundo ano consecutivo cartilha padronizada e personalizada com temas e subtemas, respostas fundamentadas e afins, visando o melhor retorno ao cidadão e o endereçamento da demanda interna de forma adequada o que repercutiu de forma positiva no tempo de resposta ao cidadão mostrando que o objetivo foi alcançado.

- **Das manifestações de ouvidoria (e-OUV)**

Com relação às manifestações de ouvidoria (e-OUV), houve aumento de mais de 120% em relação ao ano de 2022. Isso ocorreu devido à mudança de endereço eletrônico para validação de assinatura digital com a entrada em operação do site VALIDAR no mês de março de 2023, gerando uma demanda expressiva de solicitações e de reclamações dos usuários por conta de inconsistências ocorridas no primeiro dia de operação e/ou indisponibilidade do sistema nas semanas seguintes à implantação.

Com relação aos assuntos relacionados a ouvidoria, a demanda mais recorrente refere-se ao novo site <https://validar.iti.gov.br/>, que representa quase 50% de todas as solicitações, seguido pelo Portal Gov.br, conforme quadro abaixo:

Tabela 6 | Assuntos Solicitados (e-OUV)

Assunto	Quantidade	%
Validar	500	47,03
Portal.Gov.Br	190	17,87
Fiscalização	83	7,80
Assuntos Diversos	74	6,96
Certificado Digital	64	6,02
Assinatura Digital	62	5,83
Credenciamento	23	2,16
Relação Comercial	20	1,88
Assinador ITI	19	1,78
Gestão de Pessoas	13	1,22
Normatização	8	0,75
Outros	7	0,65
Total	1063	100

- **Da pesquisa de satisfação do usuário**

Acerca da pesquisa de avaliação dos cidadãos, 73 usuários responderam à pesquisa de satisfação na Plataforma Fala.BR, o que corresponde a 5,6% do total de manifestações tratadas no ITI, conforme demonstra o quadro abaixo:

Tabela 7 | Pesquisa de Satisfação Fala.BR (2023)

Avaliação	Quantidade	%
Muito Satisfeito	34	46,57
Satisfeito	14	19,17
Regular	9	12,32
Muito Insatisfeito	10	13,69
Insatisfeito	6	8,21
Total	73	100

Analisando a pesquisa de satisfação respondida pelos cidadãos na Plataforma Fala.BR, observa-se que 65,74% das respostas avaliaram como satisfeito ou muito satisfeito, assim, conclui-se que, o serviço está sendo prestado satisfatoriamente.

A participação do cidadão através da pesquisa de satisfação em termos quantitativos ainda não é relevante para a melhoria dos processos e atendimentos dos serviços de ouvidoria, ainda assim, devemos continuar incentivando à participação por meio de mensagens ao final dos atendimentos, bem como adotando outros mecanismos para o fomento à prática de participação.

II. Portal Institucional | www.gov.br/iti

No ano de 2023, conforme os dados apresentados pelo Google Analytics, o portal web institucional do ITI teve 3.168.991 de visualizações e 1.333.161 de visitas.

III. Validação de Assinaturas Eletrônica | Portal Validar

Em 2023, o ITI consolidou o serviço de validação de assinaturas eletrônicas por meio do portal <https://validar.iti.gov.br>. O VALIDAR foi aprimorado com várias otimizações e melhorias de desempenho. Além disso, foi incluído um novo recurso de configuração de Lista de Confiança, com as âncoras dos países do Mercosul. Esse recurso também permite validar assinaturas internacionais dos países que o Brasil possui acordo de reconhecimento mútuo de assinatura eletrônica e é apto para validação de outros países que venham fazer acordo com o Brasil. O serviço passou a fornecer integração às aplicações de órgãos de Governo via API e foi lançado o aplicativo VALIDAR QR CODE, que permite a validação de documentos com QR Code criados no padrão ou o envio do documento em PDF, além de permitir que o cidadão identifique e valide assinaturas eletrônicas de certificados de atributos que estejam representados por QR Code desde que atendam aos padrões do serviço.

Em 2023, também foi elaborada a Portaria ITI nº 22, de 28 de setembro de 2023, regulamentando o serviço. O serviço tem demonstrado sua importância, como evidenciado pela sua avaliação no portal Gov.br. Atualmente, é um dos serviços mais frequentemente utilizados dentro do portal, recebendo uma avaliação geral de 4,9 de um máximo de 5 pontos. A média de acessos diários tem sido acima de 100 mil validações de assinaturas eletrônicas.

b) Eventos:

I. Certforum | <https://certforum.iti.gov.br>

O Certforum é um evento anual realizado pelo ITI, em parceria com outras organizações do setor, para discutir o segmento de certificação digital no âmbito da ICP-Brasil.

Após dois anos na modalidade virtual, o Certforum 2023, mais importante evento sobre certificação digital no padrão ICP-Brasil, aconteceu nos dias 19, 20 e 21 de setembro no Centro de Eventos e Convenções Brasil 21 em Brasília, no formato presencial e, contou com mais de 800 pessoas credenciadas.

Iniciou com a abertura oficial no dia 19 de setembro, às 19h, e a programação foi distribuída em grade, entre os dias 20 e 21. Sendo dois dias com 16 painéis temáticos e mais de 30 palestrantes convidados. Ressalta-se que essa foi a quarta vez em que o fórum reuniu representantes dos países da América Latina para debater e ampliar o uso da assinatura digital em diferentes contextos econômicos e sociais nos países latino-americanos.

O evento contou com a organização e realização do ITI, Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia em Identificação Digital (Abrid) e o Governo Federal. Contou com o apoio institucional de entidades como, Associação das Autoridades de Registro do Brasil (AARB), Associação Nacional de Certificação Digital (ANCD), Associação Nacional de Autoridades de Certificação Digital (ANCert), Associação Brasileira de Tecnologia e Identidade Digital (ATID), CryptoID e InterID.

No Certforum 2023 foi utilizado um aplicativo exclusivo do evento, disponível para os sistemas iOS e Android. O app levou o nome “Certforum 2023” e nele foi possível

acompanhar todas as informações do evento, de forma simples e interativa. O aplicativo gratuito permitiu aos participantes realizar inscrição, ter acesso à programação, informações sobre patrocinadores, apoiadores e palestrantes. Além de acesso às notícias sobre o evento, em tempo real, dentre outras funções para facilitar a participação do público.

Os vídeos do evento estão disponibilizados no [canal do Instituto no YouTube](#).

c) Aqui tem CD

O Portal Aqui tem Certificação Digital, <https://aquitemcd.iti.gov.br/>, completou quatro anos em novembro de 2023. Nele o cidadão encontra informações sobre serviços, aplicações, sistemas e processos que aceitam o uso do seu certificado digital no padrão da ICP-Brasil. No último ano a página teve mais de 100 mil visualizações e registrou mais de 24 mil utilizadores.

d) Redes Sociais

Com foco na governança participativa combinada à facilidade de uso das plataformas de mídias sociais que promovem o relacionamento entre a sociedade e o governo, a CCOM deu continuidade à presença do ITI nas redes sociais, criando conteúdos e campanhas para os perfis no Instagram, Facebook, X, YouTube, LinkedIn e Telegram.

Rede Social	Seguidores	Link
 Facebook	9.102	http://facebook.com/itigovbr
 Instagram	7.138	http://instagram.com/itigovbr
 LinkedIn	22.726	https://www.linkedin.com/company/1105316

	X	1.955	http://twitter.com/itigovbr
	YouTube	4.178	http://youtube.com/user/itidigital
	Telegram	180	https://t.me/itigovbr
	Threads	1.234	https://www.threads.net/itigovbr

e) Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos Usuários

Ao integrar o Portal Gov.br, o ITI passou a utilizar a avaliação de serviços do portal, o qual possibilita que ao final de utilização de cada serviço, o usuário avalie quanto à utilidade e à satisfação com o serviço, permitindo assim avaliar o grau de satisfação dos usuários.

f) Mecanismo de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade

No *website* institucional são disponibilizados todos os dados referentes à instituição, tais como: Planejamento Estratégico, e-Agendas e demais sistemas, composição do quadro de pessoal, legislação, notícias, regulamentações aplicáveis, cartilhas, folders, manuais, revistas sobre certificação digital, informações técnicas e educativas sobre a ICP-Brasil, normas e atividades do Comitê Gestor, dentre outras informações de interesse da sociedade.

Através desses dados, os usuários, e a sociedade como um todo, podem acompanhar o trabalho que está sendo realizado, objetivos alcançados, utilização dos recursos e qualquer outra necessidade alusiva à integridade do Instituto e seu compromisso com o País.

g) Conteúdo de Divulgação e Institucional

Ao longo de 2023 foram elaboradas campanhas específicas e realizadas mudanças no padrão visual do material gráfico dos *cards* para postagens nas redes, matérias, coberturas e conteúdos digitais. Produtos esses que buscam disseminar informações sobre o ITI, esclarecer o público em geral a respeito do papel da ICP-Brasil, sobre a atuação do Comitê Gestor e os usos do certificado digital ICP-Brasil.

3. Riscos, Oportunidade e Perspectivas

3.1. Gestão de Riscos

Em 2018, o ITI aprovou a Política da Gestão de Riscos, a qual estabelece princípios, objetivos, diretrizes e responsabilidades a serem observadas e seguidas nos planos estratégicos, nas atividades e nos processos do ITI, em consonância aos princípios da governança e dos controles internos.

No primeiro semestre de 2023, foi iniciada a terceira etapa do mapeamento de processos, dando continuidade às atividades desenvolvidas com vistas a conclusão do IOP (Índice de Otimização de Processos), conforme estabelecido no Manual de Mapeamento de Processos. A conclusão do IOP assim viabilizou o Acompanhamento da Gestão de Riscos. Para tanto, foram solicitadas informações sobre os eventos de risco, os controles existentes, os planos de resposta e os resultados dos indicadores de monitoramento dos riscos das unidades gestoras de riscos. Os dados coletados nesse acompanhamento constam nos processos SEI 00100.001919/2022-25, 00100.001920/2021-50, 00100.001921/2021-02 e 00100.001922/2021-19.

A atualização da carteira de processos do Instituto, realizada ainda em 2022, permitiu ao Comitê de Governança, Riscos, Controles e Governança Digital (CGRC-GD) eleger do total de 44 processos, 14 processos críticos a serem monitorados e avaliados em seu Plano Institucional de Gestão de Riscos (PIGR), em que foram identificados os riscos que poderiam afetar o alcance dos objetivos institucionais definidos no Planejamento Estratégico 2019-2022 do ITI.

No primeiro semestre de 2023, foram consultadas as áreas gestoras na etapa de monitoramento para verificar eventual ajuste, extinção ou redesenho dos processos mapeados, ora citados como críticos. No semestre seguinte, apresentou-se em relatório os esforços das áreas vislumbrando as ações implementadas para controle, mitigação e eliminação dos riscos indicados como críticos ao longo do PE-ITI (2019-2022). Avaliou-se a evolução das etapas do mapeamento de processo que culminaram nos apontamentos aos riscos críticos. Foi proposto avaliação do monitoramento e da nova fase a ser estabelecida a partir do novo PE-ITI (2023-2026).

Além disso, foi apresentada pela COGED/Unidade de Gestão de Integridade (UGI) proposta de ajuste aos parâmetros e instrumentos de apuração dos riscos, bem como a necessidade de revisão e aprovação do Manual para Elaboração do Plano de Gestão de Riscos e atualização da Política de Gestão de Riscos e sua respectiva Portaria para deixar a metodologia ainda mais coesa e essenciais à gestão de riscos.

Sob a ótica de perspectivas, destaca-se ainda que, o contexto externo apresentou-se desafiante a gestão considerando cortes orçamentários que impactaram de certa forma o exercício e o contexto interno quando da ausência de quadro de pessoal próprio, ambos como uma questão a ser debatida nas esferas interna e externa para a superação, seja para expansão do limite orçamentário, seja para definição de um quadro próprio de pessoal que viabilize a recomposição da força de trabalho.

Ainda assim, a gestão pôde promover uma execução orçamentária exitosa e pautou a criação de quadro próprio em diversas ocasiões e instrumentos junto ao Congresso Nacional e ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), buscando atrelar os desafios às oportunidades e recursos disponíveis com vistas a performar cada vez melhor.

3.2. Controles Internos

a) Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A Auditoria Interna (AUDIN), possui suas competências descritas no Anexo I, art. 6º do Decreto 11.202 de 26 de setembro de 2022, nesse sentido, atua com autonomia técnica e objetividade e é guiada pelas diretrizes do seu planejamento, livre de interferências e determinação de escopo na execução dos seus trabalhos. Exerce a atividade de controle interno e consultoria cujo intuito é agregar valor e melhorar os controles do Instituto.

Durante o exercício a AUDIN cumpriu seu planejamento das atividades de auditoria descritas no PAINT de 2023 onde foi observado a execução de 8 ações de auditoria, sendo 3 de natureza obrigatória, 4 de natureza operacional e 1 de natureza de conformidade. Todas as ações foram selecionadas considerando a obrigatoriedade ou o planejamento baseado em riscos, na observância normativa do artigo 3º da IN nº 05/2021 de 27/08/2021.

Ainda em 2023 foram realizadas ações especiais (ações não previstas no PAINT) na qual podem ser destacadas a atuação decorrente ao sistema angélica processos SEI 0100.003009-2023-49 e 00100.000705-2023-01, como também a adesão ao sistema de auditoria e-Aud já realizando testes nas ações do PAINT e sendo totalmente implementado o monitoramento da AUDIN.

Posteriormente, foi realizada a elaboração das informações, referentes aos itens de competência da AUDIN que compunham o Relatório de Gestão de 2023, bem como a verificação das contas do ITI. Cabendo ainda à área de auditoria a emissão de Parecer de Auditoria, considerando a capacidade dos controles internos administrativos das unidades, a fim de evitar e corrigir falhas e irregularidades, bem como mitigar os riscos existentes.

No que diz respeito aos prazos pactuados junto ao PAINT de 2023 para as ações da área de Auditoria planejadas para todo o ano – esta área de auditoria teve algumas dificuldades em manter o planejamento inicial devido à rotatividade de colaboradores, atuando apenas com o Coordenador de Auditoria Interna desde julho de 2023 até o encerramento do respectivo exercício, somado às demandas extraordinárias. No entanto,

cumpriu 90% com o cronograma previsto para o exercício de 2023, sendo que o relatório de monitoramento 2023 foi ajustado para o exercício de 2024.

Sucessivamente, visando melhorar a eficiência dos controles internos, como premissa da área, priorizou-se a implementação da auditoria baseada em risco, para tanto foi analisado o mapeamento dos processos do Instituto realizados pela Coordenação de Planejamento, Orçamento e Modernização Institucional (COPOM), atualmente COGED, o qual serviu de embasamento para a confecção do PAINT de 2024.

Desta feita, vale destacar a elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT de 2024) que se encontra em execução, conforme o cronograma convencionado. Tendo ainda o cumprimento da carga horária mínima.

b) Sistema Angelica

Ainda em 2022 a Auditoria Interna (AUDIN) iniciou as tratativas e em 2023 realizou parceria com a Coordenação-Geral de Auditoria Contínua e Assessoramento Técnico da Secretaria de Controle Interno da Presidência da República (CISSET/PR), para utilização da solução Analisadora de Gastos, Editais de Licitações e Adesões (Angelica), objetivando aperfeiçoar a gestão de contratos do ITI. Destaca-se que a AUDIN aplicará o Sistema Angelica para as contratações iguais ou superiores a R\$ 700.000,00 (setecentos mil).

A ferramenta possibilita o monitoramento das aquisições de bens e contratações de serviços e da execução orçamentária, financeira e patrimonial, realizadas por meio dos sistemas informatizados do Governo Federal, visando avaliar a conformidade das operações, conforme art. 3º da Portaria CISSET/SG/PR nº 16, de 13 de abril de 2021.

Destaca-se que no exercício, foram realizadas análise em 2 processos de contratação, observando os critérios de análise do Sistema Angelica.

Outro ponto a considerar que ainda não foi possível diz respeito à normatização do Sistema Angélica junto ao ITI, devido à vacância do cargo de Diretor-Presidente do Instituto no exercício de 2023, atuando com o

Diretor-Presidente Adjunto. Nesse sentido, com o Diretor-Presidente empossado em 2024, já está em andamento o processo de normatização do Sistema Angélica no ITI.

c) Sistema e-AUD

Em 2022, o ITI, por intermédio da AUDIN, realizou adesão ao Sistema de Auditoria Interna (e-Aud) da Secretaria de Controle Interno da Controladoria-Geral da União (CGU).

Em 2023 iniciou o processo de migração para o Sistema Angélica das atividades de auditoria interna do ITI, sendo em 2024 a conclusão do processo migratório das atividades de auditoria interna e a utilização na íntegra de todo o sistema.

Destaca-se que anteriormente o ITI não possuía sistema próprio de auditoria interna e utilizava planilhas de Excel para realização da gestão de suas atividades de controle interno do ITI.

Com o intuito de aprimorar os processos da atividade de controle interno do ITI, bem como aprimoramento dos processos de governança e gestão de riscos do ITI, esta Auditoria Interna aderiu ao supracitado sistema, o qual integra, em uma única plataforma eletrônica, os processos de planejamento, execução, comunicação de resultados, monitoramento de recomendações e registro de benefícios decorrentes dos serviços de avaliação, consultoria e apuração realizados no contexto da atividade de auditoria interna governamental. Vale a pena mencionar que o sistema “e-Aud” é um sistema sem custos para o ITI conforme Portaria nº 5, 23/03/2022.

d) Atividades de Correição e de Apuração

Esta Unidade Jurisdicionada está vinculada, para fins de correição, à Secretaria de Controle Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República (CISSET/SG/PR), conforme determina § 2º do Art. 2º do Decreto nº 10.768, de 13 de agosto de 2021, o qual altera o Decreto nº 5.480, de 30 de julho de 2005, a qual exerce as atribuições de unidade seccional de correição dos órgãos integrantes da Presidência da República e da Vice-Presidência da República.

A Presidência e a Vice-Presidência da República passaram a contar com estrutura correcional própria a partir da entrada em vigor do Decreto nº 11.363, de 01 de janeiro de 2023, o qual estabeleceu que a Secretaria Especial de Modernização do Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República, por meio da sua Subsecretaria de Integridade, Governança, e Gestão de Dados, atuará na apuração dos atos ou fatos ilegais, ou irregulares, praticados por agentes públicos ou privados, na utilização de recursos públicos federais. Além disso, a Subsecretária tem o poder de instaurar ou requisitar a instauração de procedimentos disciplinares, de ofício ou a partir de representações e denúncias.

Por meio do Decreto nº 11.363, de 01 de janeiro de 2023, determinou-se a Secretaria de Controle Interno (CISSET), órgão setorial do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal a competência de exercer as atividades de unidade seccional do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, dos órgãos integrantes da Presidência da República e da Vice-Presidência da República, exceto da Agência Brasileira de Inteligência.

As atividades de correição relacionadas à apuração de ilícitos disciplinares no âmbito dos órgãos integrantes da Presidência da República, incluindo suas entidades vinculadas, e da Vice-Presidência da República, são de iniciativa originária das respectivas autoridades administrativas nos termos do art. 143 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

e) Processos instaurados pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI)

Nesse sentido, na esfera de suas atribuições, com base nas Portarias CISSET nº 60/2017 e CGU nº 27, de 11 de outubro de 2022, alterada Portaria nº 54, de 14 de fevereiro de 2023 e retificada pela Portaria nº 1.348, de 22 de março de 2023, e na Lei acima citada, o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação-ITI/PR, no exercício de 2021, não instaurou procedimentos apuratórios.

Todavia, em 2020 instaurou procedimento apuratório que ainda não foi finalizado, conforme informações no SEI do ITI 00100.00555612/2019-89, constantes no quadro abaixo:

Tabela 8 | Atividades de Correição e Apuração

Processos SEI	Objetos	Fase Atual
00100.005612/2019-89	Contrato emergencial de vigilância, no final de 2018, em função da perda dos prazos legais que antecederam o contrato anterior.	Em andamento.

Esse procedimento está em apuração, sendo a ação conjunta com a Corregedoria da Ciset/PR, e expectativa de finalização dos trabalhos ainda no primeiro semestre de 2024.

f) Processos instaurados e/ou supervisionados pela Ciset/PR em relação ao ITI

De forma semelhante, compete à Corregedoria, órgão integrante da estrutura da Secretaria de Controle Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República, a instauração, a condução e o acompanhamento de procedimentos correccionais (supervisão), com base na competência insculpida nos artigos 3º, 6º e 26º §1º, Incisos I, II e III e 3º da Portaria Ciset nº 60, publicada no DOU de 22 de novembro de 2017.

Dito isto, importa consignar que a Ciset detém prerrogativa para instaurar diretamente procedimentos disciplinares, em substituição à autoridade com competência originária, quando configurados os pressupostos que demandem tal atuação, consoante se destaca a seguir:

Art. 26. Compete ao Corregedor, sem prejuízo da competência do Secretário de Controle Interno, instaurar ou requisitar a instauração, de ofício ou a partir de representações e denúncias, de procedimentos disciplinares e revisá-los, quando necessário.

§ 1º A instauração de procedimentos disciplinares, sem prejuízo da competência originária das demais autoridades administrativas, poderá ocorrer, notadamente, nos seguintes casos, em infrações de natureza grave:

I - Complexidade, relevância da matéria e expressividade do valor do dano ao patrimônio público;

II - Envolvimento de autoridades ocupantes de cargos DAS 101.4 ou 102.4, ou superior, ou de outros cargos de direção, chefia ou assessoramento equivalentes, ou superiores; e

III - envolvimento de servidores ou empregados públicos de mais de uma unidade jurisdicionada.

§ 2º O Corregedor poderá, a qualquer tempo, propor a avocação de procedimentos disciplinares.

§ 3º Quando os acusados ocuparem, à época dos fatos ou da decisão, cargos de natureza DAS 101.5 ou 102.5, ou superior, ou outros cargos de direção, chefia ou assessoramento equivalentes, ou superior, a decisão quanto à instauração de procedimentos disciplinares será de competência do Secretário de Controle Interno.”

Em 2023 não houve nenhum processo instaurado ou supervisionado pela Ciset/PR em relação a procedimentos correccionais junto ao ITI.

g) Perfil de Governança Institucional

Em 2023, o ITI deu prosseguimento ao programa de boas práticas de prevenção à fraude e à corrupção realizado pelo TCU. Trata-se de programa de estímulo às organizações públicas a adotarem um conjunto de práticas suficientes para reduzir as fragilidades e alcançar o nível de segurança desejável para as tomadas de decisões, que é ter baixa suscetibilidade à fraude e à corrupção.

h) Tratamento de recomendações do TCU

No exercício, o ITI recebeu 4 acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU), conforme se observa nos quadros abaixo:

Tabela 9 | Acórdãos TCU

687/2023-PL	2º Ciclo de fiscalização, denominado “Dia D”, com o objetivo de avaliar o uso integrado de informações na gestão de políticas públicas.
Visto e relacionado este Relatório de Acompanhamento referente ao 2º ciclo de fiscalização, denominado dia “D”,	

visando avaliar o uso integrado de informações na gestão de políticas públicas governamentais;

Considerando o pedido de prorrogação de prazo do Ministério da Saúde para atendimento ao disposto em determinação exarada por meio do subitem 9.1 Acórdão 2487/2022-TCU-Plenário, com data limite de 120 dias, cujo término se findou no dia 24 de março de 2023, referente às providências tomadas em face dos alertas enviados via plataforma digital para comunicação de riscos;

Considerando a solicitação de dilação para atendimento à determinação para o dia 10 de abril de 2023; e Considerando que o prazo anteriormente fixado foi deliberado em Plenário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso IV, do Regimento Interno do TCU, em deferir o pedido de prorrogação de prazo formulado pelo requerente, nos termos solicitados à peça 927, conforme os pareceres emitidos nos autos.

NÃO HÁ RECOMENDAÇÕES AO ITI

4182/2023-1C Cobrança Executiva – Coopersystem

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno do TCU, em dar quitação ao responsável José Adalberto Ribeiro de Andrade, ante o recolhimento Integral de multa que lhe fora aplicada por meio do Acórdão 2260/2017-TCU-Primeira Câmara, alterado pelo Acórdão 2463/2019-TCU-Primeira Câmara, segundo os pareceres da unidade técnica competente e do Ministério Público.

NÃO HÁ RECOMENDAÇÕES AO ITI. PROCESSO ENCERRADO.

1177/2023-PL 2º Ciclo de fiscalização, denominado “Dia D”, com o objetivo de avaliar o uso integrado de informações na gestão de políticas públicas.

Visto e relacionado este Relatório de Acompanhamento referente ao 2º ciclo de fiscalização, denominado “Dia D”, para avaliar o uso integrado de informações na gestão de políticas públicas governamentais.

Considerando o pedido de prorrogação de prazo do Ministério da Saúde para atendimento ao disposto em determinação exarada por meio do subitem 9.1 Acórdão 2487/2022-TCU-Plenário, com data limite de 120 dias, cujo término se findou no dia 24 de março de 2023, referente às providências tomadas em face dos alertas enviados via plataforma digital para comunicação de riscos;

Considerando a solicitação de dilação para atendimento à determinação para o dia 10 de abril de 2023; e Considerando que o prazo anteriormente fixado foi deliberado em Plenário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, do regimento Interno do TCU, em deferir o pedido de prorrogação de prazo formulado pelo requerente, nos termos solicitados à peça 927, conforme os pareceres emitidos nos autos.

NÃO HÁ RECOMENDAÇÕES AO ITI

23/2023-PL **Monitoramento do Item 9.1 do Acórdão 2487/2022 – Plenário, com nova redação pelo Item 9.1.1 do Acórdão 1.177/2023-Plenário (TC 043.945/2021-0) – Alertas da fiscalização Dia D – Ciclo 2**

VISTOS e relacionados estes autos de monitoramento do subitem 9.1 do Acórdão 2487/2022-TCU-Plenário, com nova redação pelo subitem 9.1.1 do Acórdão 1177/2023-TCU-Plenário, prolatados no âmbito do acompanhamento denominado “Dia D – Ciclo 12”,

Considerando os pedidos de prorrogação de prazo realizado nos termos das peças 143 e 221, respectivamente, pela Empresa de Pesquisa energética e pelo Tribunal Regional eleitoral de São Paulo;

Considerando que os jurisdicionados foram notificados do Acórdão 1177/2023-TCU-Plenário, revisto, de ofício, pelo Acórdão 2487/2022-TCU-Plenário, estabelecendo o prazo de 120 (cento e vinte) dias, para cumprimento do subitem 9.1.1 (encaminhe ao TCU as providências adotadas em relação aos alertas enviados via plataforma digital para comunicação de riscos);

Considerando se tratar de pedido formulado por partes de processo, nos termos do art. 144 do regimento Interno do Tribunal; e Considerando a pertinência da motivação exposta nos requerimentos;

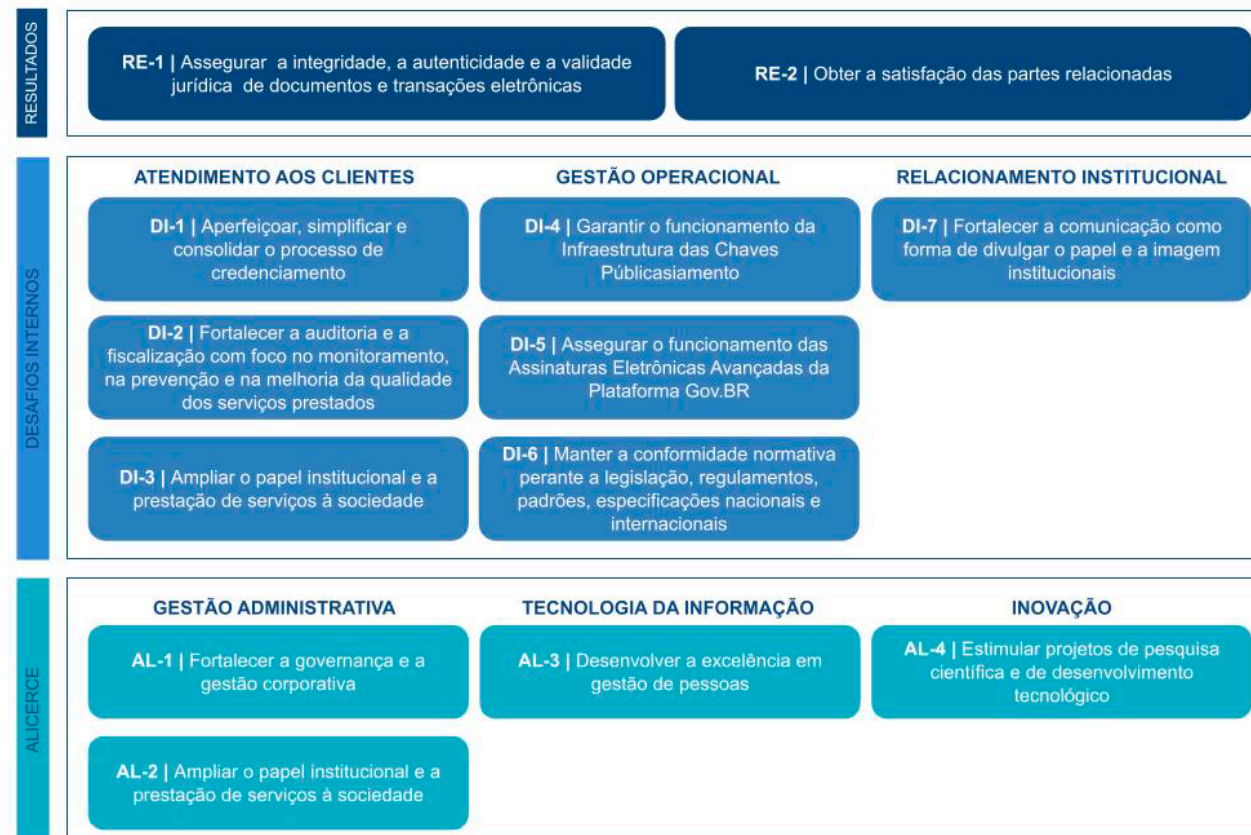
ACORDAM os Ministros do Tribunal de contas da União, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, com base no art.143, inciso III, do regimento Interno do Tribunal, em deferir as prorrogações de prazo solicitadas pela empresa de Pesquisa energética e pelo Tribunal regional eleitoral de São Paulo e, por equidade, estabelecer o novo prazo de encerramento para o cumprimento do subitem 9.1.1 do Acórdão 1177/2023-TCU-Plenário, com nova redação pelo subitem 9.1.1 do Acórdão 1177/2023-TCU-Plenário, para o dia 23 de dezembro de 2023, estendendo o novel prazo aos demais jurisdicionados, caso empreendam pedidos de mesma natureza, de acordo com os pareceres uniformes exarados nos autos.

A estratégia adotada pelo ITI está graficamente representada no seu Mapa Estratégico, que apresenta os 13 objetivos estratégicos e evidencia os desafios que o Instituto pretende superar, alinhados à sua missão e visão de futuro. Ao longo de 2023, diversas ações foram executadas com o intuito de endereçar os objetivos estratégicos constantes do planejamento.

4. Governança, Estratégia e Desempenho

4.1. Estratégia

Figura 5 | Mapa Estratégico



O Mapa Estratégico do ITI está estruturado em três perspectivas (alicerce, desafios internos e resultados) que representam o encadeamento lógico de sua estratégia de atuação. Cada uma delas engloba um conjunto de objetivos estratégicos, que retratam os principais desafios a serem enfrentados pelo Instituto no alcance da visão e do cumprimento de sua missão institucional.

Relacionado a cada objetivo estratégico foram definidos os indicadores de desempenho, os projetos estratégicos e os processos críticos. Tal medida permite subsidiar a alocação de esforços e evitar a dispersão das ações e dos recursos, além de promover a governança adequada dos processos essenciais, de modo a garantir que a estratégia esteja sendo efetivamente cumprida.

4.2. Resultados Alcançados Ante os Objetivos Estratégicos

a) Indicadores Estratégicos

O desempenho dos indicadores mensurados pode ser agrupado em 5 (cinco) classes distribuídas em cores:

Tabela 10 | Critérios Gerais de Avaliação

Critério	Bandeira
Variação maior ou igual a 90% da meta	Azul
Variação maior ou igual a 70% e menor que 90% da meta	Verde
Variação maior ou igual a 50% e menor que 70% da meta	Amarelo
Variação menor que 50% da meta	Vermelho
Não medido (n.m)	Branco
Não informado (n.i)	Cinza

O painel de bordo a seguir apresenta os resultados dos indicadores estratégicos considerando os resultados de 2023, que apresentou um resultado de 143,81%, os quais serão detalhados e justificados em sequência.

Ressalta-se ainda que o detalhamento apresentado firma o forte compromisso da gestão em garantir o alcance dos resultados e priorizar metas considerando os seus objetivos estratégicos.

Tabela 11 | Painel de Bordo - Indicadores de Desempenho

Obj.	Indicador	Peso	Pol.	Freq.	Repre.	Área	Mês	Meta	Realizado	Desempenho	
RE-1	IEM	Índice de efetividade da missão institucional	100%	+	A	%	COGED	Dez 2023	70%	136,86	195,51%
RE-2	ISA	Índice de satisfação das partes relacionadas	100%	+	T	N.D	CCOM	Dez 2023	N.D	90,40%	90,40%
DI-1	ITC	Índice de tempo médio de credenciamento	100%	-	T	QTDE	CGAFI	Dez 2023	217	130	140,15%
DI-2	IFR	Índice de fiscalização realizada	100%	+	S	%	CGAFI	Dez 2023	95%	119%	119%
DI-2	IAR	Índice de auditoria realizada	50%	+	S	QTDE	CGAFI	Dez 2023	782	637	85,74%
DI-4	IDC	Índice de disponibilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil)	33%	+	M	%	CGISE	Dez 2023	99,99%	100%	100,01%
DI-4	IEL	Indicador de eficácia na publicação de listas de confiança	33%	+	S	%	CGNPE	Dez 2023	95%	100%	105,26%
DI-5	IDA	Índice de disponibilidade da infraestrutura de assinatura avançada mantida pelo ITI	25%	+	M	%	CGISE	Dez 2023	99,50%	99,83%	100,33%
DI-5	IGRGC	Índice geral de requisição de geração de certificado	25%	+	A	%	CGISE	Dez 2023	96%	99,40%	103,54%

A dinâmica interna e externa gerou em alguns indicadores o estabelecimento de métricas subdimensionada ou sobredimensionada, a exemplo, o ITC e o COM que tiveram o impacto do cliente externo/ partes relacionadas, quando peticona o credenciamento, que além de requisitos legais depende de prazos e condições que fogem a projeção definida a partir de histórico anterior. No caso do COM, foi o primeiro ano de avaliação do indicador que contou com métrica interna, mas que teve impacto externo com exigência legal de divulgação dos Perfis de Cargos na APF, o que acabou expressando um número maior ao inicialmente estabelecido. O IEM e IEC, não muito diferente, também expressam variáveis que fogem ao inicialmente projetado, o IEM foi o primeiro ano de avaliação e ele é medido em cima dos resultados de todos os demais indicadores, portanto sendo afetado diretamente. O IEC cujo instrumento de medição foi avaliado em muitos momentos, de forma direta no ITI e pelo Portal Gov.br, mas que requer manifestação direta do usuário para definição da exposição. Assim, buscando equilibrar/balancear as métricas, metas e resultados esperados, as unidades técnicas e o CGPE para 2024 formulam novos parâmetros para mensurar o desempenho, buscando esse ser cada vez

mais palatável e coeso à governança e à tomada de decisão, bem como exercício permanente de controle, monitoramento, conformidade e direção.

DI-5	IGRA	Índice geral de requisição de assinatura	25%	+	A	%	CGISE	Dez 2023	96%	99,80%	103,96%
DI-6	NCA	Nível de conformidade da AC Raiz	25%	+	A	%	CGISE	Dez 2023	2	2	100%
DI-6	IEN	Indicador de eficiência da produção normativa	100%	+	A	%	CGNPE	Dez 2023	95%	100%	105,26%
DI-7	IEC	Índice de exposição em canais de comunicação	100%	+	S	%	CCOM	Dez 2023	108	275,5	255,09%
AL-1	EOR	Percentual de execução do orçamento	50%	+	M	%	CGGTI	Dez 2023	99%	99,70%	100,71%
AL-1	SGO	Nível de maturidade da governança e da gestão do ITI	50%	+	B	%	CGGTI	Dez 2023	80%	68,65%	85,81%
AL-2	CLI	Avaliação do clima organizacional	50%	+	B	%	CGGTI	Dez 2023	70%	84,03%	120,04%
AL-2	COM	Quantidade de áreas mapeadas e capacitadas com vista ao desenvolvimento de competências	50%	+	S	QTDE	CGGTI	Dez 2023	2	12	600,00%
AL-3	IAD	Índice de atendimento às demandas de TIC	50%	+	S	%	COTIC	Dez 2023	99,80%	99,20%	99,40%
AL-3	ISU	Índice de satisfação de usuários	50%	+	S	%	COTIC	Dez 2023	80%	97,72%	122,15%
Desempenho dos Indicadores do Ano 2023											143,81%

OBJETIVO ESTRATÉGICO RE-1

Assegurar a integridade, a autenticidade e a validade jurídica de documentos e transações eletrônicas.

Obj.	Indicador	Peso	Pol.	Freq.	Repre.	Área	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
------	-----------	------	------	-------	--------	------	-----	------	-----------	------------

RE-1	IEM	Índice de efetividade da missão institucional	100%	+	A	%	COGED	Dez 2023	70%	136,86%	195,51%
-------------	------------	---	------	---	---	---	-------	----------	-----	---------	----------------

JUSTIFICATIVA

O indicador mede o conjunto de indicadores estratégicos, tendo como meta alvo a efetividade dos respectivos indicadores. No primeiro ano foi aplicada a média aritmética cuja eficiência é igual ou superior a 70%.

OBJETIVO ESTRATÉGICO **RE-2**

Obter a satisfação das partes relacionadas.

Obj.	Indicador	Peso	PoL.	Freq.	Repre.	Área	Mês	Meta	Realizado	Desempenho	
RE-2	ISA	Índice de satisfação das partes relacionadas	100%	+	T	N.D	CCOM	Dez 2023	N.D	90,40%	90,40%

JUSTIFICATIVA

Por meio das informações extraídas do painel de avaliação dos serviços federais, este relatório apresenta o número de avaliações realizadas por trimestre e o percentual de satisfação dos usuários.

OBJETIVO ESTRATÉGICO **DI-1**

Aperfeiçoar, simplificar e consolidar o processo de credenciamento

Obj.	Indicador	Peso	PoL.	Freq.	Repre.	Área	Mês	Meta	Realizado	Desempenho	
DI-1	ITC	Índice de tempo médio de credenciamento	100%	-	T	QTDE	CGAFI	Dez 2023	217	130	140,15%

JUSTIFICATIVA

O indicador ITC, que mensura o tempo médio de credenciamento ao longo do exercício, considera diferentes prazos conforme o tipo de credenciamento, levando em conta as especificidades de cada caso. A fórmula para calcular o resultado do ITC é a relação entre o tempo médio de credenciamento efetuado e o tempo de credenciamento estabelecido pela norma.

O ITC é avaliado trimestralmente, tendo como meta para o ano de 2023 uma média ponderada de 217 dias.

O resultado alcançado no exercício foi uma média de 130 dias, representando um desempenho de 140,15% em relação à meta estipulada. Ressalta-se que o objetivo é atingir 95% da meta proposta. Vale destacar que as médias foram obtidas por

meio do Relatório de Credenciamento, elaborado mensalmente pela DAFN. É importante notar que pode haver alguma disparidade em relação aos números publicados no site do ITI, uma vez que o Relatório também considera casos de descredenciamento, o que pode ocasionar divergências com o total efetivamente credenciado no período conforme o site.

No ano de 2023 as quantidades credenciadas foram as seguintes:

Tabela 12 | Quantidades Credenciadas

Entidades	Quantidades
Autoridade Certificadora - AC de 2º Nível	3
Autoridade de Registro – AR	208
Novas Vinculações	875

É relevante destacar que foram tratados um total de 230 pedidos de credenciamentos de Autoridades de Registro (AR). Dentro desse contexto, foram deferidos 208 pedidos de credenciamento, enquanto 22 foram indeferidos. Além disso, ocorreram 131 descredenciamentos durante o período em análise. Esses números refletem a dinâmica e a atividade no processo de gestão das Autoridades de Registro.

OBJETIVO ESTRATÉGICO DI-2

Fortalecer a auditoria e a fiscalização com foco no monitoramento, na prevenção e na melhoria da qualidade dos serviços prestados

Obj.	Indicador	Peso	Pol.	Freq.	Repre.	Área	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
DI-2	IFR Índice de fiscalização realizada	100%	+	S	%	CGAFI	Dez 2023	95,00%	119,00%	119%

JUSTIFICATIVA

O indicador IFR é responsável por mensurar a realização de fiscalizações realizadas pelo ITI/DAFN em comparação com o

planejamento estabelecido para o exercício. A fórmula para calcular esse indicador é dada por: IFR = Total de fiscalizações realizadas na ICP-BRASIL / Total de fiscalizações planejadas para o exercício. O IFR é avaliado semestralmente, tendo como meta atingir um total de 95% até o mês de dezembro. No entanto, o resultado obtido foi de 119%, superando a meta estabelecida. Para visualizar as fiscalizações, é possível acessar a página do ITI através do endereço <https://fiscalizacao.iti.gov.br/index>. No link estão disponíveis informações detalhadas sobre as fiscalizações realizadas pelo órgão.

Obj.	Indicador	Peso	Pol.	Freq.	Repre.	Área	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
DI-2	IAR Índice de auditoria realizada	50%	+	S	QTDE	CGAFI	Dez 2023	782	637	85,74%

JUSTIFICATIVA

O indicador IAR, que é um instrumento de medição da realização de auditorias pelo sistema ICP-Brasil, abrangendo a DAFN, as Empresas de Auditoria Independente e as auditorias internas do PSCERT, é calculado mediante a seguinte fórmula: IAR = (Auditorias operacionais realizadas / Entidades obrigadas a realizar auditoria) x por fator de ponderação.

O objetivo do IAR, que é avaliado semestralmente, era atingir um total de 782 unidades ponderadas realizadas até o mês de dezembro. No decorrer do ano de 2023, o resultado revelou um índice de desempenho de 85,74%. É importante ressaltar que a meta estabelecida é alcançar 95% do objetivo proposto. É importante ressaltar que, por se tratar de um indicador novo, o histórico será considerado a partir do segundo ano de execução do Planejamento Estratégico. Isso implica que a análise mais adequada do desempenho da CGAFI em relação a este indicador será possível após o segundo ano de implementação.

OBJETIVO ESTRATÉGICO DI-4

Garantir o funcionamento da Infraestrutura das Chaves Públicas

Obj.	Indicador	Peso	Pol.	Freq.	Repre.	Área	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
DI-4	IDC Índice de disponibilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil)	33%	+	M	%	CGISE	Dez 2023	99,99%	100,00%	100,01%

JUSTIFICATIVA

A AC Raiz mantém três sítios de internet redundantes com as mesmas informações de forma que somente haverá indisponibilidades quando estes estiverem indisponíveis simultaneamente.

Obj.	Indicador	Peso	Pol.	Freq.	Repre.	Área	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
DI-4	IEL Indicador de eficácia na publicação de listas de confiança	33%	+	S	%	CGNPE	Dez 2023	95,00%	100,00%	105,26%

JUSTIFICATIVA

Foram publicadas duas LPA e uma LPSC no segundo semestre de 2023, atendendo à periodicidade definida de 90 dias (DOC-ICP 15.03) e 180 dias (DOC-ICP 17.01), respectivamente.

OBJETIVO ESTRATÉGICO DI-5

Assegurar o funcionamento das Assinaturas Eletrônicas Avançadas da Plataforma Gov.Br

Obj.	Indicador	Peso	Pol.	Freq.	Repre.	Área	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
DI-5	IDA Índice de disponibilidade da infraestrutura de assinaturas avançadas mantida pelo ITI	25%	+	M	%	CGISE	Dez 2023	99,50%	99,83%	100,33%

JUSTIFICATIVA

Os dados são relativos à disponibilidade, desconsiderando as paradas planejadas para manutenções necessárias e os fatores externos.

Obj.	Indicador	Peso	Pol.	Freq.	Repre.	Área	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
DI-5	IGRGC Índice geral de requisição de geração de certificado	25%	+	A	%	CGISE	Dez 2023	96,00%	99,40%	103,54%

JUSTIFICATIVA

Os dados são relativos ao procedimento de geração de certificados, desconsiderando fatores externos.

Obj.	Indicador	Peso	Pol.	Freq.	Repre.	Área	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
DI-5	IGRA Índice geral de requisição de assinatura	25%	+	A	%	CGISE	Dez 2023	96,00%	99,80%	103,96%

JUSTIFICATIVA

Os dados são relativos ao procedimento de requisição de assinatura, desconsiderando fatores externos.

OBJETIVO ESTRATÉGICO DI-6

Manter a conformidade normativa perante a legislação, regulamentos, padrões, especificações nacionais e internacionais.

Obj.	Indicador	Peso	Pol.	Freq.	Repre.	Área	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
DI-6	NCA Nível de conformidade da AC-Raíz	25%	+	A	QTDE	CGISE	Dez 2023	2	2	100,00%

JUSTIFICATIVA

O parecer aceitável é decorrente da identificação de uma ou mais situações de não conformidade durante a auditoria operacional, cuja média da avaliação dos riscos foi considerada baixa.

Obj.	Indicador	Peso	Pol.	Freq.	Repre.	Área	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
DI-6	IEN Indicador de eficiência da produção normativa	100%	+	S	%	CGNPE	Dez 2023	95,00%	100,00%	105,26%

JUSTIFICATIVA

Foi publicado o ADE-ICP-04.01, única demanda normativa formalizada no segundo semestre de 2023 que não é de competência do Comitê Gestor da ICP-Brasil. Não houve formação do Comitê-Gestor no ano de 2023, porém foram estruturados os processos SEI com notas técnicas e minutas de normativos para debate de temas passíveis de apreciação.

OBJETIVO ESTRATÉGICO DI-7

Fortalecer a comunicação como forma de divulgar o papel e a imagem institucionais

Obj.	Indicador	Peso	Pol.	Freq.	Repre.	Área	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
DI-7	IEC índice de exposição em canais de comunicação	100%	+	T	QTDE	CCOM	Dez 2023	108	275,5	255,09%

JUSTIFICATIVA

Informa-se que a partir de janeiro de 2023, a fórmula de cálculo do IEC atualizada para números de publicações das redes sociais do Instituto.

OBJETIVO ESTRATÉGICO AL-1

Fortalecer a governança e a gestão corporativa.

Obj.	Indicador	Peso	Pol.	Freq.	Repre.	Área	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
AL-1	EOR Percentual de execução do orçamento	50%	+	M	%	CGGTI	Dez 2023	99,00%	99,70%	100,71%

JUSTIFICATIVA

O indicador mede a execução do orçamento no exercício. Os valores empenhados em 2023 foram: custeio R\$ 20.874.061,00, investimento R\$ 3.384.500,00, despesas obrigatórias R\$ 10.802.189,00, custeio + investimento R\$ 24.258.561,00, dotação inicial (LOA) R\$ 39.820.270,00, dotação final (Lei + Créditos) R\$ 35.060.750,00, empenhado (investimentos + despesas correntes) R\$ 34.963.895,00. Total executado 99,70%.

Obj.	Indicador	Peso	Pol.	Freq.	Repre.	Área	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
AL-1	SGO Nível de maturidade da governança e da gestão do ITI	50%	+	8	%	CGGTI	Dez 2023	80,00%	68,65%	85,81%

JUSTIFICATIVA

O indicador mede o desempenho da governança e da gestão. Aplicado em formato similar ao IGG (2021) cujo resultado foi de 78%, o indicador foi formatado com informações do IGG e do Gestão Gov.br, o modelo aplica a ISO 37000:2021 de governança das organizações e materializa o Instrumento de Maturidade da Gestão (IMG).

Foi aplicada pesquisa aos gestores de primeira e segunda linhas, usando a escala de Likert e média ponderada.

A periodicidade semestral inicialmente definida revista passando a ser aplicada bianual.

Esse indicador reflete ainda aos Acórdãos 588/2018-Plenário e 2.699/2018-Plenário.

OBJETIVO ESTRATÉGICO AL-2

Desenvolver a excelência em gestão de pessoas.

Obj.	Indicador	Peso	Pol.	Freq.	Repre.	Área	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
AL-2	CLI Avaliação do clima organizacional	50%	+	B	%	CGGTI	Dez 2023	70,00%	84,03%	120,04%

JUSTIFICATIVA

O indicador mede o nível de satisfação dos colaboradores. O resultado estabelece o sentimento de satisfação entre os agentes públicos e propõe oportunidades de melhorias e aperfeiçoamentos.

Obj.	Indicador	Peso	Pol.	Freq.	Repre.	Área	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
AL-2	COM Quantidade de áreas mapeadas e capacitadas com vista ao desenvolvimento de competências	50%	+	S	%	COTIC	Dez 2023	99,80%	99,20%	99,40%

JUSTIFICATIVA

O indicador mede as demandas de TIC. O IAD obteve resultado abaixo da meta, em virtude de os serviços nos quais se baseiam esta meta terem sido afetados por quebra de contrato em um caso (vide processo SEI 00100.003532/2019-99, onde houve o distrato com a empresa Santos e CIA e a continuidade do serviço pela empresa A & L INFO SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA) e mudança completa de equipe em outro (Contrato de suporte de infraestrutura AMAZON Processo SEI 00100.000339/2021-11). O IAD será refeito facilitando essa medição em face de um novo contrato que deverá unir ambos os serviços existentes nos atuais contratos de suporte e de infraestrutura.

OBJETIVO ESTRATÉGICO AL-3

Fortalecer a infraestrutura tecnológica, a segurança da informação, a comunicação e os serviços tecnológicos

Obj.	Indicador	Peso	Pol.	Freq.	Repre.	Área	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
AL-3	ISU Índice de satisfação de usuários	50%	+	S	%	COTIC	Dez 2023	80,00%	97,72%	122,15%

JUSTIFICATIVA

Indicador mede o processo “COTIC 2 – Realizar suporte tecnológico” e serve para aferir a satisfação dos atendimentos (ruim, regular, bom, ótimo). A meta é ter mais de 75% de bom.

4.3. Resultados das atividades finalísticas e da gestão

a) Diretoria de Infraestrutura de Chaves Públicas (DINFRA)

No contexto das competências regimentais da DINFRA, estabelecidas no Art. 9º do Anexo I do Decreto nº 11.206/2022:

I. Quanto às operações da AC Raiz da ICP-Brasil

Tabela 12 | Operações realizadas no âmbito da DINFRA

Operação	Ação
Cerimônias de Emissão de Certificados da AC Raiz e de AC de nível subsequente à AC Raiz	<ul style="list-style-type: none"> • Não houve emissão de certificados para a AC Raiz em 2023 • Houve 03 (três) cerimônias de emissão de certificados para ACs subsequentes à AC Raiz
Cerimônias de Revogação de Certificados da AC Raiz e de AC de nível subsequente à AC Raiz	<ul style="list-style-type: none"> • Não houve cerimônias de revogação de qualquer espécie na AC Raiz em 2023 • Houve 05 (cinco) cerimônias de revogação para AC de nível subsequente à AC Raiz
Cerimônias de Emissão de LCRs da AC Raiz	<ul style="list-style-type: none"> • Houve 09 (nove) cerimônias para emissão de LCRs da AC Raiz
Habilitações de ACT na EAT	<ul style="list-style-type: none"> • Habilitação da ACT ONR em 22 de novembro de 2023
Homologações de sistemas e equipamentos de certificação digital da ICP-Brasil	<ul style="list-style-type: none"> • Foi publicado 01 (um) ato declaratório de homologação, referente ao Módulo Criptográfico modelo Chip PKI Cermob versão 1.03
Publicações de Listas de Políticas de Assinatura	<ul style="list-style-type: none"> • Ocorreram 04 (quatro) publicações de Listas de Políticas de Assinatura
Publicações de Listas de Prestadores de Serviço de Confiança	<ul style="list-style-type: none"> • Ocorreram 02 (duas) publicações de Lista de Prestadores de Serviço de Confiança

II. Quanto às atividades e procedimentos operacionais e de segurança no âmbito da ICP-Brasil e do ITI:

- Realização de auditorias da AC Raiz, por empresa especializada independente, cujos resultados atestaram a conformidade aos normativos da ICP-Brasil e internacionais aplicáveis, tendo por resultados a manutenção dos selos “*Webtrust for CA*”, “*Webtrust SSL BR*”, “*Webtrust SSL EV*” e “*Webtrust Codesigning*”;
- Aquisição de Sistemas de Auditoria e Sincronismo (SAS) e Servidores de Carimbo do Tempo (SCT), atendendo aos requisitos dos novos protocolos de tempo, para a implantação da funcionalidade de Carimbo do Tempo no sistema de Assinatura Eletrônica Avançada (Processo SEI 00100.000863/2023-53).
- Contratação dos serviços de suporte técnico para os HSMs da AC Raiz e da Assinatura avançada (Processo SEI 00100.001404/2023-97).
- Adequação dos serviços de suporte técnico para atendimento da nova configuração dos ativos da Rede de Carimbo do Tempo da ICP-Brasil. (Processos SEI 00100.001383/2023-18 e 00100.000591/2022-19).
- Projeto: Protocolo de auditoria e sincronismo de tempo. Em 2022, foram adquiridos Sistemas de Auditoria e Sincronismo (SAS) e Servidor de Carimbo do Tempo (SCT) para a EAT, atendendo aos requisitos dos novos protocolos de tempo, conforme resoluções do comitê gestor. No transcorrer de 2023, as ACTs que fazem parte da Rede de Carimbo do Tempo começaram a migrar para o novo protocolo no segundo semestre de 2022 na fase de homologação e em 2023 todas as ACTs entraram em produção, encerramos assim o ciclo de migração para o novo protocolo, conforme tabela abaixo.

Tabela 13 | Ciclo de Migração para Novo Protocolo

Autoridade de Carimbo do Tempo	Início da Operação no Ambiente de Produção Novo Protocolo de Auditoria e Sincronismo
ACT SOLUTI	07/12/2022
ACT CERTISIGN	22/12/2022
ACT VALID	10/01/2023
ACT SERPRO	16/02/2023
ACT BRY	23/02/2023
ACT QUICKSOFT	10/03/2023
ACT PRODESP	29/05/2023
ACT SAFEWEB	02/06/2023
ACT ONR*	22/11/2023
ACT SOLUTI	07/12/2022

*Obs.: ACT ONR iniciou as operações em 22 de novembro de 2023, já utilizando o Novo Protocolo de Auditoria e Sincronismo

- Projeto: Referência mundial de tempo. Dando continuidade às atividades do Termo de Execução Descentralizada 002/2020, firmado entre o ITI e o INMETRO, no ano de 2023 os novos equipamentos de medição de fase, contador de intervalo de tempo e gerador de *offset* de fase e frequência previstos no acordo foram repassados para o ITI. Estes novos equipamentos permitem maior controle sobre os sinais gerados pelos osciladores de césio e permitem calcular os erros e incertezas associados, contribuindo para a melhoria da precisão dos osciladores atuais utilizados na EAT que compõem a escala de tempo do ITI. Em agosto de 2023, o Serviço de Operação da Entidade de Auditoria do Tempo (SETEM/ITI) foi até o Campus de laboratórios do INMETRO em Duque de Caxias - RJ, para treinamento nos novos procedimentos de calibração e sincronismo e para discussão de adequação do cronograma do acordo de cooperação.

III. Quanto às competências do ITI estabelecidas no Art. 9º do Decreto nº 10.543, de 2020:

- Continuidade da implantação do serviço de assinaturas eletrônicas avançadas, conforme disposto na Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, e regulamentada pelo Decreto nº 10.543, 13 de novembro de 2020, demandado ao ITI pela Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia, que consiste em infraestrutura de rede e de aplicações para a emissão de certificados digitais avançados e a realização e verificação de assinaturas eletrônicas avançadas, de forma completamente independente da infraestrutura da AC Raiz da ICP-Brasil. Durante o ano de 2023, foram realizadas adequações no ambiente de produção em Brasília - DF e no ambiente de contingência em Florianópolis - SC;
- Manutenção e sustentação das ACs que formam a cadeia de confiança de emissão de certificados digitais avançados para os cidadãos com contas “PRATA” e “OURO” da Plataforma Gov.br: Autoridade Certificadora Raiz do Governo Federal do Brasil v1, AC Intermediária do Governo Federal do Brasil v1 e AC Final do Governo Federal do Brasil v1;
- Manutenção, sustentação e evolução funcional continuada do serviço de assinaturas eletrônicas avançadas, através do Portal de Assinaturas Eletrônicas da Plataforma Gov.br (<https://www.gov.br/ptbr/servicos/assinatura-eletronica>) e por meio de APIs para integração automatizada de aplicações de governo;
- Manutenção, sustentação e evolução funcional continuada do serviço de verificação de assinaturas eletrônicas avançadas (<https://verificador.iti.br/>).

Gráfico 4 | Dados Referentes às Assinaturas Eletrônicas Avançadas (2023)

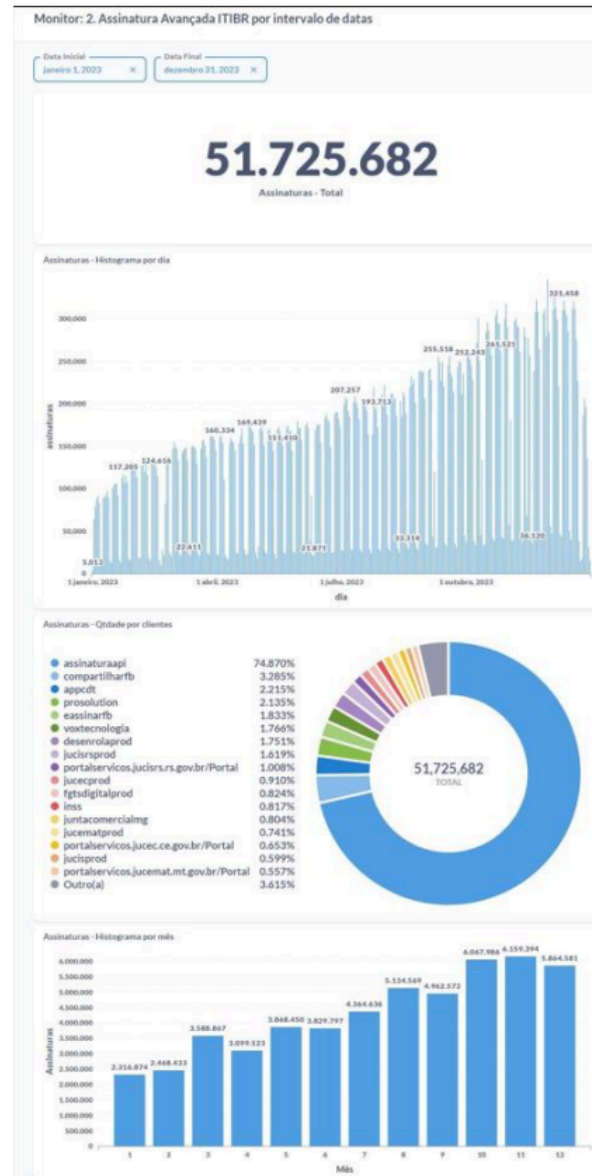
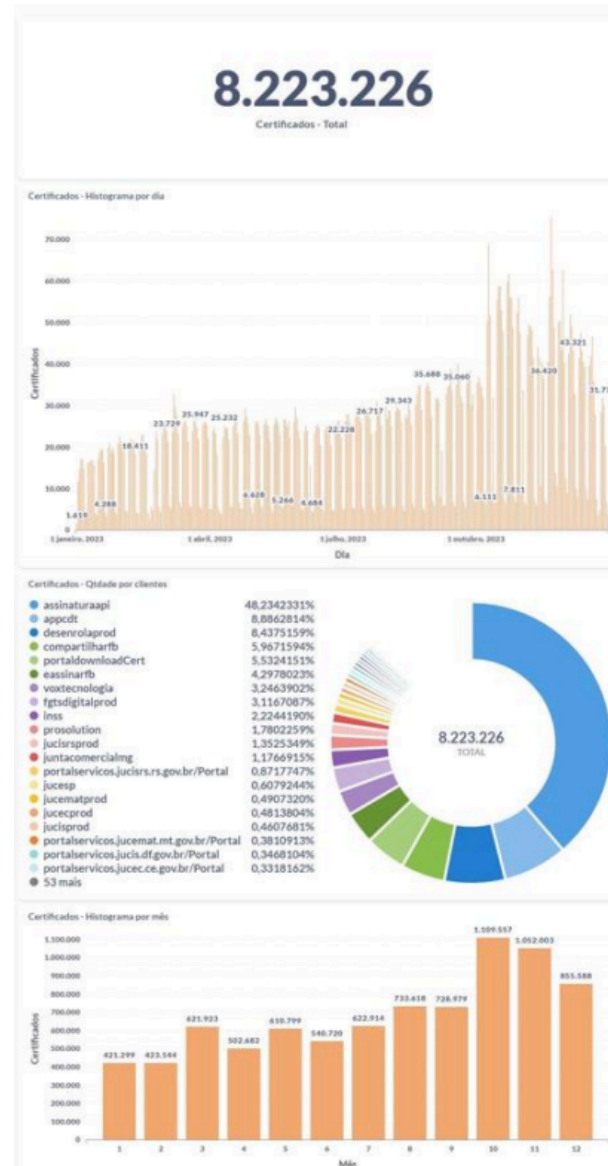


Gráfico 5 | Dados Referentes aos Certificados Digitais Avançados (2023)



**Tabela 14 | Dados Referentes às Aplicações Públicas Integradas
Via API da Assinatura**

Nome	Volumetria Estimada (ano)
SICAST - SENATRAN	6.000
Prefeitura Palmas - Paraná	22.000
Sistema Assinador BNDES	15.000
Protocolo Digital do DETRAN/MG	20.000
Polícia Militar do Estado de Minas Gerais	3.000.000
Sistema Proteção CPF - Jucesp	5.000
Sistema Projetos Prioritários do Ministério das Comunicações	250
Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia - RJ	11.000
Prefeitura Municipal de Louveira	30.000
Junta Comercial do AM	Não Informado
Junta Comercial do AP	Não Informado
Junta Comercial do AC	Não Informado
Junta Comercial do CE	Não Informado
Junta Comercial do MT	Não Informado
Junta Comercial do MS	Não Informado
Junta Comercial do DF	Não Informado
Junta Comercial do RR	Não Informado
Junta Comercial do RS	Não Informado
FGTS Digital: Procuração Eletrônica	1.200.000
Contrato de Concessão de Uso (CCU) - PGT	120.000
Projetos de Investimento - obrasgov.br	100
Portal de serviços da Prefeitura de Cubatão - SP	50.000

Diário da Justiça Eletrônico (DJE) do Tribunal Superior Eleitoral	20.000
Protocolo Web da Junta comercial do RJ - JUCERJA	2.500.000
Pref. de Veranópolis - RS	3.000
Secretaria de Patrimônio da União - SPU	1.000
Programa Desenrola do Ministério da Fazenda	12.000.000
Cadastro Simplificado do Tesouro Direto	30.000
PORTAL INTEGRA PCSC da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina	1.500.000
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG	12.000
São Gonçalo do Amarante - CE	120.000
Painel do aluno - MS	200.000
Sistema Anexação Eletrônica de Documentos do Comércio Exterior	18.000.000
Serviço de transferência veicular - sp.gov.br	1.680.000
TOTAL	40.545.350

**Tabela 15 | Dados Referentes às Aplicações Públicas Integradas
Via API da Assinatura Eletrônica**

Nome	Volumetria Estimada (ano)
Prefeitura de Palmas - PR	22.000
Sistema de Procurações Eletrônicas da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho - MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA	1.200.000
Sistema Proteção CPF - Jucesp	5.000
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG	12.000
JUCEMS	2.400
Prefeitura de Cubatão/SP	60.000
Secretaria Do Patrimônio da União - SPU	1.000
São Gonçalo do Amarante - CE	120.000
Sistema de Licenciamento Ambiental da Prefeitura de Araguaína - TO	4.000

PRODESP - Governo de São Paulo	10.000
e-SUS APS PEC	120.000
Pref. Louveira - Sistemas de Alvará Digital	30.000
Sistema Inova - órgão: CBMDF	15.000
Convênio Empreendedor Digital - JUCISRS	Não Informado
Convênio Empreendedor Digital - JUCEMS	Não Informado
PORTAL INTEGRA PCSC da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina	1.500.000
Prefeitura de Praia Grande - SP	600
Protocolo Web da Junta comercial do RJ - JUCERJA	2.600.000
Sistema CIPI	100
Plataforma de Defesa Sanitária Animal do RS (PDSA-RS)	25.000
Plataforma Salvador Digital	750.000
Porto sem Papel	180.000
Convênio Empreendedor Digital - Junta Comercial do DF	Não Informado
Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais DER - MG	1.000
Prefeitura de Contagem	42.000
Pref. de Veranópolis - RS	3.000
Cadastro Simplificado do Tesouro Direto	30.000
Procuração Eletrônica da Diretoria de Identidade Digital	Não Informado
Serviço de transferência veicular - sp.gov.br	1.680.000
Prefeitura Municipal de Timbó - SC	300.000
Programa Desenrola do Ministério da Fazenda	12.000.000
Sistema e-SUS Declarações	4.500.000
Prefeitura de Itapevi - SP	70.000
Prontuário Eletrônico do sistema Rede Bem-estar	32.450
Sistema Anexação Eletrônica de Documentos do Comércio Exterior	18.000.000
Tribunal de Contas do RJ	465.000

Sistema de Protocolo Eletrônico do TRE-PR	200
Sistema Rede Bem Estar de Vitória - ES	33.000
BPMS da SEPLAG	4.000
Sistema Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF	150.000
Portal de serviços do Estado de Tocantins	12.000
Publicador Diário Oficial de SP	60.000
Sistema Corporativo do CREA-SP - CREANET	1.440.000
Sistema Requerimentos Campinas	12.000
Junta Comercial do Estado do Ceará	Não Informado
TOTAL	45.491.750

b) Coordenação-Geral de Infraestrutura e Segurança | CGISE

- Realização de auditorias da AC Raiz, na qual foram executadas por uma empresa especializada e independente. Os resultados da avaliação atestaram a conformidade aos normativos da ICP-Brasil, bem como os internacionais aplicáveis, tendo por resultados a manutenção dos selos “Webtrust for CA”, “Webtrust SSL BR”, “Webtrust SSL EV” e “Webtrust Codesigning”.
- Manutenção, sustentação e evolução funcional continuada do serviço de verificação de assinaturas eletrônicas avançadas.
- Manutenção, sustentação e evolução funcional e tecnológica continuada do serviço de assinaturas eletrônicas avançadas.
- Planejamento, execução, análise e melhorias nas atividades, nas documentações e nos fluxos de trabalho para ganho de performance e maturidade na gestão da infraestrutura de assinaturas avançadas.

- Análise contínua de ocorrência de incidentes e das demandas de intervenção por meio de equipes especializadas em operações de redes (NOC) e de segurança (SOC).
- Ampliação da infraestrutura lógica para adequação da capacidade de atendimento à demanda de assinaturas avançadas e demais subsistemas obrigatórios.
- Realização de Pregão de Registro de Preço para aquisição de solução de processamento (servidores) e armazenamento de dados (*storage*) para substituição dos equipamentos em final do ciclo de vida e, também, expansão de capacidade das infraestruturas que atendem à AC Raiz da ICP-Brasil e Assinaturas Eletrônicas Avançadas.
- Modernização dos serviços de repositórios relacionados à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), destacando-se os serviços de AC Raiz e repositórios, que fornecem informações sobre certificados, Listas de Certificados Revogados (LCRs) e políticas de assinatura. O serviço enfrentava aumento expressivo nas consultas a esses ambientes, afetando o desempenho, sendo substituídos os componentes de software adotando uma tecnologia mais moderna e eficiente, resultando em melhorias substanciais de desempenho e resiliência.
- Foi iniciado projeto de modernização do Centro de Certificação Digital (CCD) em Brasília, que abriga uma estrutura redundante e resiliente composta por diversos subsistemas e equipamentos para operação da AC Raiz da ICP-Brasil e ambiente de Assinaturas Avançadas, visando readequação física, substituição de subsistema e componentes e expansão da sua capacidade e resiliência.
- Foi iniciado o processo para contratação do SERPRO como novo Prestador de Serviço de Suporte (PSS) para provimento do ambiente de contingência da AC Raiz da ICP-Brasil e Assinaturas Avançadas.

c) Coordenação-Geral de Operações | CGOPE

Projetos estratégicos de responsabilidade da CGOPE:

I. Projeto: Protocolo de auditoria e sincronismo de tempo.

Em 2022, foram adquiridos Sistemas de Auditoria e Sincronismo (SAS) e Servidor de Carimbo do Tempo (SCT) para a EAT, atendendo aos requisitos dos novos protocolos de tempo, conforme resoluções do comitê gestor.

No transcorrer de 2023, as ACTs que fazem parte da Rede de Carimbo do Tempo começaram a migrar para o novo protocolo no segundo semestre de 2022 na fase de homologação e em 2023 todas as ACTs entraram em produção. Encerrando, assim, o ciclo de migração para o novo protocolo, conforme tabela abaixo:

Tabela 16 | Ciclo de Migração para o Novo Protocolo

ACT SOLUTI	07/12/2022
ACT CERTISIGN	22/12/2022
ACT VALID	10/01/2023
ACT SERPRO	16/02/2023
ACT BRY	23/02/2023
ACT QUICKSOFT	10/03/2023
ACT PRODESP	29/05/2023
ACT SAFEWEB	02/06/2023
ACT ONR*	22/11/2023

**Obs.: ACT ONR iniciou as operações em 22 de novembro de 2023, já utilizando o Novo Protocolo de Auditoria e Sincronismo*

II. Projeto: Referência mundial de tempo

Dando continuidade às atividades do Termo de Execução Descentralizada 002/2020, firmado entre o ITI e o INMETRO, no ano de 2023 os novos equipamentos de medição de fase, contador de intervalo de

tempo e gerador de *offset* de fase e frequência previstos no acordo foram repassados para o ITI. Estes novos equipamentos permitem maior controle sobre os sinais gerados pelos osciladores de césio e permitem calcular os erros e incertezas associados, contribuindo para a melhoria da precisão dos osciladores atuais utilizados na EAT que compõem a escala de tempo do ITI.

Em agosto de 2023, o Serviço de Operação da Entidade de Auditoria do Tempo (SETEM/ITI) foi até o Campus de laboratórios do INMETRO em Duque de Caxias – RJ, para treinamento nos novos procedimentos de calibração e sincronismo e para discussão de adequação do cronograma do acordo de cooperação.

No ano de 2024, o INMETRO deverá entregar os demais equipamentos para composição da escala de tempo do ITI, que sofreram atraso na entrega pelos fabricantes devido à alta demanda por microprocessadores ocorrida durante a pandemia da COVID-19, prosseguindo com a certificação do sítio principal e sítio de contingência da EAT. Uma vez certificados os sítios da EAT, os sinais gerados pela escala de tempo do ITI passarão a compor a escala de tempo do INMETRO e do cálculo da escala mundial UTC fornecido pelo BIPM.

d) Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização | DAFN

As ações da Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização (DAFN), em 2023, abrangeram:

- Auditorias pré-operacionais em entidades em processo de credenciamento;
- Fiscalizações em entidades já credenciadas;
- Processos de credenciamento/descredenciamento/novas vinculações de Autoridades de Registro nas cadeias da ICP-Brasil/alterações de informações cadastrais, especialmente de Autoridades de Registro;
- Atualização e elaboração das normas técnicas da ICP-Brasil;
- Manutenção e credenciamento de empresas de auditoria independentes;

- Avaliação da documentação técnica de Autoridades Certificadoras (PC, DPC, PS) e Autoridades de Registro (DPN);
- Desenvolvimento de uma ferramenta para aprimorar as atividades de controle das Auditorias.

A Tabela 17, quantifica as principais atividades desenvolvidas pela DAFN, que tem reflexos diretos nos credenciamentos e manutenção dos credenciamentos das entidades da ICP-Brasil.

Tabela 17 | Principais Atividades Desenvolvidas pela DAFN

Realizações	Executado
Auditoria pré-operacional de AC e PSS	9
Fiscalização	11
Análise de AR (credenciamento/descredenciamento)	361
Análise de credenciamento de Órgão de Auditoria Independente	1
Análise de novas vinculações de AR	904
Instrução Normativa	1

Fonte: sei.iti.gov.br

Os números de emissões de certificados dos últimos 12 (doze) meses, demonstram o crescimento da ICP-Brasil em 2023 (8%) apoiado na divulgação do certificado digital em apoio às estratégias de transformação digital do país. Vide Tabela 13.

Tabela 18 | Emissões de Certificados

Mês de Referência	2022	2023	Crescimento entre 2022 e 2023 (%)
Janeiro	654.889	819.934	25%
Fevereiro	666.711	745.710	12%
Março	743.599	895.469	20%
Abril	594.849	664.260	12%

Maio	763.847	855.303	12%
Junho	744.168	811.936	9%
Julho	749.520	818.750	9%
Agosto	793.337	835.598	5%
Setembro	721.747	727.365	1%
Outubro	723.550	769.354	6%
Novembro	719.069	691.969	-4%
Dezembro	664.143	572.496	-14%
TOTAL	8.539.429	9.208.144	8%

Fonte: sg2.in.iti.gov.br

A DAFN em 2023 continuou os aprimoramentos, visando maior transparência para aqueles interessados em visualizar as solicitações de informações e resultados de suas ações. Isso inclui os recursos para acompanhamento da lista de credenciamento (<https://fila.iti.gov.br/#/ars/atendimento>), a página onde são exibidos os dados consolidados de credenciamentos e emissões de certificados (<https://numeros.iti.gov.br/#/>), a página disponibilizada para consultar informações sobre os certificados emitidos (<https://meucertificado.iti.gov.br/>), bem como a página de fiscalizações (<https://fiscalizacao.iti.gov.br/index>) onde é possível verificar as fiscalizações em andamento e também as finalizadas e a página de publicação dos despachos (<https://www.gov.br/iti/pt-br/assuntos/credenciamento/despachos/despachos>) onde é possível verificar os despachos publicados pelo ITI.

É pertinente enfatizar que, para além das atividades mencionadas, também são realizadas a criação de Resoluções e Instruções Normativas, a gestão do *Object Identifier* (OID), dos Termos de Execução Descentralizada (TED) e dos contratos. Além disso, são feitas a atualização das Listas de Confiança e o Cadastro dos Agentes de Registro (CAR). Adicionalmente, a Diretoria juntamente com suas

coordenações CGAFI e CGNPE são responsáveis por responder aos questionamentos dos diversos canais de comunicação com a sociedade, como e-OUV, Fala.BR e e-mail institucional.

Por último, a DAFN está plenamente alinhada com as estratégias do ITI e trabalha para atingir as metas estabelecidas no Planejamento Estratégico com os seguintes indicadores:

- **Índice de Credenciamento | ITC**
Desempenho alcançado: 140,15%
- **Índice de Fiscalização Realizada | IFR**
Desempenho alcançado: 119%
- **Índice de Auditoria Realizada | IAR**
Desempenho alcançado: 85,74%

e) Coordenação-Geral de Auditoria e Fiscalização | CGAFI

A criação da ICP-Brasil coincide com a criação do governo eletrônico no Brasil, em meados do ano de 2000. A certificação digital tem papel fundamental na operacionalização de quaisquer atividades em meio eletrônico que tenham como requisitos a segurança técnica e a segurança jurídica.

Segurança técnica porque se baseia em princípios matemáticos e computacionais para legitimar e validar ações em meio eletrônico e segurança jurídica porque está amparada por legislação específica que dá a devida legalidade às ações produzidas em meio eletrônico, com o uso do certificado digital ICP-Brasil.

Assim, empresas privadas ou públicas que queiram aderir à ICP-Brasil devem fazê-lo a partir do credenciamento junto ao ITI, comprometendo-se a cumprir rigorosamente as normas técnicas aplicáveis à Certificação Digital da ICP-Brasil e submeter-se a auditorias periódicas e fiscalizações permanentes. Desta feita, o Instituto não tem concorrentes diretos, visto que não emite certificado digital ao usuário final (cidadão

ou empresa). O ITI emite, enquanto Autoridade Certificadora Raiz, os certificados digitais das Autoridades Certificadoras de 1º nível, credencia as entidades e audita e fiscaliza todos os entes da ICP-Brasil, exceto a AC Raiz.

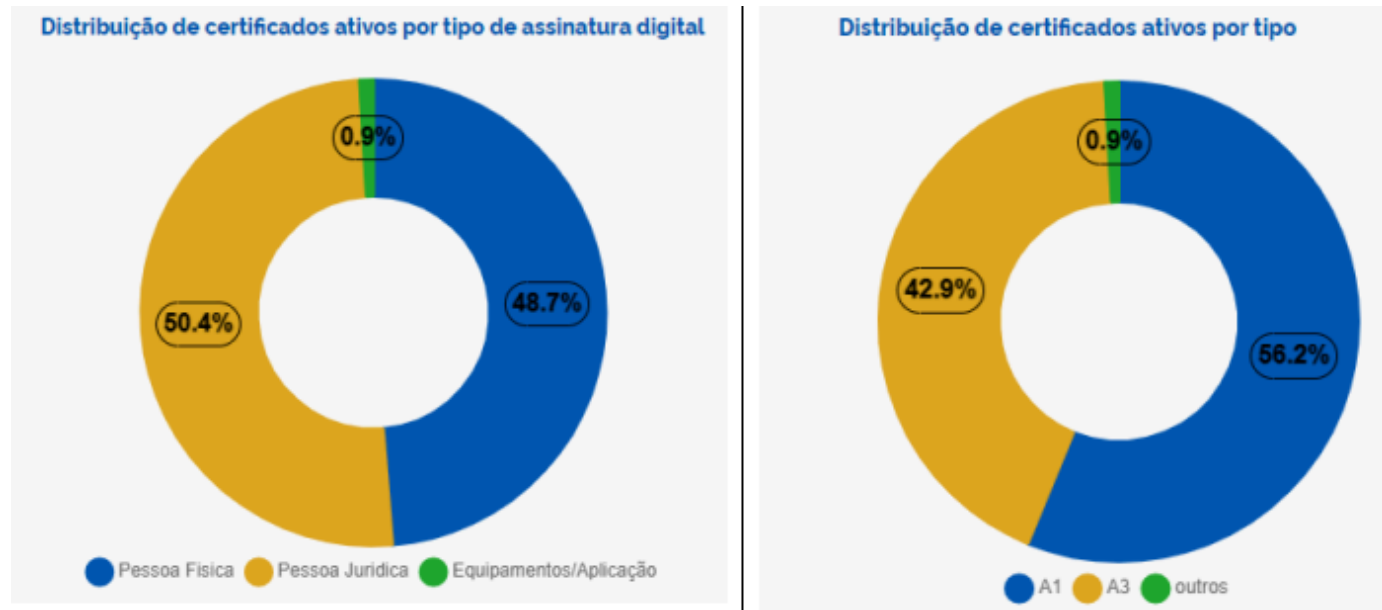
Dentro do período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2023, a ICP-Brasil emitiu 9.208.144 certificados digitais. No mesmo período anterior, de 2022, foram emitidos 8.539.428, portanto, houve um crescimento de 8% em 2023. A seguir o *ranking* das 10 Autoridades Certificadoras (ACs) que mais emitiram certificados no ano de 2023.

Tabela 19 | Ranking das 10 AC's que mais Emitiram

Posição	Nome da AC	Emissão (%)
1	AC SOLUTI MULTIPLA	21,64
2	AC VALID RFB	8,57
3	AC CERTISIGN RFB	7,92
4	AC SAFEWEB RFB	7,42
5	AC SYNGULARID MULTIPLA	6,72
6	AC SERASA RFB	6,07
7	AC SERPRO RFB	5,49
8	AC CERTIFICA MINAS	5,14
9	AC ONLINE RFB	4,48
10	AC DIGITALSIGN RFB	3,51

**Dados retirados do sg2.in.iti.gov.br em 07 de março de 2024 às 15:37*

Figura 6 | Distribuição das Emissões por Tipos de Certificados (2023)



*Dados coletados no site numeros.iti.gov.br em 07 de março de 2024 às 15:54

Figura 7 | Estrutura da ICP-Brasil



*Dados coletados ?

f) Coordenação-Geral de Normalização e Pesquisa | CGNPE

A CGNPE realiza trabalhos de revisão, manutenção e proposição de normas técnicas e operacionais relacionadas à ICP-Brasil. Nesse sentido, vem constantemente estudando e acompanhando os padrões, regulamentos, recomendações e especificações nacionais e internacionais relacionadas à ICP-Brasil.

No ano de 2023 não houve reunião do Comitê Gestor da ICP-Brasil, razão pela qual não houve publicação de resolução da ICP-Brasil, apesar das discussões internas do ITI para definição de pautas relevantes para

deliberação do colegiado. Foram estruturados 5 processos de pautas para proposição e colocado em debate interno e com os pares externos (Governo e Sociedade Civil) mais 1 tema de grande impacto normativo.

Em 2023, foi aprovada pelo Diretor-Presidente substituto do ITI e publicada 01 Instrução Normativa, norma elaborada pela CGNPE.

Deve ser observado que a numeração das Instruções Normativas, por determinação do Decreto nº 10.139/2019, passaram a ser sequenciais em relação ao ano anterior, ou seja, não são mais reiniciadas ao início de cada ano.

- Instrução Normativa nº 27, de 16 de março de 2023 - Amplia a validade da chave criptográfica simétrica empregada para geração do identificador de registro biométrico (IDN).

I. OID e Mapa de Processos

Conforme disposto no art. nº 10 do Anexo I do Decreto nº 11.206, de 26 de setembro de 2022, é atribuição da DAFN a definição dos diversos *Object Identifier* (OID). Em 2023 foram atribuídos 76 novos OIDs, distribuídos em 22 pedidos de registro para DPC e 01 de DPCT, tendo sido cancelada a atribuição de 31 OIDs. Foi recebida e atendida 1 solicitação de OID fora do arco da ICP-Brasil.

A publicação dos OIDs ICP-Brasil é efetuada por meio do adendo ADE-ICP-04.01, que teve sua versão 6.11, de 27 de dezembro de 2023, disponibilizada no site do ITI. Os OIDs da ICP-Brasil também são atualizados no sistema computacional do ITI (CASA) e no repositório internacional OID-Info.

Está em andamento o projeto de implementação de um sistema automatizado para atribuição e gerenciamento dos arcos de OID.

II. Termos de Execução Descentralizada e Contratos

Apesar do encerramento do Termo de Execução Descentralizada - TED nº 03/2019, celebrado entre o ITI e a Universidade de Brasília (UnB), ter ocorrido em 2022, foram mantidas tratativas com a equipe da UnB durante o ano de 2023 para internalização dos produtos entregues pela Universidade. O TED teve como objetivo geral o desenvolvimento de pesquisa, tecnologia e um sistema piloto para criação e verificação de assinaturas digitais em formato PDF seguindo o padrão PAdES ICP-Brasil, utilizando Primitivas Criptográficas de Curvas Elípticas e a Extensão da Tecnologia de Assinaturas Digitais para Ambientes Mobile.

No exercício, também foram realizadas tratativas no contexto no TED nº 02/2021, celebrado entre o ITI e a Universidade de Santa Catarina (UFSC), cuja gestão e fiscalização passaram a ser de responsabilidade da CGICP, conforme Portaria Fiscais TED nº 14, de 30 de março de 2022. Tais tratativas foram no sentido de realizar testes e reportar o comportamento do Gerenciador de Políticas de Assinatura Digital e Listas Confiáveis da ICP-Brasil à nova área responsável pela gestão desse TED.

Foi publicado, em de 19 de outubro de 2023, o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 14/2022, entre o ITI e a ABNT, para prorrogação do prazo de vigência em 12 meses para a prestação de serviços de acesso às normas NBR, AMN e ISSO.

Em 10 de janeiro de 2023, foi publicado o contrato com a empresa Villard Comercial Eireli para a aquisição de 02 computadores MAC, cujo Termo de Recebimento Definitivo foi encaminhado em 27 de abril de 2023.

III. Listas de Confiança

Em relação às gerações dos códigos de máquina das Políticas de Assinatura (PA) e das Listas de Políticas de Assinatura Aprovadas (LPA), seja por versionamento para correção, atualização ou revalidação (LPAs vencem a cada noventa dias), a CGNPE realizou 4 atualizações da Lista de Políticas

de Assinatura Aprovadas LPA e 2 atualizações da Lista de Prestadores de Serviço de Confiança LPSC em 2023, disponibilizando os códigos para publicação no repositório da AC Raiz.

IV. Cadastro de Agentes de Registro

Conforme estabeleceu a Instrução Normativa nº 09/2017, que instituiu o Cadastro de Agentes de Registro (CAR), a partir de 02 de fevereiro de 2018, o ITI passou a publicar a relação dos Agentes de Registro, atividade realizada semanalmente pela CGNPE. Foram publicados 104 relatórios durante o ano de 2023, divididos entre a listagem de AGR e a listagem com os vínculos dos AGR.

Em abril, entrou em vigor a versão 3.0 do CAR, baseada na LGPD, que excluiu campos de envio obrigatório (título de eleitor, endereço residencial, entre outros), conforme Instrução Normativa ITI nº 26. de 20 de dezembro de 2022. Além disso, foi realizada a sanitização periódica das informações registradas no CAR por meio da integração da carga com as consultas à base de CPF, bem como a solicitação de correção sincronizada com as Autoridades Certificadoras.

Destaca-se que durante todo o ano de 2023, o Cadastro de Agentes de Registro (CAR) ocupou a primeira posição no ranking de Avaliação de Serviços Públicos, disponível em <https://datastudio.google.com/reporting/fe402168-2900-4139-8148-5c643ae234c9/page/uvtuC?s=s3E9oOiHh2c>.

V. Canais de Comunicação e Portal Dados Abertos

Continuamente a CGNPE avalia e responde aos questionamentos técnicos recebidos por meio dos seguintes canais de comunicação com a sociedade: e-OUV, Fala.BR e e-mail institucional. Ao todo, no ano de 2023, foram respondidas 68 demandas.

Além dos canais de comunicação, a CGNPE publica mensalmente as bases de dados do CAR e de OID no Portal de Dados Abertos.

VI. Outras demandas no âmbito da Coordenação-Geral de Normalização e Pesquisa

- Presidência da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD), instituída pela Portaria nº 44, de 02 de outubro 2020;
- Participação no Comitê de Governança do Planejamento Estratégico 2023-2026 do ITI, conforme Portaria nº 30, de 20 de julho de 2023;
- Participação nos Grupos de Trabalho Técnicos demandados pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil e pelo Diretor-Presidente do ITI. GTT SSL - Portaria nº 23, de 12 de maio de 2023;
- Participação em Comissão de Processo Administrativo Disciplinar; e
- Elaboração/estruturação de pautas pendentes de apresentação ao Comitê-Gestor da ICP-Brasil.

g) Coordenação-Geral de Inovação, Cooperação e Projetos | CGICP

A CGICP é responsável por ampliar o papel institucional e aprimorar a prestação de serviços à sociedade, por meio da proposição de novas soluções no âmbito da segurança digital e da cooperação com outras instituições nacionais e internacionais, aspirando fomentar e promover soluções tecnológicas seguras e a interoperabilidade de assinatura eletrônica. Atuando na inovação, na cooperação e no provimento de soluções tecnológicas que garantam a identificação, a segurança e a confiança aos documentos e transações eletrônicas. As atividades da Coordenação Geral de Inovação, Cooperação e Projetos compreendem:

- coordenar a elaboração de relatórios para organismos internacionais e multilaterais e acompanhar negociações do Instituto junto aos organismos internacionais.
- acompanhar a execução de convênios e acordos internacionais de cooperação mútua.
- gerenciar o atendimento às consultas e os requerimentos formulados pelo Congresso Nacional, encaminhados pela Casa Civil da Presidência da República.
- acompanhar o andamento de projetos de interesse do ITI em tramitação no Congresso Nacional.

- manter articulação com outros órgãos e entidades com os quais o ITI possua vínculos programáticos para integração de programas e ações, e cooperação para provimento de serviços e desenvolvimento de projetos.
- promover estudos que visem o desenvolvimento de soluções para aperfeiçoamento da gestão estratégica por meio de inovação tecnológica.
- estimular a participação de instituições de ensino da iniciativa privada e de órgãos da administração pública direta ou indireta em atividades de pesquisa e desenvolvimento de interesse e competência do ITI.
- articular e gerir projetos de pesquisa científica e de desenvolvimento tecnológico, voltados à ampliação da cidadania digital, por meio de tecnologias que garantam a privacidade, a autenticidade e a integridade de informações eletrônicas.
- fomentar o uso de assinaturas eletrônicas e tecnologias associadas conforme padrões e normas vigentes.
- desenvolver, gerir e aprimorar serviços institucionais com vistas a promover a inovação em assinaturas eletrônicas e tecnologias relacionadas.

As atividades de Coordenação são um desmembramento dos objetivos macros, que são: desenvolver e prover o serviço de validação de assinaturas eletrônicas (nacional e internacional); cooperar com entidades públicas para o desenvolvimento e transferência de tecnologias e soluções de segurança digital, de criptografia, certificação digital, assinaturas eletrônicas e tecnologias correlatas; cooperar com entidades e organismos internacionais para o desenvolvimento e transferência de tecnologias e soluções na área de criptografia, certificação digital, assinaturas eletrônicas e tecnologias correlatas; viabilizar capacitação em assinaturas eletrônicas para gestores públicos.

I. **Cooperações Internacionais**

O ITI busca ser uma referência nacional e internacional em tecnologias para identificação, segurança e confiança digital. Também é responsabilidade do ITI estimular e operacionalizar acordos internacionais para a interoperabilidade de Infraestruturas de Chaves Públicas e o reconhecimento mútuo de assinaturas, conforme [MP 2.200-2/2001](#). Nesse contexto, o ITI tem se destacado em suas interações com outros países, aplicando sua liderança internacional e participando de inúmeros eventos e reuniões técnicas com organizações multilaterais, como Mercosul, Rede GEALC, CPLP e ALADI. Para demonstrar essa liderança, em 2023, foram firmados acordos de cooperação com países e organizações, entre eles: ALADI, Argentina, Uruguai, e iniciou discussões com o Paraguai, além de um acordo de cooperação para contribuir para a implementação da Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP) de Moçambique e a criação de uma política de governança para a gestão da tecnologia. O Acordo com a ALADI vai permitir avançar na integração regional entre os 13 países associados no intercâmbio de documentos eletrônicos seguros, trazendo inúmeros benefícios para vários setores da economia brasileira e dos demais países, com destaque para o comércio eletrônico, intercâmbio de documentos oficiais, e transações eletrônicas.

O ITI ainda colabora na implementação do conceito de Listas de Confiança. Lista de confiança consiste da criação de um documento em formato padronizado contendo a lista de provedores (Autoridades Certificadoras) credenciados para operar na infraestrutura de chaves públicas oficial do país. Com a Lista de Confiança de cada país criada, é possível implementar o conceito de "lista das listas", como o caso da Lista de Confiança do Mercosul, Lista de Confiança da ALADI e Lista de Confiança da Rede GEALC. Em todas elas, o ITI teve participação relevante na concepção, criação e implementação do modelo conforme padronização internacional.

No mesmo ano, o ITI em conjunto com o MRE foi responsável pelo “I Encontro Latino-Americano e do Caribe sobre assinaturas eletrônicas e suas aplicações”, ocorreu em sua sede e teve a participação de representantes dos países/organizações: ALADI, Angola, Argentina, Bolívia, Moçambique, Paraguai,

Portugal, Rede GEALC, Uruguai, Venezuela. Por ocasião do Certforum 2023, realizado em Brasília, a CGICP organizou o bloco internacional, com participação dos países membros do Mercosul, da UE, CPLP, ALADI, cuja temática foi discutir os avanços e desafios da implementação de assinaturas eletrônicas.

II. Cooperação com Entidades Públicas

A CGICP possui várias frentes de cooperação com diferentes instituições, entre as quais:

- Acordo de Cooperação Técnica (ACT) Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e ITI, processo SEI 00100.002876/2022-86, iniciado em fevereiro de 2023, com dois anos de duração. O Acordo firmado entre o ITI e a Anvisa está consoante a missão do ITI em promover inovação, regulação e fornecimento de soluções tecnológicas que assegurem a identificação, segurança e confiança em documentos e transações eletrônicas. O projeto visa criar uma arquitetura (*framework*) baseado em uma rede *Blockchain* para o registro eletrônico da dispensação de medicamentos e substâncias controladas. Logo, o objetivo é garantir que apenas medicamentos prescritos eletronicamente por profissionais devidamente habilitados nos Conselhos (médicos, dentistas ou veterinários) sejam dispensados de forma única. A solução proposta tem como impacto inibir a dispensação indevida de medicamentos e garantir que apenas profissionais habilitados realizem a dispensação. Além disso, permitirá que a Anvisa, responsável pela fiscalização e controle dessas dispensações, tenha acesso a essas informações para fins de controle. Essa aplicação é composta por dois módulos funcionais distintos:

- **Módulo VALIDAR:** Responsável por tratar as assinaturas eletrônicas, tanto na prescrição quanto na dispensação, garantindo que o documento foi assinado por um profissional habilitado no respectivo conselho profissional.
- **Módulo REGISTRAR:** Encarregado de processar e tratar a dispensação, verificando se ocorreu a dispensação, se foi parcial ou total, e de manter a comunicação com a rede *Blockchain* para fornecer atualizações quando necessário. Os módulos VALIDAR e REGISTRAR, juntamente com um nó de rede *Blockchain*, compõem uma aplicação única que funciona de forma distribuída. Cada nó pode operar simultaneamente em entidades distintas, incluindo a Anvisa. Para demonstrar a arquitetura da solução, foi desenvolvido um protótipo chamado Jornada da Prescrição e Dispensação de medicamentos, disponível em <https://registrar.iti.br>. O protótipo permite acompanhar o processamento de uma prescrição em duas etapas (prescrição e dispensação), incluindo a efetiva dispensação, seja ela parcial ou total, de acordo com a finalidade a ser validada. Inicialmente desenvolvemos um protótipo de simulação da jornada do usuário utilizando banco de dados, sem a integração do *Blockchain*. Em seguida, o *Blockchain* foi implementado em parceria com o Labsec, com base na ferramenta *Hyperledger mini fabric* customizada. Após a implantação do *Blockchain*, as APIs do CRM, CRF e CRO foram integradas. Durante a prova de conceito, em colaboração com médicos e farmacêuticos, identificamos várias necessidades de adaptação do sistema para cumprir os padrões HL7, um padrão internacional para sistemas de saúde, bem como para a jornada em si. O escopo do projeto se limita à dispensação de medicamentos, mas, para garantir o sucesso do piloto da solução, também desenvolvemos a interface de prescrição, permitindo assim o teste de toda a jornada. As entregas estão dentro do prazo estipulado no acordo.

- Projeto com INMETRO para aplicação de certificados digitais em dispositivos de medição legal. Em 2023, publicado no Diário Oficial da União (DOU), o Ato Declaratório Executivo nº 1/ITI/PR (Processo SEI 00100.001970/2023-07) que trata da homologação do terceiro e último dispositivo criptográfico para uso e aplicação em bombas medidoras de combustível (BMC). Além disso, os fabricantes de BMC iniciaram a produção de bombas medidoras conforme a normativa INMETRO, utilizando certificados digitais do tipo OM-BR (objetos metrológicos), emitidos por Autoridade Certificadora credenciada na Autoridade Certificadora do INMETRO. Com a conclusão do apoio do ITI ao INMETRO, o órgão passa a contar com mais uma ferramenta para garantir a correta medição dos combustíveis, evitando fraudes que podem lesar o consumidor. Com isso encerrou-se a colaboração do ITI com o INMETRO para o Projeto BMC. Está curso o Protocolo de Intenções entre UFSC, INMETRO e ITI (Processo SEI 00100.004006/2021-6), cujo objetivo principal é fomentar a utilização de certificados digitais em dispositivos metrológicos e IoT (*Internet of Things*).

III. Prover Tecnologias, Serviços e Aplicações para Segurança Digital por Meio da Criptografia, da Certificação Digital e das Tecnologias Correlatas

A continuidade das atividades previstas nos Termos de Execução Descentralizada (TED) 01/2022 (Processo SEI 00100.002601/2022/42) e TED 02/2021 (Processo SEI 00100.003943/2021- 07) com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) resultou no lançamento dos seguintes serviços:

- Assinador de Referência: O Assinador de Referência é um serviço destinado à geração de assinaturas digitais conforme os Padrões Brasileiros de Assinatura Digital. Esta implementação segue as diretrizes da ICP-Brasil e é considerada funcional (100%).

- Ybyrá - Certificado de Atributo: Este serviço consiste na emissão de declarações eletrônicas (certificados de atributos) relacionadas a fatos, pessoas ou empresas em situações específicas, ou qualificações. Por serem assinadas com certificado digital ICP-Brasil, essas declarações possuem validade jurídica e são irrefutáveis.
- APP VALIDAR QR-Code: Trata-se de um aplicativo para dispositivos iOS e Android capaz de ler QR-Codes de prescrições eletrônicas e outros documentos que seguem o padrão estabelecido pelo ITI.

IV. Desenvolver e prover tecnologias, serviços e aplicações para segurança digital por meio da criptografia, da certificação digital e das tecnologias correlatas

No segundo semestre de 2023, o ITI disponibilizou o portal LAB ITI para divulgação das tecnologias desenvolvidas, com alguns produtos já disponíveis para uso de qualquer cidadão via autenticação Gov.br. Com destaque para o Assinador de Referência que permite ao cidadão assinar documentos de acordo com o PBAD (Padrão Brasileiro de Assinatura Digital), descrito no DOC-ICP-15. O assinador permite utilizar o certificado digital de diferentes suportes, como PKCS#12; nuvem, cartão/*token* ou ainda via HSM. O código-fonte está previsto ser liberado no primeiro semestre de 2024, após o encerramento do TED 02/21 – Códigos de Referência. O LAB ITI também disponibiliza o APP para validar QR-Code cujo conteúdo seja um certificado de atributo. Esse APP é especialmente útil para validar a Carteira de Identificação Estudantil (CIE) ([Portaria ITI n.68/19](#)). O ITI disponibiliza o acesso aos serviços de assinatura e validação para o projeto do e-SUS AB para as prescrições eletrônicas, e para a DATAPREV para o serviço de emissão dos atestados periciais para efeitos no INSS.

V. Acompanhar o Andamento de Projetos de Interesse do ITI em Tramitação no Congresso Nacional

Ao longo do ano de 2023, o ITI articulou pela aprovação, na Câmara dos Deputados, do PDL 929/21 (Acordo de Reconhecimento Mútuo de Certificados de Assinatura Digital do Mercosul assinado em 4 de

dezembro de 2019 em Bento Gonçalves), sendo finalmente aprovado por essa Casa em 18 de outubro de 2023. Aguarda-se, agora, a aprovação no Senado Federal, sendo que em 13 de dezembro de 2023, a CGICP esteve, em reunião virtual, com a Casa, quando enfatizamos a importância de acelerarmos a tramitação e em 19 de dezembro de 2023, deu-se parecer favorável ao PDL, que agora precisa avançar. O interesse do ITI na pauta se justifica pelo protagonismo desta autarquia nas iniciativas que, desde 2019, vem desenvolvendo em favor da interoperabilidade das assinaturas eletrônicas entre países do Mercosul e da América Latina, o que possibilitará na prática a transformação digital na região, viabilizando a troca eletrônica de documentos eletrônicos seguros e com validade jurídica. Essa ação vai possibilitar, entre outros, avanços na área de comércio eletrônico exterior, aduana, e intercâmbio de documentos oficiais em formato digital, trazendo facilidade quanto à mobilidade dos cidadãos dos países membros do Mercosul.

4.4. Resultados das principais áreas de atuação

a) Gestão Orçamentária e Financeira

O Orçamento médio em custeio e investimentos concedidos pela LOA ao Instituto tem sido, historicamente, em torno de R\$ 23.000.000,00 para execução das despesas correntes e demais aquisições e contratações previstas no Plano Anual de Contratações. Tratando especificamente do ano de 2023, o Orçamento Aprovado foi de R\$ 39.820.270,00, conforme se segue.

Tabela 20 | Orçamento Aprovado (2023)

Projeto de Lei	Dotação Inicial	Dotação Anual	Corte PLOA	Percentual
40.802.946	39.820.270	39.820.270	982.676	3,29%

Fonte: SIAFI

O orçamento aprovado acima é composto por:

Tabela 21 | Orçamento Aprovado (2023) - Detalhamento

Ação		Plano Orçamentário		Grupo de Despesa	Projeto de Lei	Dotação Inicial	Dotação Atual
					40.802.946	39.820.270	39.820.270
00S6	Benefício Especial e Demais Complementações de Aposentadorias	0000	Benefício Especial e Demais Complementações de Aposentadorias	1 Pessoal e Encargos Sociais	13.000	13.000	13.000
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	0000	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	1 Pessoal e Encargos Sociais	13.000	13.000	13.000
20TP	Ativos Civis da União	0000	Ativos Civis da União	1 Pessoal e Encargos Sociais	9.344.083	9.344.083	9.344.083
0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União	0000	Aposentadorias e Pensões Civis da União	1 Pessoal e Encargos Sociais	13.000	13.000	13.000
212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes de Servidores Civis e de Empregados	3 Outras Despesas Correntes	25.513	25.513	25.513
212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	0003	Auxílio-Transporte de Civis Ativos	3 Outras Despesas Correntes	9.944	9.944	9.944
212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	0005	Auxílio-Alimentação de Civis Ativos	3 Outras Despesas Correntes	419.010	419.010	419.010
212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	0009	Auxílio-Funeral e Natalidade de Civis	3 Outras Despesas Correntes	5.096	5.096	5.096
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	0000	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	3 Outras Despesas Correntes	100.000	100.000	100.000
217Z	Gestão do Sistema Nacional de Certificação Digital da Infraestrutura	0001	Auditoria e Fiscalização nos Prestadores de Serviços	3 Outras Despesas	500.000	483.354	483.354

	de Chaves Públicas - ICP-Brasil e de outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital			Correntes				
217Z	Gestão do Sistema Nacional de Certificação Digital da Infraestrutura de Chaves Públicas - ICP-Brasil e de outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital	0001	Auditoria e Fiscalização nos Prestadores de Serviços	4	Investimentos	500.000	483.353	483.353
217Z	Gestão do Sistema Nacional de Certificação Digital da Infraestrutura de Chaves Públicas - ICP-Brasil e de outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital	0004	Gestão de Infraestrutura de chaves públicas	3	Outras Despesas Correntes	3.700.000	3.576.811	3.576.811
217Z	Gestão do Sistema Nacional de Certificação Digital da Infraestrutura de Chaves Públicas - ICP-Brasil e de outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital	0004	Gestão de Infraestrutura de chaves públicas	4	Investimentos	8.800.000	8.507.011	8.507.011
217Z	Gestão do Sistema Nacional de Certificação Digital da Infraestrutura de Chaves Públicas - ICP-Brasil e de outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital	2000	Despesas Administrativas	3	Outras Despesas Correntes	16.414.929	15.905.030	15.905.030
217Z	Gestão do Sistema Nacional de Certificação Digital da Infraestrutura de Chaves Públicas - ICP-Brasil e de outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital	2000	Despesas Administrativas	4	Investimentos	700.000	676.694	676.694
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	0001	Assistência Médica e Odontológica de Cíveis - Complementação da União	3	Outras Despesas Correntes	245.371	245.371	245.371

No exercício houve execução orçamentária exitosa expressando 99,70%, isso se deve a um conjunto de esforços entre a governança e as equipes em estabelecer um planejamento de compras e balanceamento das metas, o que vem sendo cada vez mais amadurecido internamente e atuando na linha de gestão por competências e boas práticas em centralização de compras e otimização dos recursos disponíveis, como se vê no comparativo:

Tabela 22 | Comparativo Orçamentário

Ano	2020	2021	2022	2023
Custeio	17.659.996,00	16.009.182,00	19.323.586,00	20.874.061,00
Investimento	18.471.252,00	6.084.275,00	5.303.717,00	3.384.500,00
Despesas Obrigatórias	9.115.121,00	8.992.237,00	9.423.165,00	10.802.189,00
Custeio + Investimento	3.131.248,00	22.093.457,00	24.627.303,00	24.258.561,00
Dotação Inicial (*LOA)	36.307.246,00	34.813.010,00	32.288.011,00	39.820.270,00
Dotação Final (Lei + Créditos)	45.246.369,00	31.085.694,00	34.050.468,00	35.060.750,00
Empenhado (Investimentos + Despesas Correntes)	38.998.920,00	30.736.854,31	33.842.047,00	34.963.895,00
Executado	86,19%	98,88%	99,40%	99,70%

Fonte: SIOF

b) Gestão de Custos

I. Sistema de apuração de custos

O Instituto, autarquia federal, prestadora de serviços públicos, não atua no mercado em concorrência com os entes particulares. Atua prestando serviços de interesse público e para esta missão institucional possui um baixo orçamento federal, o que faz com que a gestão orçamentária seja sempre restritiva, vez que as demandas são muitas e os recursos são escassos.

Neste sentido, o investimento em um sistema de contabilidade de custos se revelaria contraproducente, vez que tais sistemas possuem alto custo de investimento e manutenção, o que estrangulava mais ainda o orçamento deste órgão, comprometendo o cumprimento de suas metas institucionais.

De outro lado, o ITI também não utiliza o Sistema de Informação de Custo (SIC) do Governo Federal, posto que a adoção de sistema de custos não é, ainda, uma obrigação legalmente estabelecida para os entes da Administração Pública Federal.

Não obstante, o ITI promove estudos técnicos para a adoção de sistemas alternativos de apuração de centro de custos, no intuito de aperfeiçoar os controles contábeis da instituição, porém, alternativas que não comprometam a boa e eficiente gestão orçamentária, financeira e patrimonial em seu programa principal, o 2201 - Brasil Moderna e Ação 217Z - Gestão do Sistema Nacional de Certificação da ICP-Brasil, voltado para as atividades de custeio e investimento no âmbito da Autarquia.

c) Gestão de Pessoas

O ITI não possui quadro próprio de servidores, valendo-se unicamente de cedidos e requisitados de órgãos e empresas públicas, além de terceirizados e estagiários. Atualmente, trabalham no órgão 59 servidores/empregados públicos, 91 terceirizados e 14 estagiários, totalizando 164 colaboradores. Os 59 servidores/empregados foram cedidos/requisitados de outros órgãos ou empresas públicas. O Instituto dispõe ainda de 19 vagas autorizadas pelo MGI para provimento de estagiários, das quais 14 estão efetivamente ocupadas.

O ITI, como órgão integrante do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal (SIPEC), utiliza o sistema SIAPE como fonte de execução e consulta de todos os dados referentes a cadastro e pagamento de pessoal.

Como registrado anteriormente, dada a ausência de quadro próprio, não há pessoal inativo e pensionista, tendo cadastrado na folha de pagamento da Unidade, somente o pessoal nomeado em cargos de comissão CCE/FCE.

Tabela 23 | Quadro de Pessoal

Servidores Ocupantes de Cargo ou Função <u>Sendo eles:</u> 05 aposentados, 01 militar da reserva, 02 sem vínculo	40
Servidores sem Cargo ou Função <u>Sendo eles:</u> 02 temporários	19
SUBTOTAL	59

Colaboradores ou Terceirizados	91
Estagiários	14
TOTAL	164

Fonte: dados SEGEP e DILOG (Março de 2024)

d) Gestão de Licitações e Contratos

Adiante foram destacadas as modalidades licitatórias empregadas pela área, evidenciando a evolução dos gastos e das quantidades totais de procedimentos concluídos no exercício.

As práticas exemplares na gestão de licitações, contratos e fiscalização administrativa são implementadas com o propósito de estabelecer condições que permitam a plena articulação e realização dos objetivos estratégicos finalísticos. Desta maneira, tais práticas oferecem suporte para que o Instituto possa efetivamente cumprir sua missão institucional.

I. Conformidade de Gestão

- Lei nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- Contratação de empresa remanescente: artigo 90, §2º da Lei nº 14.133/2021;
- Dispensa de Licitação: artigo 75 da Lei nº 14.133/2021;
- Inexigibilidade: artigo 74 da Lei nº 14.133/2021;
- Pregão Eletrônico: Decreto nº 10.024/2019 e artigos 28 e 29 da Lei nº 14.133/2021;
- Direito Financeiro e controle dos orçamentos e balanços: artigos 62 e 63 da Lei nº 4.320/64;

- Demais normas, acórdãos e manuais dos órgãos de controle e fiscalização, conforme objeto a ser contratado.

II. Licitações e Contratações

Na tabela abaixo mostra as Aquisições/Contratações realizadas por Modalidade, nela é possível observar que houve 19 contratações, no valor total R\$ 19.356.035,44 (dezenove milhões, trezentos e cinquenta e seis mil trinta e cinco reais e quarenta e quatro centavos).

Tabela 24 | Aquisições e Contratações por Modalidade

Modalidade	Quantidade	Valor R\$ em Mil
Adesão a ata	2	R\$ 1.637,88
Pregão concluído	7	R\$ 16.818,50
Pregão revogado	0	R\$ 0,00
Dispensa de licitação	7	R\$ 281,63
Inexigibilidade	3	R\$ 618,02
Total de Contratações	19	R\$ 19.356,04
Termo de Execução Descentralizada - TED	1	R\$ 2.640,00

A tabela 20 abaixo apresenta os valores das contratações por área requisitante, destacando-se, CGISE – Infraestrutura e Segurança e COTIC – Informática, CGOPE – Operações, DILOG – Logística e CGGTI – Gestão e Tecnologia da Informação.

As demais áreas não realizaram contratações em 2023.

Tabela 25 | Aquisições e Contratações por Área Requisitante

Setor	Valor R\$ em Mil
DILOG Logística	R\$ 923,25

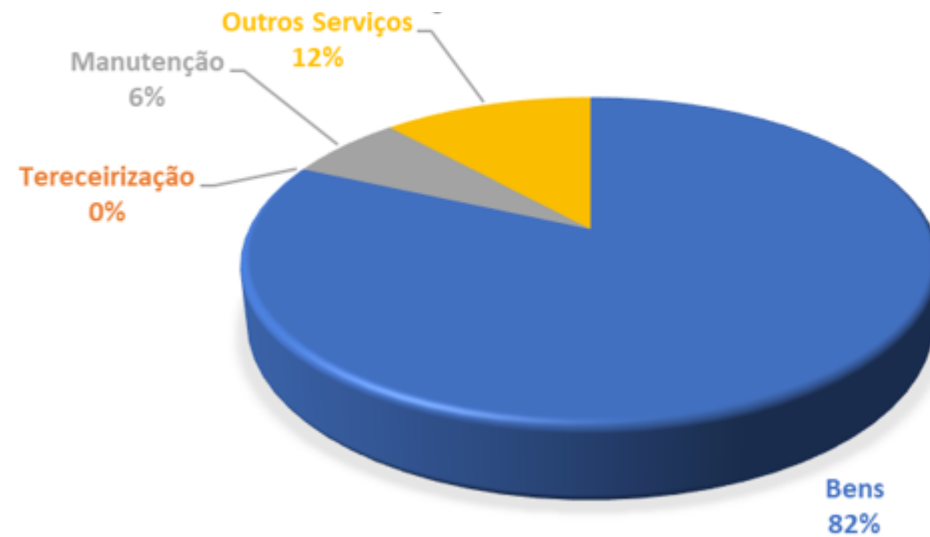
CGISE Infraestrutura e Segurança	R\$ 10.836,26
COTIC Informática	R\$ 5.160,29
CGOPE Operações	R\$ 2.432,25
CGGTI Gestão e Tecnologia da Informação	R\$ 3,99
TOTAL	R\$ 19.356,04

Destacam-se em investimento de Tecnologia da Informação:

- Contrato nº 11/2023 - TELESUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA - Aquisição de infraestrutura interna de Solução de Telefonia VoIP, composta por Plataforma de Telefonia IP virtual, gateways, Telefones IP, terminais de videoconferência, serviços de instalação, treinamento, configuração e garantia (manutenção e suporte técnico). Valor total de R\$ 1.457.062,46 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e sete mil, sessenta e dois reais e quarenta e seis centavos)
- Contrato nº 13/2023 - KRYPTUS SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO S.A. - Aquisição de Sistema de Auditoria e Sincronismo (SAS) e Servidores de Carimbo de Tempo (SCT). Valor total de R\$ 1.818.224,04 (um milhão, oitocentos e dezoito mil duzentos e vinte e quatro reais e quatro centavos).

Estas duas aquisições fazem parte dos objetivos estratégicos institucionais, conforme o Planejamento Estratégico 2023-2026, do Plano de Transformação Digital ITI e da Política de Governança Digital Federal.

Gráfico 6 | Contratações Realizadas (2023)



III. Detalhamento da Gestão de Contratos

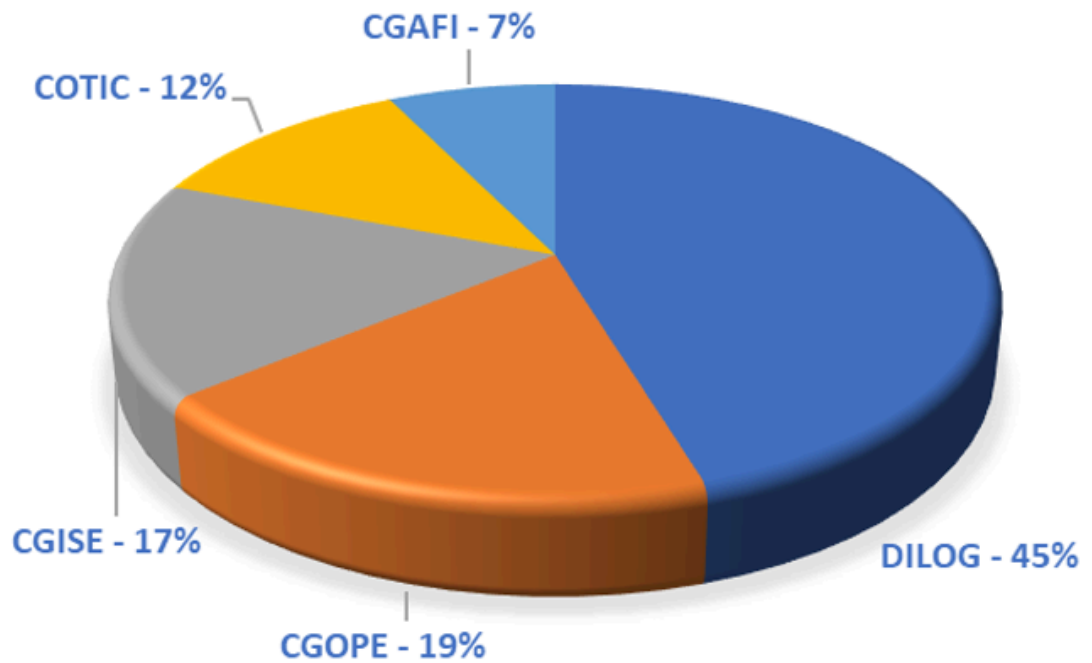
Tabela 26 | Acompanhamento de Contratos (2023)

Contratos	Quantidade
Novos	14
Prorrogados	33
Encerrados	17
Total de Contratos Vigentes	55
TED's Vigente	3

Tabela 27 | Maiores Gastos em Contratações por Área (2023)

Contratos	Quantidade
DILOG - Logística	R\$ 15.013,56
CGOPE - Operações	R\$ 6.191,46
CGISE - Infraestrutura e Segurança	R\$ 5.581,85
COTIC - Tecn. da Informação	R\$ 3.929,68
CGAFI - Auditoria e Fiscalização	R\$ 2.416,17

Gráfico 7 | Maiores Gastos em Contratações por Área (2023)



IV. Projetos implementados e resultados

Adotado desde janeiro de 2021, o ComprasNet Contratos é uma solução digital disponibilizada pelo governo federal que basicamente automatiza os processos de gestão contratual e conecta servidores públicos responsáveis pela execução e fiscalização de contratos, tornando as informações disponíveis a qualquer momento e melhorando as condições de gestão e relacionamento com fornecedores. A ferramenta trouxe ganho real com maior controle e agilidade no processamento das informações de gestão contratual, além de maior eficiência na alocação de recursos e na transparência das informações, trazendo maior visibilidade aos mais de 50 (cinquenta) contratos vigentes geridos pela COLIC. Os quais, 7 (sete) são com empresas de Terceirização de Serviços e mão de obra, o que torna, ainda mais, complexa sua gestão.

V. Fiscalização administrativa e pagamentos

As atividades de fiscalização permitem que os contratos sejam acompanhados de maneira integral, desde os aspectos técnicos empregados até o resultado do serviço que é a satisfação do usuário dos serviços, permitindo que a Administração realize o pagamento somente dos serviços recebidos, com a qualidade esperada.

Além, de garantir a perfeita aplicação dos princípios licitatórios e evitar a malversação dos resultados públicos alcançados no decorrer do ano de 2023.

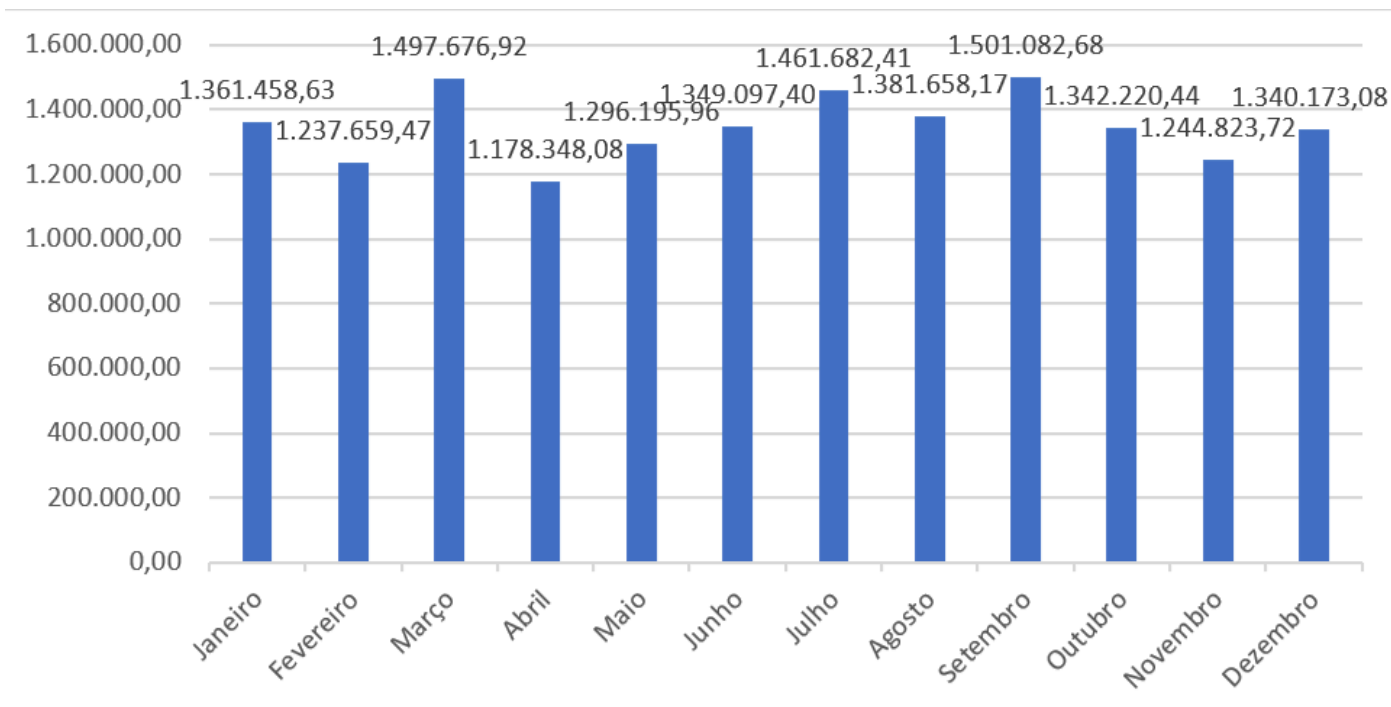
Com novos métodos de controle aplicados a esta gestão, foi possível alcançar maior efetividade e rapidez nos resultados positivos. Essa forma mais prática e analítica dos processos permitiu ser possível a apresentação de resultados. Com isso, foi possível manter a qualidade da prestação dos serviços, alcançados no ano anterior (2022), visando maximizar a boa prestação dos serviços e das metas a se alcançar, além de uma análise mais criteriosa e precisa dos pagamentos encaminhados ao Ordenador de Despesas. Outra melhoria que foi aplicada, está no aperfeiçoamento das planilhas de controle dos pagamentos.

No ano de 2023, tivemos um total de R\$ 16.202.076,96 (dezesesseis milhões e duzentos e dois mil e setenta e seis reais e noventa e seis centavos), para aprimorar a gestão do Instituto. Esses investimentos abrangem diversas áreas, incluindo terceirização de mão de obra especializada, serviços continuados para sustentar nossos sistemas de assinatura e aquisição de bens materiais permanentes.

Destacamos, ainda, a atenção ao conforto térmico e eficiência energética em nossas instalações, evidenciada pela aquisição e substituição de aparelhos de ar-condicionado. Essa iniciativa visa proporcionar ambientes mais confortáveis, ao mesmo tempo, em que contribui para a economia de energia.

Os valores mencionados estão detalhadamente representados na imagem abaixo.

Gráfico 8 | Pagamento por Mês



VI. Fiscalização administrativa

A COLIC auxilia ainda na apuração de indícios de infração às normas contratuais, notificando e aplicando penalidades quando as provas dos autos assim indicarem. Sendo a COLIC o ambiente em que o terceirizado ou seu interlocutor apresentam demandas de reclamação, ou de informação dos contratados.

Conforme evidenciado no gráfico abaixo, referente às 321 ocorrências nos contratos geridos pela COLIC em 2023, foram encaminhados avisos de esclarecimentos/correção.

Dentre esses casos, 17 resultaram na abertura de processos, acompanhados de 17 notificações, as quais desencadearam 17 advertências, 05 multas e 02 rescisões unilaterais.

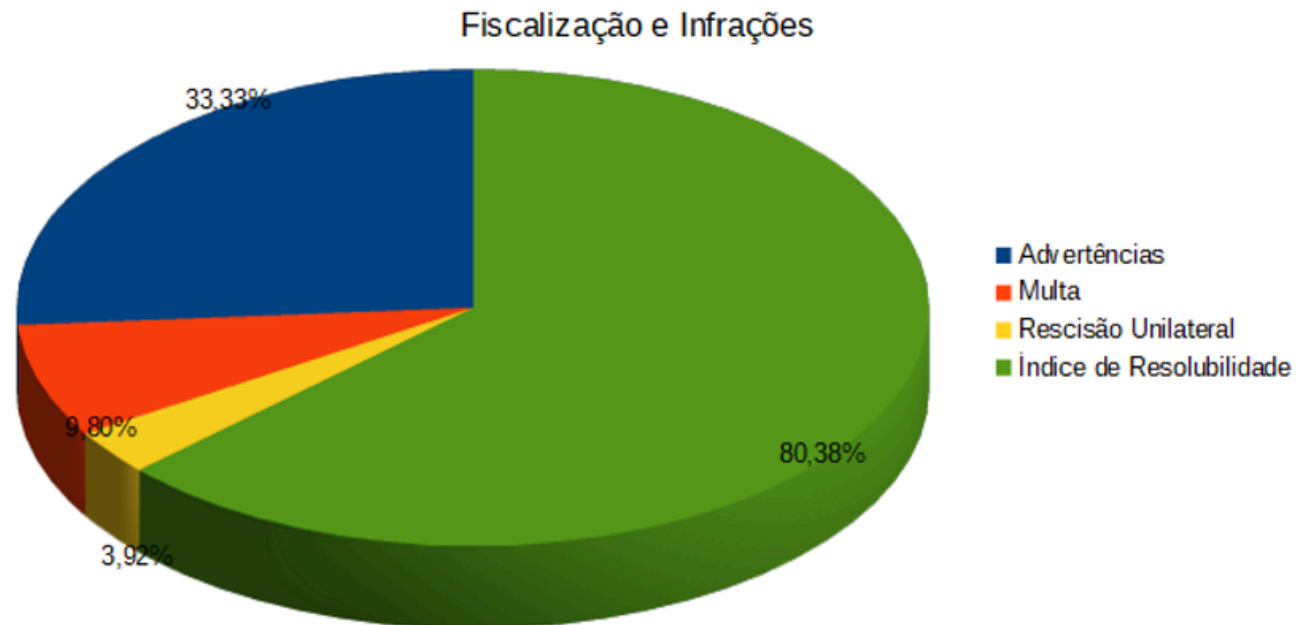
Essas ações se revelaram eficazes na mediação de conflitos entre contratante e contratados, destacando a necessidade ocasional de aplicação de penalidades rigorosas, incluindo multas e rescisões contratuais.

Importante ressaltar que a COLIC apresenta um notável índice de resolução de conflitos superior a 94% evidenciando seu compromisso e sucesso na gestão eficiente dessas situações.

Tabela 28 | Detalhamento da Fiscalização

Ocorrências	Quantidade
Contratos Fiscalizados	51
Notificações	17
Advertências	17
Multa	5
Rescisão Unilateral	2
Total de Ocorrências Resolvidas	17

Gráfico 9 | Fiscalização e Infrações



VII. Desafios dos agentes envolvidos em licitações e contratos

Em face das diversas mudanças legislativas relativas a licitações e contratações públicas, como a revogação da Lei nº 8.666/1993 em 30 de dezembro de 2023, e a consequente obrigatoriedade de aplicação da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021) aos processos de contratação, bem como em virtude dos entendimentos mais recentes dos órgãos de controle, tornou-se evidente a necessidade de capacitar os profissionais, servidores e terceirizados, além da contratação de uma equipe de apoio técnico especializada nas áreas de fiscalização, licitação e contratos.

Com a publicação, pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, de novos atos normativos complementares à Lei nº 14.133/2021, a exemplo da Instrução Normativa nº 94/2022, que disciplina os processos de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC); da Instrução Normativa nº 65/2021, que estabelece as diretrizes para a realização de pesquisa de preços para bens e serviços em geral; da Instrução Normativa nº 81/2022, que define as diretrizes para a elaboração do Termo de Referência (TR); e da Instrução Normativa nº 58/2022, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP), ressalte-se que as mudanças procedimentais oriundas de toda a legislação mencionada, afeta aos processos de contratação, têm sido objeto de constante aprendizagem e orientação às áreas requisitantes do ITI pela COLIC, sobretudo quando da análise dos documentos de instrução processual na fase de planejamento.

e) Gestão Patrimonial e Infraestrutura

I. Gestão de Patrimônio da União

O Instituto não possui imóvel próprio e não faz uso de imóveis de propriedade da União, dessa forma possui contrato de locação de imóvel localizado na área central de Brasília/DF localizado no SCN Quadra 02, Bloco E, com área de 3.200 m², para as suas instalações.

O ITI possui ainda um contrato de cessão de uso de espaço físico cedido pela Presidência, localizado na Ala A, do Anexo III, piso inferior, do Palácio do Planalto, para a operação do ambiente seguro principal da Autoridade Certificadora Raiz (AC Raiz) da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) e espaço físico localizado na Usina do Palácio do Planalto para acondicionamento e operação de Grupos Geradores de energia independentes, conforme processo SEI nº 013399/2018-06.

Tabela 29 | Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

Localização Geográfica	Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros
	Exercício

		2021	2022	2023
Brasil	DF	1	1	1
Brasília		1	1	1
Subtotal Brasil		1	1	1
Exterior	País	0	0	0
Subtotal Exterior		0	0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1	1

II. Gestão Patrimonial e Infraestrutura

A movimentação total na conta de bens patrimoniais foi de **R\$ 1.241.711,09** (um milhão duzentos e quarenta e um mil, setecentos e onze reais e nove centavos) referente a entrada orçamentária e a baixa patrimonial no valor de **R\$ 51.300,00** (trezentos e cinquenta e um mil e trezentos reais) referente a doação do sistema de climatização ao Instituto Federal de Pouso Alegre - MG, conforme resumos abaixo:

Tabela 30 | Entrada Orçamentária

Item	Conta Contábil	Descrição	Entrada Orçamentária	Processo SEI
1	12.322.04.05	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	R\$ 10.960,00	00100.001704/2022-95
2	12.311.03.03	Mobiliário em geral	R\$ 1.702,09	00100.002114/2022-80 00100.000284/2022-36 00100.002114/2022-80
3	12.311.02.01	Equipamentos de processamento de dados	R\$ 1.041.049,00	00100.002867/2022-95 00100.000801/2022-61 00100.000909/2022-53
4	12.311.02.01	Equipamento de proteção, segurança e socorro	R\$ 3.500,00	00100.000233/2022-06

5	12.311.03.01	Aparelhos e utensílios domésticos	R\$ 184.500,00	00100.000886/2023-68 00100.001454/2022-93
Valor Total do Patrimônio			R\$ 1.241.711,09	

Tabela 31 | Baixa Patrimonial

Item	Conta Contábil	Descrição	Entrada Orçamentária	Processo SEI
1	12.311.03.01	Aparelhos e utensílios domésticos	R\$ 351.300,00	00100.000230/2023-45
Valor Baixa Patrimonial			R\$ 351.300,00	

III. Almoxarifado

O Almoxarifado Virtual é uma iniciativa do MGI, por meio da Central de Compras da Secretaria de Gestão (SEGES), que trouxe economia e eficiência à Administração Pública Federal (APF) por meio de serviços continuados de outsourcing para operação de almoxarifado *virtual in company* e já implantado no ITI, conforme processo SEI 00100.001115/2020-45.

Foram atendidas 12 requisições durante o período de 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, dando um valor total de R\$ 1.368,80 (mil, trezentos e sessenta e oito reais e oitenta centavos).

IV. Concessão de Passagens aéreas

No decorrer do exercício de 2023, foram realizadas um total de 24 viagens, conforme a seguir:

Tabela 32 | Concessão de Passagens Aéreas

Setor	Quantidade	Origem	Destino	Valor da Diária	Valor da Passagem
-------	------------	--------	---------	-----------------	-------------------

GABIN	02	Brasília	Florianópolis (SC)	R\$ 2.715,73	R\$ 3.501,62
GABIN	01	Brasília	Montevidéu (AR)	R\$ 5.325,82	-
GABIN	01	Brasília	São Paulo (SP)	R\$ 1.088,99	R\$ 3.029,78
DINFRA	05	Brasília	Florianópolis (SC)	R\$ 5.902,99	R\$ 17.127,78
DINFRA	01	Brasília	Rio de Janeiro (RJ)	R\$ 1.240,71	R\$ 2.745,97
DAFN	07	Brasília	São Paulo (SP)	R\$ 7.278,59	R\$ 11.951,82
DAFN	01	Brasília	Florianópolis (SC)	R\$ 1.362,78	R\$ 4.563,68
DAFN	04	Brasília	B. Horizonte (MG)	R\$ 6.105,64	R\$ 6.324,50
DAFN	01	Brasília	Fortaleza (CE)	R\$ 980,80	R\$ 804,68

A Instrução Normativa nº 03 de 11 de fevereiro de 2015, em seu art.12, diz que todas as viagens no âmbito de cada órgão ou entidade devem ser registradas no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP, mesmo nos casos de afastamento sem ônus ou com ônus limitado, o ITI vem cumprindo a orientação em suas operações.

V. Despesas com cartão corporativo

Registre-se que, foi disponibilizado a DILOG, 04 (quatro) suprimentos de fundos, para a realização das despesas de pequeno vulto, totalizando um valor total de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), sendo utilizado uma despesa no valor total de R\$ 4.920,87 (Quatro mil, novecentos e vinte reais e oitenta e sete centavos) e foi devolvido o valor de R\$ 14.225,52 (Quatorze mil, duzentos e vinte e cinco reais e cinquenta e dois centavos), conforme quadro descrito abaixo.

Tabela 33 | Processo SEI nº 00100.0000087/2023-91

Aplicação (24 de abril de 2023) Prestação de Conta (02 de maio de 2023)	
Empenho	2023NS000073
Saldo Utilizado	R\$ 3.151,45
Valor do Suprimento	R\$ 6.000,00
Saldo Não Utilizado	R\$ 2.848,55

Tabela 34 | Processo SEI nº 00100.0000867/2023-31

Aplicação (24 de julho de 2023) Prestação de Conta (02 de agosto de 2023)	
Empenho	2023NS000507
Saldo Utilizado	R\$ 5.261,35
Valor do Suprimento	R\$ 6.000,00
Saldo Não Utilizado	R\$ 738,65

Tabela 35 | Processo SEI nº 00100.0000867/2023-31

Aplicação (02 de novembro de 2023) Prestação de Conta (15 de novembro de 2023)	
Empenho	2023NS000925
Saldo Utilizado	R\$ 5.544,62
Valor do Suprimento	R\$ 6.000,00
Saldo Não Utilizado	R\$ 455,38

Tabela 36 | Processo SEI nº 00100.0000867/2023-31

Aplicação (02 de novembro de 2023) Prestação de Conta (15 de novembro de 2023)	
Empenho	2023NS000925
Saldo Utilizado	R\$ 268,10
Valor do Suprimento	R\$ 6.000,00
Saldo Não Utilizado	R\$ 5.731,90

VI. Fiscalização Técnica e Principais custos com serviços

Atualmente a DILOG fiscaliza tecnicamente todos os contratos abaixo relacionados. O acompanhamento tem o objetivo avaliar a execução do objeto nos moldes contratados, aferindo a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços, verificando se estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado.

Tabela 37 | Fiscalização Técnica e Principais Custos com Serviços

Empresa	Processo SEI	Custo
Multserv (Vigilância)	20185/2018-88	R\$ 714.263,04
Império Serviços LTDA (Limpeza)	453/2022-21	R\$ 221.212,52
Neoenergia (Energia Elétrica)	213/2017/40	R\$ 256.531,32
Caesb (Água)	113/2017-13	R\$ 24.391,30

Over (Elevadores)	3061/2021-33	R\$ 5.670,45
Bravo (AR Service)	798/2022-85	R\$ 101.500,29
Naza (Aluguel Prédio)	296/2017-77	R\$ 2.004.000,00
Seguro Predial	00100.001527/2023-28	R\$ 9.194,41
Táxigov	5358/2019-19	R\$ 2.992,28
Aluguel Espaço Físico no Palácio do Planalto (PR) Sala Cofre	013399/2018-06	R\$ 8.332,45 (Memória de Cálculo: Custo, média de três meses)
Almoxarifado Virtual Nacional	00100.001115/2020-45	R\$ 20.021,51
Empresa VIVO (Telefonia Móvel)	3276/2021-54	R\$ 1.387,97 (Custo Assinatura Mensal Total)
Serviço de Mídia Especializada para Consulta de Preços	835/2023-36	R\$ 7.050,00
Telefonia Fixa	1141/2023-16	R\$ 36.943,80

Tabela 38 | Fiscalização Técnica e Principais Custos com Serviços Terceirização e Administrativos

Empresa	Serviço	Processo SEI	Custo
Empresa Atenas Terceirização e Obras	Apoio Especializado em Gestão	5602/2019-43 Processo Adm.: 3578/2021-22	R\$ 2.767.884,00
	Apoio Especializado (TI)	5602/2019-43 Processo Adm.: 569/2021-80	R\$ 3.554.916,28
	Manutenção Predial	5602/2019-43 Processo Adm.: 3579/2021-77	R\$ 154.622,88

RCS Tecnologia (LTDA)	Monitoramento	1100/2021-68	R\$ 532.237,08
JDR Serviços	Recepção	117/2020-17	R\$ 120.211,20

f) Gestão de Tecnologia da Informação

I. Conformidade Legal

A Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação (COTIC) foi institucionalizada pela Portaria nº 20, de 28 de fevereiro de 2018, que aprova o Regimento Interno do Instituto e alterado pela Portaria nº 20, de 27 de abril de 2020.

II. Modelo de Governança de TI

O ITI dispõe de um Comitê de Governança, Riscos, Controle e Governança Digital (CGRD-GD), criado em junho de 2017 que, em substituição ao antigo Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI) – e é responsável por deliberar sobre as demandas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – apresentadas pelas diversas áreas, assim como elaborar e aprovar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTIC). O Comitê é composto por 3 (três) integrantes, a saber:

- Diretor-Presidente do ITI;
- Diretor de Infraestrutura de Chaves Públicas;
- Diretor de Auditoria, Fiscalização e Normatização.

III. Principais Iniciativas

Tabela 39 | Montante de Recursos Aplicados em TI

CUSTEIO

Empresa ou Serviço			Valor Contratado
A&L Info Soluções em Informática (LTDA)	Contrato nº 04/2023	00100.003532/2019-99	R\$ 272.549,96
Amazon Informática	Contrato nº 14/21	00100.000339/2021-11	R\$ 737.145,36
SERPRO Infovia	Novo Contrato	00100.000898/2021-21	R\$ 810.692,28
Mirante - Fábrica de SW	-	00100.003423/2018-91	R\$ 2.135.212,87
Fábrica de Métricas de SW - Eficácia (LTDA)	-	00100.004779/2019-22	R\$ 24.604,58
Brasoft - Licenças Office 365	Contrato nº 03/2023	00100.000330/2023-71	R\$ 1.210.633,20
TOTAL CUSTEIO			R\$ 5.190.838,25
INVESTIMENTO			
Empresa ou Serviço			Valor Contratado
Solução de Segurança para Privilégios e Acessos a Sistemas Críticos	Contrato nº 09/2023	-	R\$ 427.250,00
TOTAL INVESTIDO			R\$ 427.250,00

g) Principais Iniciativas (sistemas e projetos) e Resultados na Área de TI por Cadeia de Valor

I. Principais Sistemas de Informação

Os principais sistemas computacionais que atendem aos macroprocessos finalísticos e objetivos estratégicos do ITI estão relacionados abaixo e possuem criticidade alta, sendo monitorados no modelo 24x7 com acordo de nível mínimo de serviço de 99% de disponibilidade (mensal).

Tabela 40 | Principais Sistemas de Informação

Nome do Sistema	Objetivos e Principais Funcionalidades	Responsável Técnico	Responsável da Área de Negócio
ANTIFRAUDE (SAF)	Comunicação e detecção de tentativas e ocorrências de fraudes entre as entidades pertencentes ao ICP-Brasil	COTIC	CGAFI
CADASTRO	Mantém informações cadastrais das entidades participantes da ICP-Brasil	COTIC	CGAFI
FISCALIZAÇÃO	Possibilita o gerenciamento dos trabalhos de fiscalização nas entidades integrantes da ICP-Brasil	COTIC	CGAFI
AUDITORIA	Sistema de mapeamento e divulgação dos postos de atendimento para emissão de certificado digital em uma determinada região ou em todo o Brasil.	COTIC	CGAFI
SEI	Sistema de gestão de processos e documentos eletrônicos.	COTIC	CGAFI
PORTAL INSTITUCIONAL	Portal que disponibiliza informações do ITI e da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil, bem como normas e regulamentações sobre certificação digital.	COTIC	CGAFI
INTRANET	Canal de interação entre o ITI e seus funcionários com a disponibilização de notícias e serviços.	COTIC	CGGTI
VALIDADOR	Serviço que possibilita aos cidadãos, validar gratuitamente assinaturas eletrônicas quanto à sua integridade e autoria em documentos eletrônicos que contenham uma assinatura qualificada feita através de um Certificado Digital ICP-Brasil e/ou uma assinatura avançada gov.br.	COTIC	CGNPE
ASSINATURA DIGITAL	Validador de assinaturas eletrônicas em documentos digitais de saúde	COTIC	CGGTI
VERIFICADOR	objetiva aferir a conformidade de assinaturas	COTIC	ASESP

	eletrônicas qualificadas e avançadas existentes em um arquivo assinado em relação à regulamentação da ICP-Brasil e às definições contidas na <u>Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001</u> , na Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020 e no Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, ao Acordo de Reconhecimento Mútuo de Assinaturas Digitais do Mercosul.		
SISGP	Sistema construído pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), com base em um sistema já existente e evoluído para satisfazer as exigências da <u>IN 65/2020</u> . O sistema visa simplicidade na implantação do programa de gestão no órgão. A solução está presente na maioria das implementações de PGD que não utilizam sistemas próprios.	COTIC	COGED
MEAG	Módulo de Envio e Apoio à Gestão do Sistema SISGP, destinado a emissão de relatórios, administração e operação da ferramenta e o envio de dados gerados ao órgão central.	COTIC	COGED

II. Projetos

Atualização do parque tecnológico do ITI:

- Contratação do office 365;
- Solução de segurança para acessos privilegiados – PAM

III. Resultados

Resultados do projeto “Atualização do parque tecnológico do ITI”:

- Evolução da infraestrutura de armazenamento, conectividade e do parque de ativos.

- Melhorar as soluções de tecnologia da informação e comunicação, mantendo-as compatíveis com as demandas institucionais.
- Promover gestão organizacional que favoreça a integração e a inovação tecnológica.
- Modernização de infraestrutura de rede de dados do ITI.
- Aprimorar as ferramentas de comunicação institucionais.
- Fornecer ferramentas e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação adequados para as necessidades de negócio do ITI.
- Expansão de capacidade de armazenamento de dados.
- Aprimorar serviços e governança de TIC.
- Promover integração de bases de dados e sistemas.
- Aperfeiçoar os processos de gestão da Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil.
- Otimizar a gestão dos recursos de TIC do ITI.

h) Segurança da Informação

I. CGRC-GD

O CGRC-GD do ITI, instituído por meio da publicação da Portaria nº 16, de 9 de fevereiro de 2018, de caráter estratégico e deliberativo, é composto por representantes das unidades organizacionais e tem por finalidade deliberar sobre políticas, diretrizes e planos relativos à TIC e à Governança Digital.

II. POSIC

A Política de Segurança da Informação (POSIC) foi criada em 2018 para instituição do Comitê de Segurança da Informação, em atendimento ao Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, (SEI 0294521), instituindo a nova Política Nacional de Segurança da Informação e dispendo sobre a governança da segurança da informação para a Administração Pública Federal (APF). Em 2019, foi realizada uma atualização desta portaria, consolidada na **Portaria nº 10/19** e em 2020 uma nova atualização realizada pela **Portaria nº 13/2020**. Além disso, no mesmo ano de 2020 foi criada a Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais desta Autarquia através da **Portaria nº 15/2020**.

i) Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

O ITI desenvolveu um Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) – 2023-2026, que norteia todas as decisões relativas a Tecnologia da Informação, disponível no sítio https://www.gov.br/iti/pt-br/acesso-ainformacao/institucional/ITI_PDTIC_202326_v1.pdf.

O PDTIC é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação, permitindo o direcionamento das ações e projetos de TIC de todas as unidades organizacionais da Autarquia, a fim de garantir eficiência e eficácia na gestão de TIC.

j) Sustentabilidade Ambiental

As contratações realizadas pela Autarquia, seguem as recomendações da Advocacia Geral da União (AGU), com descrição em seus Termos de Referência ou Projetos Básicos dos requisitos ambientais e sustentabilidade.

Quanto aos aspectos da gestão ambiental na Autarquia, no ano de 2023, não houve separação dos resíduos recicláveis nem destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 10.936.

de 12 de janeiro de 2022. Entretanto, existe iniciativa para guardar conformidade ao Decreto, em curso e que será demonstrada a partir de 2024.

Importante destacar que, desde novembro de 2019, não houve aquisição de copos descartáveis, visto que os servidores e colaboradores usam seus próprios utensílios trazidos de casa sendo essa uma importante cultura desenvolvida internamente de conscientização e eficiência em termos de otimização de recursos naturais e contexto ambiental.

Outras ações também são desenvolvidas, entre as quais se destacam a busca pela redução do consumo de recursos naturais, na qual os resultados são acompanhados pela área visando monitoramento e controle sobre a demanda de consumo com vistas à racionalização e otimização de recursos:

I. Energia elétrica (CEB)

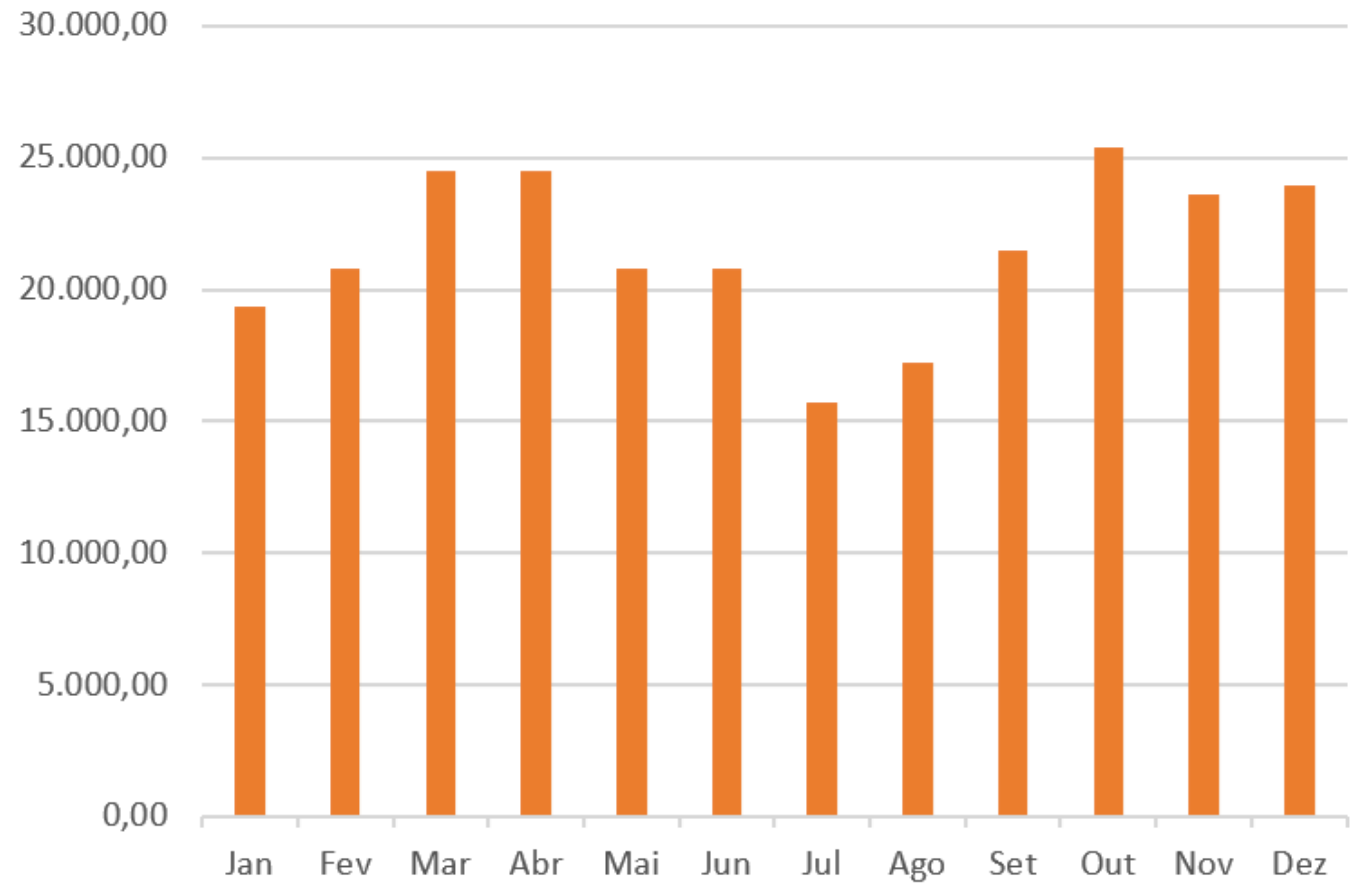
Tabela 40 | Principais Sistemas de Informação

Mês	Consumo	Valor
Janeiro	19.360	R\$ 19.360,00
Fevereiro	20.800	R\$ 20.800,00
Março	24.480	R\$ 24.480,00
Abril	24.800	R\$ 24.480,00
Maio	20.828	R\$ 20.828,00
Junho	20.828	R\$ 20.828,00
Julho	15.744	R\$ 15.744,00
Agosto	17.220	R\$ 17.220,00
Setembro	21.484	R\$ 21.484,00
Outubro	25.420	R\$ 25.420,00
Novembro	23.616	R\$ 23.616,00
Dezembro	23.944	R\$ 23.944,00

TOTAL

R\$ 233.855,94

Gráfico 10 | Gastos Realizados (CEB)



Seguindo o que preconiza o Decreto nº 10.779, de 25 de agosto de 2021. Os servidores e colaboradores foram orientados ao consumo consciente de energia elétrica, tais como:

- Desligar a iluminação de todos os locais que não estiverem em uso, especialmente ao final de cada expediente;
- Foram realizadas limpezas nas lâmpadas e nas luminárias, de modo a garantir a reflexão máxima da luz e a obter maior aproveitamento da iluminação;
- Desligar os monitores, as impressoras, os estabilizadores, as caixas de sons, os microfones e outros acessórios sempre que não estiverem em uso;
- Sem prejuízo da iluminação foram otimizados os números de luminárias nos ambientes, mantidos os níveis mínimos conforme definidos nas normas técnicas;
- Os serviços de vigilância foram orientados para fazer ronda após o horário de expediente, verificando assim todas as salas se tem ar-condicionado ligado ou luzes acesas, etc.

II. Companhia de Saneamento Ambiental do DF (CAESB)

Foram feitas diversas manutenções para conter o desperdício de água, tais como:

- Impermeabilização da cobertura do prédio para sanar as infiltrações.
- Retirada de vazamentos em geral nos banheiros.
- Manutenção nas válvulas de reparo dos vasos dos banheiros.

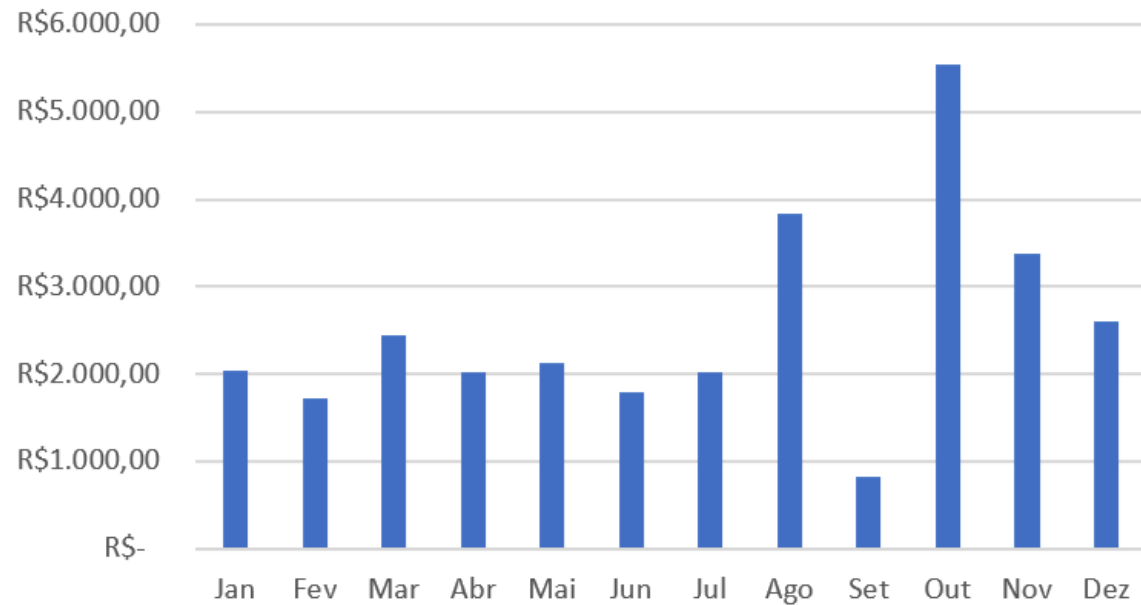
Os resultados adiante mostram o controle da área sobre a demanda de consumo com vistas à racionalização e otimização de recursos:

Tabela 41 | Demanda de Consumo de Água (2023)

Mês	Consumo	Valor
Janeiro	62	R\$ 2.037,60

Fevereiro	62	R\$ 1.720,40
Março	70	R\$ 2.449,96
Abril	75	R\$ 2.023,96
Maio	63	R\$ 2.132,76
Junho	64	R\$ 1.794,77
Julho	123	R\$ 2.020,31
Agosto	37	R\$ 3.839,26
Setembro	174	R\$ 817,58
Outubro	75	R\$ 5.538,58
Novembro	80	R\$ 3.378,80
Dezembro	86	R\$ 2.606,42
TOTAL		R\$ 32.966,82

Gráfico 11 | Gastos Realizados (CAESB)



A autarquia tem desempenhado um papel significativo no aprimoramento da sustentabilidade, demonstrando seu compromisso com práticas ambientalmente responsáveis. Uma das iniciativas destacadas é a contratação de uma empresa especializada para elaborar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

Essa ação reflete o comprometimento do ITI em minimizar o impacto ambiental de suas operações, implementando práticas adequadas para o tratamento e disposição dos resíduos gerados em suas atividades diárias.

O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos visa estabelecer diretrizes claras para a segregação, coleta, armazenamento, transporte e destinação final dos resíduos, garantindo sua gestão de forma eficiente e sustentável.

Além disso, ao adotar medidas para a correta gestão dos resíduos sólidos, o ITI contribui para a preservação do meio ambiente, reduzindo a poluição e promovendo a utilização racional dos recursos naturais. Essa iniciativa não apenas atende às exigências legais, mas também demonstra o comprometimento do ITI com a responsabilidade socioambiental e o desenvolvimento sustentável.

Portanto, a contratação da empresa para elaborar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos é mais um exemplo do compromisso do ITI em promover a sustentabilidade e contribuir para a construção de um futuro mais consciente e equilibrado.

5. Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis

O ITI cumpriu regularmente todas as obrigações orçamentárias, financeiras e contábeis assumidas no exercício de 2023.

Os investimentos previstos no exercício foram cumpridos, o que permitiu a renovação de grande parte do parque tecnológico da ICP-Brasil e a contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de sistemas essenciais ao funcionamento do sistema nacional de certificação digital.

5.1. Informações do Setor de Contabilidade

O Serviço de Contabilidade (SECON), tem em suas principais atribuições regimentais, a gestão e execução das atividades e demonstrações contábeis, o principal macroprocesso, seguindo exclusivamente, as orientações definidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão central de contabilidade do Governo Federal, com amparado na [Lei nº 4.320/64](#) e [Lei Complementar nº 101/2000](#).

As principais informações acerca do setor contábil podem ser observadas conforme tabela abaixo:

Tabela 42 | Serviço de Contabilidade (SECON)

Estrutura	Serviço de Contabilidade (SECON) Subordinado à Coordenação-Geral de Gestão e Tecnologia da Informação - CGGTI.
Composição	Serviço de Contabilidade (SECON).
Competência	Gestão e Execução das Atividades de Contabilidade e Elaboração das Demonstrações Contábeis.
Responsabilidades	<p>Orientação e Supervisão dos Registros Contábeis dos Atos e Fatos da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial.</p> <p>Elaboração da Prestação de Contas Anual, em Articulação com as Demais Áreas.</p> <p>Elaboração da Tomada de Contas Extraordinárias e Especiais.</p> <p>Execução da Conformidade de Registro de Gestão.</p> <p>Execução da Conformidade Contábil.</p> <p>Elaboração e Análise das Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas Trimestrais e Anual.</p> <p>Elaborar e Enviar, Mensalmente, a EFD-Reinf – eventos R-2000, com transmissão à Secretaria da Receita Federal, e geração de Darf de recolhimento através da DCTF Web.</p> <p>Elaboração da Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF), e transmissão à Secretaria da Receita Federal.</p> <p>Prestação de Esclarecimentos, quando Necessário, aos Órgãos Externos, Fiscalizadores e de Auditoria Interna.</p>

Nome, Cargo e
Período de Atuação

José Dornelas Batista – Contador – desde julho de 2006

Rodrigo César de Castro – Contador Substituto – Início Julho de 2023

5.2. Normas Legais e Técnicas Adotadas nas Atividades Orçamentárias, Financeiras e Contábeis

O ITI está inserido no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e segue os princípios, normas e leis vigentes no Brasil.

Dentre as principais normas adotadas, destaca-se o tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do Patrimônio e a avaliação e mensuração de ativos e passivos.

No Balanço Patrimonial do ITI, a Conta Contábil 1.2.3.8.1.01.00 – Depreciação Acumulada – Bens Móveis, no valor de R\$ 17.113.019,30, é resultante das depreciações ocorridas ao longo dos exercícios anteriores, até o presente exercício, pelo desgaste ou perda de utilidade pelo uso dos bens patrimoniais do Órgão.

A Autarquia adotou os procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em especial os dispositivos contidos nas NBCT 16.9 e NBCT 16.10 no que tange aos critérios contábeis de depreciação de itens do patrimônio, avaliação e mensuração de ativos e passivos, conforme Macrofunção 020330, da STN, que trata da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica dos bens teve como parâmetro a tabela descrita na Macrofunção 020330.

As taxas utilizadas para os cálculos da depreciação, no que se refere ao percentual aplicado ao valor residual dos bens do Órgão, foi aplicada uniformemente, utilizando-se as taxas descritas na Macrofunção 020330, com observância ao percentual aplicado ao valor residual dos bens do ITI.

Em relação à reavaliação patrimonial, foi instituída uma comissão especial de avaliação e reavaliação do acerto do ITI, pela Portaria CGGTI/ITI nº 01, de 04 de abril de 2023. A Comissão procedeu à reavaliação de 3.057 bens patrimoniais, identificados fisicamente pelo ITI, registrados nos ativos e respectivas contas contábeis do grupo 1.2.3.1.1.00.00, totalizando um valor global de R\$ 25.365.535,35, referente às aquisições. Desse montante, foi depreciado o total de R\$ 16.837.619,96, registrado na conta contábil 1.2.3.8.1.01.00, restando o valor residual de R\$ 8.527.915,39, para ser reavaliado.

A Comissão adotou a aplicabilidade do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acumulado até o mês de junho de 2023, para correção dos valores individualmente, tendo a atualização de todos os bens reavaliados, alcançados o montante de R\$ 1.536.951,46, com o encaminhamento da planilha ao setor competente para os devidos registros no SIADS, o que não ocorreu até o término do exercício de 2023.

As Demonstrações Contábeis completas do Instituto estão publicadas na página <https://www.gov.br/iti/pt-br/assuntos/demonstracoes-financeiras> para consulta.

5.3. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

As demonstrações contábeis refletem a conformidade contábil encerrada em 31 de dezembro de 2023, extraídas no SIAFI, pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil do Manual SIAFI.

5.4. Principais Práticas Contábeis

As demonstrações contábeis e as notas explicativas foram elaboradas e apresentadas de acordo com os dispositivos constantes da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e suas alterações, observando ainda, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), as Macrofunções da STN, e obedecendo ao plano de contas da União - PCASP, por meio do SIAFI, sendo assim, o presente documento pretende dar transparência referente às informações contábeis, patrimoniais, orçamentárias, econômicas e financeiras do ITI aos diversos usuários.

Serão abordadas as seguintes Demonstrações Contábeis e suas respectivas Notas Explicativas:

- Balanço Orçamentário
- Balanço Patrimonial
- Balanço Financeiro
- Demonstração das Variações Patrimoniais
- Demonstração de Fluxo de Caixa

I. Balanço Orçamentário (BO)

Tabela 43 | Resumo do Balanço Orçamentário

RECEITAS				
Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
Receitas Correntes	2.387.969,00	2.387.969,00	833.900,00	-1.554.069,00
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	2.387.969,00	2.387.969,00	800.020,00	-1.587.949,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	2.387.969,00	2.387.969,00	800.020,00	-1.587.949,00
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	33.880,00	33.880,00

Receitas de Capital	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-

Subtotal de Receitas	2.387.969,00	2.387.969,00	833.900,00	-1.554.069,00
Refinanciamento	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento	2.387.969,00	2.387.969,00	833.900,00	-1.554.069,00
Déficit	-	-	29.979.426,02	29.979.426,02
Total	2.387.969,00	2.387.969,00	30.813.326,02	28.425.357,02
Créditos Adicionais Abertos	-	1.762.457,00	-	-1.762.457,00

DESPESAS

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
Despesas Correntes	26.498.415,00	28.746.751,00	25.574.231,77	21.038.700,90	20.387.370,03	3.172.519,23
Pessoal e Encargos Sociais	8.975.779,00	9.423.165,00	9.421.165,00	8.557.509,19	7.965.954,75	2.000,00
Outras Despesas Correntes	17.522.636,00	19.323.586,00	16.153.066,77	12.481.191,71	12.421.415,28	3.170.519,23
Despesas de Capital	5.789.596,00	5.303.717,00	5.239.094,25	3.046.656,92	3.046.656,92	64.622,75
Investimentos	5.789.596,00	5.303.717,00	5.239.094,25	3.046.656,92	3.046.656,92	64.622,75
Subtotal das Despesas	32.288.011,00	34.050.468,00	30.813.326,02	24.085.357,82	23.434.026,95	3.237.141,98
Refinanciamento	32.288.011,00	34.050.468,00	30.813.326,02	24.085.357,82	23.434.026,95	3.237.141,98
Subtotal com Refinanciamento	32.288.011,00	34.050.468,00	30.813.326,02	24.085.357,82	23.434.026,95	3.237.141,98

Total	32.288.011,00	34.050.468,00	30.813.326,02	24.085.357,82	23.434.026,95	3.237.141,98
--------------	----------------------	----------------------	----------------------	----------------------	----------------------	---------------------

ANEXO I						
Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados						
Despesas Orçamentárias	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas Correntes	499.416,36	3.660.247,10	25.574.231,77	2.562.553,55	1.093.429,98	503.679,93
Pessoal e Encargos Sociais	-	1.181.570,25	9.421.165,00	505.947,89	675.622,36	-
Outras Despesas Correntes	499.416,36	2.478.676,85	16.153.066,77	2.056.605,66	417.807,62	503.679,93
Despesas de Capital	1.920.597,28	5.067.421,42	5.620.597,72	5.620.597,72	50.298,34	1.317.122,64
Investimentos	1.920.597,28	5.067.421,42	5.620.597,72	5.620.597,72	50.298,34	1.317.122,64
Total	2.420.013,64	8.727.668,52	8.183.151,27	8.183.151,27	1.143.728,32	1.820.802,57

ANEXO II					
Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados					
Despesas Orçamentárias	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas Correntes	-	497.917,07	497.917,07	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	446.437,65	446.437,65	-	-
Outras Despesas Correntes	-	51.479,42	51.479,42	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-
Total	-	497.917,07	497.917,07	-	-

- **Receitas**

No âmbito do ITI, a previsão inicial de receita total para o período foi no montante de R\$ 1.100.000,00.

Referente às Receitas de Serviços, advindas das tarifas cobradas das autoridades certificadoras pelos serviços de certificação digital, houve uma previsão de R\$ 1.100.000,00.

- **Despesas**

Em relação às despesas, o montante total previsto para o exercício de 2023 foi de R\$ 39.820.270,00, com atualização para R\$ 35.060.750,00. O total de despesas empenhadas em 2023 foi de R\$ 32.449.416,44, com liquidação no montante de R\$ 23.910.650,01. As Despesas Correntes representam 90,35% do montante empenhado no exercício.

Do montante de R\$ 29.064.992,29 das Despesas Correntes empenhadas, 37% correspondem às despesas com Pessoal e Encargos Sociais e 63% com Outras Despesas Correntes, utilizadas para cobrir os gastos com as atividades do Instituto. Do total empenhado, foram pagos o montante de R\$ 23.581.657,84.

Em relação às Despesas de Capital, a dotação atualizada foi de R\$ 5.103.717,00, tendo empenhado em sua totalidade. No entanto, o valor pago, foi somente R\$ 114.750,00.

II. Balanço Patrimonial (BP)

Tabela 44 | Resumo Balanço Patrimonial

Ativo

Especificação	2023	2022
Ativo Circulante	547.730,22	1.528.159,00
Caixa e Equivalente de Caixa	479.871,10	1.458.931,08
Estoques	67.859,12	69.227,92
Ativo Não Circulante	24.833.395,56	25.711.621,17
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Investimentos	-	-
Imobilizado	17.798.472,89	19.516.236,37
Bens Móveis	17.280.922,06	18.308.617,50
Bens Móveis	34.393.941,36	33.555.806,27
(-) Depreciação / Amortização / Exaustão Acum. de Bens Móveis	17.113.019,30	15.247.188,77
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-
Bens Imóveis	517.550,83	1.207.618,87
Bens Imóveis	3.450.340,00	3.450.340,00
(-) Depreciação / Amortização / Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-2.932.789,17	-2.242.721,13
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-
Intangível	7.034.922,67	6.195.384,80
Softwares	7.034.922,67	6.195.384,80

Softwares	7.034.922,67	6.195.384,80
Diferido	-	-
Total do Ativo	25.381.125,78	27.239.780,17

Passivo		
Especificação	2023	2022
Passivo Circulante	825.891,19	2.081.061,11
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	737.825,45	2.073.615,10
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	88.065,74	7.446,01
Passivo Não Circulante	-	-
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Total do Passivo Exigível	825.891,19	2.081.061,11

Patrimônio Líquido		
Especificação	2023	2022
Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Adiantamento para Futuro	-	-
Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Reservas de Capital	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Reservas de Lucro	-	-
Demais Reservas	-	-

Resultados Acumulados	24.555.234,59	25.158.719,06
Resultados de Exercícios	-1.732.005,74	5.820.566,76
Resultados de Exercícios Anteriores	25.158.719,06	18.934.718,80
Resultados de Exercícios Anteriores	1.128.521,27	403.433,50
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Total do Patrimônio Líquido	24.555.234,59	25.158.719,06

Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	25.381.125,78	27.239.780,17
---	----------------------	----------------------

- **Caixa e Equivalente de Caixa**

O exercício de 2023 encerrou-se com o total de R\$ 479.871,67, 67,11% abaixo em relação ao valor de 2022. Representa o montante do Limite de Saque com Vinculação de Pagamento (OFSS) do ITI para fazer jus às despesas e/ou transferências de recursos.

- **Estoques**

O estoque do Instituto está representado pelo material de consumo constante no almoxarifado. Houve redução do saldo de 2% em relação ao ano anterior, encerrando o exercício com o saldo de R\$ 67.859,12. Não houve aquisições para reposição de estoque no período, visto que depois da pandemia mundial do COVID-19, a Autarquia adotou ao Programa de Gestão e Desempenho, trabalho remoto parcial, e conseqüentemente teve redução no consumo de material de expediente.

- **Imobilizado**

O grupo Imobilizado apresentou uma redução de 8% em relação ao exercício de 2022, decorrente das depreciações e amortizações que superaram as aquisições de bens móveis.

O montante de R\$ 17.798.472,89, constante no Grupo Imobilizado, é composto pelos valores líquidos, das contas de Bens Móveis e Benfeitorias em Propriedade de Terceiros, após a dedução das respectivas depreciações e amortizações. Com isso, o grupo de Bens Móveis encerrou o ano com um saldo de R\$ 34.393.941,36, valor este, que sofreu uma depreciação acumulada na ordem de R\$ 17.113.019,30, ao longo da vida útil. Para a realização de depreciação dos bens móveis, foram utilizados os critérios descritos na Macrofunção 020330, tais como a metodologia para estimar a vida útil econômica dos bens, taxas aplicadas para os cálculos da depreciação, e percentual praticado ao valor residual dos bens.

O Instituto não possui imóveis registrados de sua propriedade. O valor de R\$ 3.450.340,00, contabilizada na conta 1.2.3.2.1.08.00 – Benfeitorias em propriedade de terceiros, refere-se a despesas para a montagem da sala-cofre do ITI, instalada em espaço físico do Anexo III, Ala A, piso inferior, da Presidência da República. A amortização desse montante passou a ser registrado no exercício de 2019 e consta um saldo atualizado até o término de 2023, no valor de R\$ 2.932.789,17.

- **Intangível**

O grupo do Intangível encerrou o quarto trimestre com saldo de R\$ 6.195.384,80, representando um acréscimo de 13,55% em relação ao exercício de 2022, decorrente de aquisições de softwares, principalmente, para a atualização e modernização tecnológica do Instituto.

- **Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar**

O saldo final do ano de 2023 foi de R\$ 737.825,45, representando uma redução de 181% em relação ao exercício de 2022.

Cabe ressaltar que o Instituto não dispõe de quadro próprio de servidores, sendo que a força de trabalho advém de funcionários e servidores públicos requisitados de outros órgãos, nomeados sem vínculo e pessoal terceirizado.

Demais Obrigações a Curto Prazo

O grupo encerrou o exercício de 2022, com saldo referente a consignações no valor de R\$ 88.065,74, apresentando um acréscimo de R\$ 80.619,73 em relação ao registrado em 2022 de R\$ 7.446,01.

O impacto do acréscimo foi principalmente da elevação significativa dos valores retidos de Previdência Social código 1162, de empresas que prestam serviços ao ITI e IRRF-Rendimento do Trabalho Assalariado

- **Demais Obrigações a Curto Prazo**

O grupo encerrou o exercício de 2022, com saldo referente a consignações no valor de R\$ 88.065,74, apresentando um acréscimo de R\$ 80.619,73 em relação ao registrado em 2022 de R\$ 7.446,01.

O impacto do acréscimo foi principalmente da elevação significativa dos valores retidos de Previdência Social código 1162, de empresas que prestam serviços ao ITI e IRRF-Rendimento do Trabalho Assalariado.

III. Balanço Financeiro (BF)

Tabela 45 | Resumo do Balanço Financeiro

INGRESSOS		
Especificação	2023	2022
Receitas Orçamentárias	-	833.900,00
Ordinárias	-	-
Vinculadas	-	833.900,00
Previdência Social (RPPS)	-	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-	833.900,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	26.606.305,92	33.490.102,87
Resultantes da Execução Orçamentária	26.606.305,92	25.410.861,27
Repasse Recebido	4.762.835,09	25.410.861,27
Repasse Devolvido	4.762.835,09	-
Independentes da Execução Orçamentária	26.606.305,92	8.079.241,60
Transferências Recebidas para o Pagamento de RP	26.606.305,92	8.079.241,60
Movimentação de Saldos Patrimoniais	-	-
Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extra Orçamentário	10.607.307,70	7.548.930,37
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	328.992,17	651.330,87
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	8.538.766,43	6.727.968,20
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.735.064,10	168.372,54
Outros Recebimentos Extra Orçamentários	4.485,00	1.258,76
Arrecadação de Outra Unidade	4.485,00	1.258,76

Saldo do Exercício Anterior	1.458.931,08	2.298.290,02
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.458.931,08	2.298.290,02
TOTAL	43.435.379,79	44.171.223,26

DISPÊNDIOS		
Especificação	2023	2022
Despesas Orçamentárias	32.449.416,44	30.813.326,02
Ordinárias	32.449.416,44	28.425.357,02
Vinculadas	-	2.387.969,00
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-	-
Previdência Social (RPPS)	-	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-	2.387.969,00
Transferências Financeiras Concedidas	2.518.963,88	3.049.525,28
Resultantes da Execução Orçamentária	2.514.478,88	3.048.266,52
Repasse Concedido	2.514.478,88	3.032.121,57
Repasse Devolvido	-	16.144,95
Independentes da Execução Orçamentária	4.485,00	1.258,76
Transferências Concedidas para o Pagamento de RP	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	4.485,00	1.258,76
Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-
Pagamentos Extra Orçamentário	7.987.128,37	8.849.440,88
Pagamentos dos Restos a Pagar Processados	651.330,87	497.917,07
Pagamentos dos Restos a Pagar Não Processados	5.600.733,40	8.183.151,27
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.735.064,10	168.372,54
Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-

Saldo do Exercício Seguinte	479.871,10	1.458.931,08
Caixa e Equivalentes de Caixa	479.871,10	1.458.931,08
TOTAL	43.435.379,79	44.171.222,26

Demonstra as receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie (disponível) provenientes do exercício anterior, e os que são transferidos para o exercício seguinte. O balanço evidencia o somatório das operações realizadas durante o exercício.

- **Receitas Orçamentárias**

No exercício de 2023 não houve arrecadação de receita de serviços referente a certificação digital.

- **Transferências Financeiras Recebidas**

O montante das transferências recebidas em 2023 foi de R\$ 26.606.305,92, que representa o montante de transferências recebidas para pagamento de Restos a Pagar.

- **Recebimentos Extraorçamentários**

No grupo de Recebimentos Extraorçamentários são evidenciados os ingressos não previstos no orçamento de 2021. O Art. 103, da Lei 4.320/64, dispõe que "Os restos a pagar do exercício serão computados na receita extraorçamentária, para compensar sua inclusão na despesa orçamentária", pois, "pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas".

- **Transferências Financeiras Concedidas**

O grupo apresentou resultado de R\$ 2.518.963,88, representando uma redução de 21% em relação ao exercício de 2022.

- **Pagamentos Extraorçamentários**

O grupo apresentou uma redução de 10,8% em relação ao exercício anterior, encerrando o exercício com o montante de R\$ 7.987.128,37.

Em relação aos dispêndios referentes ao pagamento de Restos a Pagar Não Processados, o montante final foi de R\$ 8.183.151,27, ou seja, uma redução significativa de 40%, em relação ao exercício de 2022. Tais dispêndios foram liquidados obedecendo à programação financeira estabelecida pela Presidência da República.

- **Saldo para o Exercício Seguinte**

O Resultado Financeiro do Exercício foi superavitário no período em R\$ 479.871,10, o que corresponde ao saldo do Caixa e Equivalência de Caixa do Balanço Patrimonial, sendo esse saldo transferido para o Balanço Financeiro do exercício seguinte. O saldo do exercício anterior foi R\$ 1.458.931,08, o que demonstra que os dispêndios superaram os ingressos em R\$ 979.059,98.

IV. Demonstrações de Variações Patrimoniais

Tabela 46 | Resumo das Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2023	2022
Variações Patrimoniais Aumentativas	31.373.626,01	37.972.273,95

Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direitos	-	800.020,00
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	800.020,00
Transferências e Delegações Recebidas	31.369.141,01	34.025.265,19
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	535.162,32
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	-	3.111.850,00
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	3.111.850,00
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	4.485,00	35.138,76
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	4.485,00	35.138,76
Variações Patrimoniais Diminutivas	33.105.631,75	32.151.707,19
Pessoal e Encargos	10.618.506,85	10.182.591,50
Remuneração a Pessoal	2.654.775,82	3.241.669,99
Encargos Patronais	307.584,43	307.422,74
Benefícios a Pessoal	450.987,53	354.698,94
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	7.205.159,07	6.278.799,83
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	264.682,44	223.439,85
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	264.682,44	223.439,85
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	19.597.291,72	17.749.828,75
Uso de material de Consumo	33.656,85	119.690,14
Serviços	16.691.566,30	13.781.749,59
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.872.068,57	3.848.389,02
Transferências e Delegações Concedidas	2.518.963,88	3.049.525,28
Transferências Intragovernamentais	2.518.963,88	3.049.525,28
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	35.130,00	880.890,30
Perdas Involuntárias	35.130,00	331.354,30

Desincorporação de Ativos	-	549.536,00
Tributárias	69.502,39	65.431,51
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	58.227,73	54.947,71
Contribuições	11.274,66	10.483,80
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.554,47	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.554,47	-
Resultado Patrimonial do Período	-1.732.005,74	5.820.566,76

- **Exploração de Vendas de Bens, Serviços e Direitos**

O exercício de 2023 foi encerrado sem arrecadação de receita de serviços referente à certificação digital.

- **Transferências e Delegações Recebidas**

O citado grupo representou 99,98% das Variações Patrimoniais Aumentativas do período analisado. Efetuando comparação com o mesmo período do exercício de 2022, houve uma redução de 8,46%, em função dos recursos recebidos para aquisição e fornecimento de módulo de segurança criptográfico.

- **Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo**

Com uma representação de 59,2% do montante das Variações Patrimoniais Diminutivas, o grupo apresentou um aumento de 10,5% em relação ao mesmo período de 2022, encerrando o ano com saldo de R\$ 19.597.291,72. Trata-se dos gastos em geral para a manutenção das atividades do Instituto.

- **Transferências e Delegações Concedidas**

Nas Transferências e Delegações Concedidas houve uma redução de 21,1% em relação ao mesmo período de 2022, encerrando o exercício com saldo de R\$ 2.518.963,88. Trata-se de repasse de valores para a Presidência da República, e Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, sala cofre.

- **Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos**

Tendo um saldo de R\$ 35.130,00, representa somente 0,106% das Variações Patrimoniais Diminutivas. Trata-se de perdas involuntárias registradas no presente exercício.

- **Resultado Patrimonial do Período**

O Resultado Patrimonial do Instituto no exercício de 2022 apresenta negativo em R\$1.732.005,74, ante ao resultado positivo de R\$5.820.566,76, do exercício de 2022. As Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), superaram as Variações Aumentativas (VPA) em 5,5%.

V. Demonstrações de Fluxo de Caixa (DFC)

Tabela 47 | Resumo do Fluxo de Caixa

	2023	2022
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	1.049.912,98	7.827.895,70
Ingressos	33.108.690,11	34.493.634,17
Receita de Serviços	-	800.020,00
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Recebidas	-	-

Outros Ingressos Operacionais	33.108.690,11	33.659.734,17
Ingressos Extraorçamentários	1.735.064,10	168.372,54
Transferências Financeiras Recebidas	31.369.141,01	33.490.102,87
Arrecadação de Outra Unidade	4.485,00	1.258,76
Desembolsos	-32.058.777,13	-26.665.738,47
Pessoal e Demais Despesas	-	-20.896.759,34
Administração	-27.523.340,74	-23.140.417,91
Educação	-	-3.400,39
Transferências Concedidas	-281.408,41	-307.422,74
Intragovernamentais	-281.408,41	-307.422,74
Outros Desembolsos Operacionais	-4.254.027,98	-3.217.897,82
Dispêndios Extraorçamentários	-1.735.064,10	-168.372,54
Transferências Financeiras Concedidas	-2.518.963,88	-3.049.525,28
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	-2.028.972,96	-8.667.254,64
Ingressos	-	-
Desembolsos	-2.028.972,96	-8.667.254,64
Aquisição de Ativo Não Circulante	-1.189.435,09	-4.772.756,28
Outros Desembolsos de Investimentos	-839.537,87	-3.894.498,36
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento	-	-
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	-979.059,98	-839.358,94
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	1.458.931,08	2.298.290,02
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	479.871,10	1.458.931,08

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxos operacionais, de investimento e de financiamento.

- **Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais**

Compreende a diferença entre as receitas relativas às atividades operacionais e transferências recebidas e as despesas relativas às atividades operacionais e transferências concedidas.

Em 2023, houve redução drástica no fluxo operacional de 86,6% em relação ao mesmo período de 2022, encerrando o exercício com o montante de R\$ 1.049.912,98. Houve também redução de 4% nos ingressos, compostos na maioria pelas receitas de serviços, advindas das transferências financeiras recebidas.

Os desembolsos operacionais apresentaram uma variação na casa decimal de 16% em relação ao exercício anterior. Os gastos com pessoal e os serviços administrativos totalizaram R\$27.523.340,74, com variação 16% em relação ao mesmo período de 2022.

- **Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos**

Compreende a diferença entre os ingressos de caixa em função de alienação de bens, amortização de empréstimos e financiamentos e os desembolsos com aquisições de ativos não circulantes e concessão de empréstimos e financiamentos. No caso do ITI, trata-se, quase totalmente, de investimentos na aquisição de ativos para reaparelhamento tecnológico do Instituto.

Em 2023, houve variação aproximadamente de 76,6% no fluxo de investimentos. Não havia ingressos de caixa neste fluxo. Os desembolsos com aquisição de Ativos Não Circulante tiveram uma variação aproximada de 75%, encerrando o exercício com R\$ 1.189.435,094.

- **Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa**

No exercício de 2023, houve geração de caixa negativa no montante de R\$ 979.059,98.
Com isso, o saldo final de caixa final de 2023 foi de R\$ 479.871,10.

6. Anexos

Anexo I | Demonstrações Contábeis | Página 1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2023 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 19/02/2024 PAGINA 1

SUBTÍTULO 24208 - INSTITUTO NAC.DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO-ITI - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	1.100.000,00	1.100.000,00		-1.100.000,00
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	1.100.000,00	1.100.000,00		-1.100.000,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.100.000,00	1.100.000,00	-	-1.100.000,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-

Anexo I | Demonstrações Contábeis | Página 2



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	24208 - INSTITUTO NAC.DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO-ITI - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

EXERCICIO 2023	PERIODO Anual
EMISSAO 19/02/2024	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Outras Receitas de Capital				
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	1.100.000,00	1.100.000,00	-	-1.100.000,00
REFINANCIAMENTO				
Operações de Crédito Internas				
Mobiliária				
Contratual				
Operações de Crédito Externas				
Mobiliária				
Contratual				
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.100.000,00	1.100.000,00	-	-1.100.000,00
DEFICIT			32.449.416,44	32.449.416,44
TOTAL	1.100.000,00	1.100.000,00	32.449.416,44	31.349.416,44
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS				4.759.520,00
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-	-	-
		-4.759.520,00		

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	30.153.212,00	31.676.250,00	29.064.992,29	23.795.900,01	23.466.907,84	2.611.257,71
Pessoal e Encargos Sociais	9.383.083,00	10.802.189,00	10.763.189,00	9.168.437,54	8.912.179,63	39.000,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	20.770.129,00	20.874.061,00	18.301.803,29	14.627.462,47	14.554.728,21	2.572.257,71
DESPESAS DE CAPITAL	9.667.058,00	3.384.500,00	3.384.424,15	114.750,00	114.750,00	75,85
Investimentos	9.667.058,00	3.384.500,00	3.384.424,15	114.750,00	114.750,00	75,85
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	39.820.270,00	35.060.750,00	32.449.416,44	23.910.650,01	23.581.657,84	2.611.333,56
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO						
Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa						
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	39.820.270,00	35.060.750,00	32.449.416,44	23.910.650,01	23.581.657,84	2.611.333,56

Anexo I | Demonstrações Contábeis | Página 3



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2023	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 19/02/2024	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	24208 - INSTITUTO NAC.DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO-ITI - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
TOTAL	39.820.270,00	35.060.750,00	32.449.416,44	23.910.650,01	23.581.657,84	2.611.333,56

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	503.679,93	4.535.530,87	3.686.510,44	3.686.510,44	1.065.240,84	287.459,52
Pessoal e Encargos Sociais	-	863.655,81	803.391,73	803.391,73	60.264,08	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	503.679,93	3.671.875,06	2.883.118,71	2.883.118,71	1.004.976,76	287.459,52
DESPESAS DE CAPITAL	1.317.122,64	2.192.437,33	1.914.222,96	1.914.222,96	126.970,37	1.468.366,64
Investimentos	1.317.122,64	2.192.437,33	1.914.222,96	1.914.222,96	126.970,37	1.468.366,64
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.820.802,57	6.727.968,20	5.600.733,40	5.600.733,40	1.192.211,21	1.755.826,16

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	651.330,87	651.330,87	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	591.554,44	591.554,44	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	59.776,43	59.776,43	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	651.330,87	651.330,87	-	-

JOSE DORNELAS BATISTA Assinado de forma digital por JOSE DORNELAS BATISTA
 Dados: 2024.02.20 15:51:28 -03'00'

Anexo I | Demonstrações Contábeis | Página 4



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2023	PERÍODO Anual
EMISSÃO 19/02/2024	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	24208 - INSTITUTO NAC.DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO-ITI - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
Receitas Orçamentárias	-	833.900,00	Despesas Orçamentárias	32.449.416,44	30.813.326,02
Ordinárias	-	-	Ordinárias	32.449.416,44	28.425.357,02
Vinculadas	-	833.900,00	Vinculadas	-	2.387.969,00
Previdência Social (RPPS)	-	-	Previdência Social (RPPS)	-	-
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	-	-	Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	-	-
Recursos Vinculados a Fundos, órgãos e Programas	-	-	Recursos Vinculados a Fundos, órgãos e Programas	-	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, órgãos e Programas	-	833.900,00	Outros Recursos Vinculados a Fundos, órgãos e Programas	-	2.387.969,00
Recursos Extraorçamentários	-	-	Recursos Extraorçamentários	-	-
Recursos Não Classificados	-	-	Recursos Não Classificados	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
Transferências Financeiras Recebidas	31.369.141,01	33.490.102,87	Transferências Financeiras Concedidas	2.518.963,88	3.049.525,28
Resultantes da Execução Orçamentária	26.606.305,92	25.410.861,27	Resultantes da Execução Orçamentária	2.514.478,88	3.048.266,52
Repasse Recebido	26.606.305,92	25.410.861,27	Repasse Concedido	2.514.478,88	3.032.121,57
Independentes da Execução Orçamentária	4.762.835,09	8.079.241,60	Repasse Devolvido	-	16.144,95
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	4.762.835,09	8.079.241,60	Independentes da Execução Orçamentária	4.485,00	1.258,76
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	4.485,00	1.258,76
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	10.607.307,70	7.548.930,37	Pagamentos Extraorçamentários	7.987.128,37	8.849.440,88
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	328.992,17	651.330,87	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	651.330,87	497.917,07
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	8.538.766,43	6.727.968,20	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	5.600.733,40	8.183.151,27
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.735.064,10	168.372,54	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.735.064,10	168.372,54
Outros Recebimentos Extraorçamentários	4.485,00	1.258,76	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	4.485,00	1.258,76			
Saldo do Exercício Anterior	1.458.931,08	2.298.290,02	Saldo para o Exercício Seguinte	479.871,10	1.458.931,08
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.458.931,08	2.298.290,02	Caixa e Equivalentes de Caixa	479.871,10	1.458.931,08
TOTAL	43.435.379,79	44.171.223,26	TOTAL	43.435.379,79	44.171.223,26

Assinado de forma digital por JOSE DORNELAS BATISTA
 JOSE DORNELAS BATISTA
 DADOS: 2024.02.20 15:52:28 -03'00'

Anexo I | Demonstrações Contábeis | Página 5



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2023 PERÍODO Anual

EMISSÃO 19/02/2024 PÁGINA 1

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	24208 - INSTITUTO NAC.DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO-ITI - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE	547.730,22	1.528.159,00	PASSIVO CIRCULANTE	825.891,19	2.081.061,11
Caixa e Equivalentes de Caixa	479.871,10	1.458.931,08	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	737.825,45	2.073.615,10
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	-
Estoques	67.859,12	69.227,92	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
			Demais Obrigações a Curto Prazo	88.065,74	7.446,01
ATIVO NÃO CIRCULANTE	24.833.395,56	25.711.621,17	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	825.891,19	2.081.061,11
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-		2023	2022
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Reservas de Capital	-	-
Imobilizado	17.798.472,89	19.516.236,37	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Bens Móveis	17.280.922,06	18.308.617,50	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	34.393.941,36	33.555.806,27	Demais Reservas	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-17.113.019,30	-15.247.188,77	Resultados Acumulados	24.555.234,59	25.158.719,06
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultado do Exercício	-1.732.005,74	5.820.566,76
Bens Imóveis	517.550,83	1.207.618,87	Resultados de Exercícios Anteriores	25.158.719,06	18.934.718,80
Bens Imóveis	3.450.340,00	3.450.340,00	Ajustes de Exercícios Anteriores	1.128.521,27	403.433,50
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-2.932.789,17	-2.242.721,13	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24.555.234,59	25.158.719,06
Intangível	7.034.922,67	6.195.384,80			
Softwares	7.034.922,67	6.195.384,80			
Softwares	7.034.922,67	6.195.384,80			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			

Anexo I | Demonstrações Contábeis | Página 6



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	24208 - INSTITUTO NAC.DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO-ITI - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

EXERCICIO 2023	PERIODO Anual
EMISSAO 19/02/2024	PAGINA 2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	25.381.125,78	27.239.780,17	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25.381.125,78	27.239.780,17

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ATIVO FINANCEIRO	479.871,10	1.458.931,08	PASSIVO FINANCEIRO	10.623.584,76	9.200.101,64
ATIVO PERMANENTE	24.901.254,68	25.780.849,09	PASSIVO PERMANENTE	496.899,02	1.429.730,24
			SALDO PATRIMONIAL	14.260.642,00	16.609.948,29

ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	2.304.941,65	2.099.560,64	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	3.650.566,39	7.661.412,09
Atos Potenciais Ativos	2.304.941,65	2.099.560,64	Atos Potenciais Passivos	3.650.566,39	7.661.412,09
Garantias e Contragarantias Recebidas	2.304.941,65	2.099.560,64	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	-	-
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	3.650.566,39	7.661.412,09
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	2.304.941,65	2.099.560,64	TOTAL	3.650.566,39	7.661.412,09

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-10.390.017,61
Recursos Vinculados	246.303,95
Previdência Social (RPPS)	-
Recursos Vinculados a Fundos, órgãos e Programas	246.303,95
TOTAL	-10.143.713,66

JOSE DORNELAS BATISTA Assinado de forma digital por JOSE DORNELAS BATISTA
Dados: 2024.02.20 15:53:04 -03'00'

Anexo I | Demonstrações Contábeis | Página 7



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2023	PERÍODO Anual
EMISSÃO 19/02/2024	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	24208 - INSTITUTO NAC.DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO-ITI - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2023	2022
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	31.373.626,01	37.972.273,95
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	800.020,00
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	800.020,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	31.369.141,01	34.025.265,19
Transferências Intragovernamentais	31.369.141,01	33.490.102,87
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	535.162,32
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	-	3.111.850,00
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	3.111.850,00
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	4.485,00	35.138,76
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

Anexo I | Demonstrações Contábeis | Página 8



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2023

PERÍODO
Anual

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	24208 - INSTITUTO NAC.DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO-ITI - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

EMISSAO
19/02/2024

PAGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2023	2022
Subvenções Econômicas	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	4.485,00	35.138,76
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	33.105.631,75	32.151.707,19
Pessoal e Encargos	10.618.506,85	10.182.591,50
Remuneração a Pessoal	2.654.775,82	3.241.669,99
Encargos Patronais	307.584,43	307.422,74
Benefícios a Pessoal	450.987,53	354.698,94
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	7.205.159,07	6.278.799,83
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	264.682,44	223.439,85
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	264.682,44	223.439,85
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	19.597.291,72	17.749.828,75
Uso de Material de Consumo	33.656,85	119.690,14
Serviços	16.691.566,30	13.781.749,59
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.872.068,57	3.848.389,02
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	2.518.963,88	3.049.525,28
Transferências Intragovernamentais	2.518.963,88	3.049.525,28
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	35.130,00	880.890,30
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	35.130,00	331.354,30
Incorporação de Passivos	-	-

Anexo I | Demonstrações Contábeis | Página 9



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	24208 - INSTITUTO NAC.DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO-ITI - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

EXERCICIO 2023	PERIODO Anual
-------------------	------------------

EMISSAO 19/02/2024	PAGINA 3
-----------------------	-------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2023	2022
Desincorporação de Ativos	-	549.536,00
Tributárias	69.502,39	65.431,51
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	58.227,73	54.947,71
Contribuições	11.274,66	10.483,80
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.554,47	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.554,47	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-1.732.005,74	5.820.566,76

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2023	2022

**JOSE DORNELAS
BATISTA**

Assinado de forma digital por
JOSE DORNELAS BATISTA
Dados: 2024.02.20 15:53:31
-03'00'

Anexo I | Demonstrações Contábeis | Página 10



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2023	PERÍODO Anual
EMISSÃO 19/02/2024	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	24208 - INSTITUTO NAC.DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO-ITI - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

	2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.049.912,98	7.827.895,70
INGRESSOS	33.106.690,11	34.493.634,17
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	800.020,00
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	33.880,00
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	33.106.690,11	33.659.734,17
Ingressos Extraorçamentários	1.735.064,10	168.372,54
Transferências Financeiras Recebidas	31.369.141,01	33.490.102,87
Arrecadação de Outra Unidade	4.485,00	1.258,76
DESEMBOLSOS	-32.058.777,13	-26.665.738,47
Pessoal e Demais Despesas	-27.523.340,74	-23.140.417,91
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-27.523.340,74	-23.137.017,52
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-3.400,39
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-

Anexo I | Demonstrações Contábeis | Página 11



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	24208 - INSTITUTO NAC.DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO-ITI - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

EXERCICIO 2023	PERIODO Anual
EMISSAO 19/02/2024	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2023	2022
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-281.408,41	-307.422,74
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-281.408,41	-307.422,74
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos Operacionais	-4.254.027,98	-3.217.897,82
Dispêndios Extraorçamentários	-1.735.064,10	-168.372,54
Transferências Financeiras Concedidas	-2.518.963,88	-3.049.525,28
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-2.028.972,96	-8.667.254,64
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-2.028.972,96	-8.667.254,64
Aquisição de Ativo Não Circulante	-1.189.435,09	-4.772.756,28
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-839.537,87	-3.894.498,36
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-979.059,98	-839.358,94
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	1.458.931,08	2.298.290,02
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	479.871,10	1.458.931,08

JOSE DORNELAS BATISTA

Assinado de forma digital por JOSE DORNELAS BATISTA
Dados: 2024.02.20 15:53:58 -03'00'

Anexo II | Declaração Anual do Contador



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	24208 - INSTITUTO NAC.DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO-ITI - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

EXERCICIO 2023	PERIODO Anual
EMISSAO 19/02/2024	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2023	2022
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-281.408,41	-307.422,74
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-281.408,41	-307.422,74
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos Operacionais	-4.254.027,98	-3.217.897,82
Dispêndios Extraorçamentários	-1.735.064,10	-168.372,54
Transferências Financeiras Concedidas	-2.518.963,88	-3.049.525,28
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-2.028.972,96	-8.667.254,64
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-2.028.972,96	-8.667.254,64
Aquisição de Ativo Não Circulante	-1.189.435,09	-4.772.756,28
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-839.537,87	-3.894.498,36
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-979.059,98	-839.358,94
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	1.458.931,08	2.298.290,02
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	479.871,10	1.458.931,08

JOSE DORNELAS BATISTA

Assinado de forma digital por JOSE DORNELAS BATISTA
Dados: 2024.02.20 15:53:58 -03'00'

7. Abreviaturas

AARB	Associação das Autoridades de Registro do Brasil
Abrid	Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia em Identificação Digital e o Governo Federal
AC	Autoridade Certificadora
ACT	Autoridade de Carimbo do Tempo
AGU	Advocacia-Geral da União
ANCD	Associação Nacional de Certificação Digital
ANCert	Associação Nacional de Autoridades de Certificação Digital
Anvisa	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
AR	Autoridade de Registro
ATID	Associação Brasileira de Tecnologia e Identificação Digital
AUDIN	Auditoria Interna
BIPM	Bureau International des Poids et Mesures (Escritório Internacional de Pesos e Medidas)
BF	Balanço Financeiro
BO	Balanço Orçamentário
BP	Balanço Patrimonial
Câmara E.Net	Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico
CCOM	Coordenação de Comunicação
CC/PR	Casa Civil da Presidência da República
CCD	Centro de Certificação Digital
CG	Comitê Gestor
CGAFI	Coordenação-Geral de Auditoria e Fiscalização
CGD	Comitê de Governança Digital
CGGTI	Coordenação-Geral de Gestão e Tecnologia da Informação
CGICP	Coordenação-Geral de Inovação, Cooperação e Projetos
CGISE	Coordenação-Geral de Infraestrutura e Segurança
CGNPE	Coordenação-Geral de Normalização e Pesquisa
CGOPE	Coordenação-Geral de Operações
CGRC-GD	Comitê de Governança, Riscos, Controles e de Governança Digital
CGU	Controladoria-Geral da União
CGU-PAD	Sistema de Gestão de Processos Disciplinares
CISSET	Secretaria de Controle Interno
CNB	Colégio Notarial do Brasil
COARC	Coordenação de Operação da AC Raiz
COAUC	Coordenação de Auditoria e Credenciamento

COFIC	Coordenação de Fiscalização e Combate à Fraude
COIAP	Coordenação de Inteligência e Análise Preditiva
COGED	Coordenação de Gestão de Pessoas e Desenvolvimento Institucional
COLIC	Coordenação de Licitações, Contratos e Convênios
COPEO	Coordenação de Planejamento e Execução Orçamentária e Financeira
COSEG	Coordenação de Segurança
COTEC	Coordenação de Infraestrutura Tecnológica
COTIC	Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicações
DAFN	Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização
DFC	Demonstração do Fluxo de Caixa
DIAF	Divisão de Assuntos Finalísticos
DILOG	Divisão de Recursos Logísticos
DINFRA	Diretoria de Infraestrutura de Chaves Públicas
DINOR	Divisão de Normalização
DN	Decisão Normativa
DNI	Documento Nacional de Identidade
DOC-ICP	Documento Principal da ICP-Brasil
DOU	Diário Oficial da União
DPV	Demonstrações das Variações Patrimoniais
EAT	Entidade de Auditoria do Tempo
e-GOV	Governo Eletrônico
EOR	Execução do Orçamento
e-OUV	Ouvidoria Eletrônica/CGU
e-SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão
FALABR	Plataforma integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação desenvolvido pela Controladoria Geral da União - CGU
FCT	Fonte Confiável do Tempo
GABIN	Gabinete
GT	Grupo de Trabalho
IAT	Índice de Atendimento às Demandas de TIC
ICP-Brasil	Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira
IDC	Índice de Disponibilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira
IEC	Índice de Exposição em Canais de Comunicação
IFC	Índice de Fraude por Certificados Emitidos
IN	Instrução Normativa
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
IOP	Índice de Otimização de Processos

ISA	Índice de Satisfação
ISC	Índice de Serviços e Aplicações com uso de Certificação Digital
IT	Instalação Técnica
ITC	Índice de Tempo Médico de Credenciamento
ITI	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação
ITS	Instalação Técnica Secundária
LAI	Lei de Acesso à Informação
LCR	Lista de Certificados Revogados
LOA	Lei Orçamentária Anual
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
NF-e	Nota Fiscal Eletrônica
PAINT	Plano Anual de Auditoria Interna
PC	Política de Certificado
PDA	Plano de Dados Abertos
PDTIC	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PE	Planejamento Estratégico
PFE	Procuradoria Federal Especializada
PJ-e	Processo Judicial Eletrônico
PO	Plano Orçamentário
POSIC	Política de Segurança da Informação e das Comunicações
PP	Posto Provisório
PPA	Plano Plurianual
PR	Presidência da República
PSBio	Prestadores de Serviço Biométrico
PSC	Prestador de Serviço de Confiança
PSS	Prestadores de Serviço de Suporte
RAP	Restos a Pagar
SECON	Serviço de Contabilidade
SEGEP	Serviço de Gestão de Pessoas
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SELOG	Serviço de Logística Administrativa
SERPRO	Serviço Federal de Processamento de Dados
SETEM	Serviço de Operação da Entidade de Auditoria do Tempo
SG/PR	Secretaria-Geral da Presidência da República
SIADS	Sistema Integrado de Administração de Serviços
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira

SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG	Sistema Integrado de Administração e Serviços Gerais
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SINAID	Sistema Nacional de Assinatura e Identificação Digital Brasileira
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCU	Tribunal de Contas da União
TED	Termo de Execução Descentralizada
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UG	Unidade Gestora
UnB	Universidade de Brasília
UPC	Unidade Prestadora de Contas
UTC	Coordinated Universal Time (Tempo Universal Coordenado)
VCGE	Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico